



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL
PUBLICAÇÃO DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores, alunos de história, militares e servidores civis da Marinha, com o propósito de promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA MARINHA

Vice-Almirante (RM1-EN) Armando de Senna Bittencourt

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Arinê Bacelar Rego

Departamento de História Marítima e Naval

Capitão-de-Fragata (T) Mônica Hartz Oliveira Moitrel

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão-de-Corveta (T) Ivone Maria de Lima Camillo

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

REVISTA NAVIGATOR

<http://www.revistanavigator.net>

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1000 exemplares

RIO DE JANEIRO

SEMESTRAL

| | | | | |
|-----------|----------------|-----------|-------|------|
| NAVIGATOR | RIO DE JANEIRO | N. 6 V. 3 | p. 86 | 2007 |
|-----------|----------------|-----------|-------|------|



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL
PUBLICAÇÃO DO SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

CONSELHO EDITORIAL

CMG Joaquim Arinê Bacelar Rego
CF Alexandre Soviero
CF (T) Edina Laura Costa Nogueira da Gama
CF (T) Mônica Hartz Oliveira Moitrel
CC (T) Ivone Maria de Lima Camillo
CC (T) Gerson Sampaio de Sousa
CT (T) Carlos André Lopes da Silva
1^aT (T) José Carlos de Araujo Neto
Professor Paulo Fernando Dias Vianna
Professor Luiz Octávio de Castro Cunha

CONSELHO CONSULTIVO

VA (RM1-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/UGF)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UNICAMP)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Ref^e) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Ref^e) Jonas de M. Correia Neto (IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Prof. Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
CA (Ref^e) Max Justo Guedes (IHGB)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO/UGF)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)
Prof. Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Capitão-Tenente (T) Carlos André Lopes da Silva

Identidade Visual

Edna Costa

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Capitão-Tenente (T) Ana Cristina Requeijo

Capa

Célia Gutierrez

Revisão

Donato Barbosa do Amaral
Jacir Roberto Guimarães
Luiz Eduardo Avila de Souza
Mauro da Silva

Web Design

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun. 1985); n.6 (dez. 2007)

Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

v. : il.; 27 cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação Geral da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Serviço de Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

5 APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

7 **Arquivo Tamandaré: o espelho de uma carreira**
Edina Laura Costa Nogueira da Gama

27 **O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental**
Armando de Senna Bittencourt

37 **Um militar no Império**
Marcos Guimarães Sanches

47 **Tamandaré, Caxias e Osório**
Paulo Dartanham Marques de Amorim

51 **O despertar**
Guilherme de Andréa Frota

59 **O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950)**
Paulo André Leira Parente

69 **A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica**
Francisco Eduardo Alves de Almeida

RESENHAS

78 **Edição especial da *Revista Marítima Brasileira* em homenagem ao bicentenário de nascimento do Almirante Tamandaré**
Mônica Hartz Oliveira Moitrel

81 **Serviço de Documentação da Marinha. *Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré***
Carlos André Lopes da Silva

DOCUMENTO

83 **Correspondência de D. Pedro II ao Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, 19 de agosto de 1891 (Arquivo da Marinha)**

Apresentação

A presente edição da Revista *NAVIGATOR* encerra um sentido especial, pois nela estão reunidas as comunicações apresentadas no *Simpósio Comemorativo do Bicentenário do Almirante Tamandaré*, que foi realizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 26 e 27 de setembro deste ano. O encontro, que contou com ampla participação do público acadêmico, foi um dos eventos que celebraram os 200 anos de nascimento do Patrono da Marinha do Brasil, Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré. Portanto, este 26º número da *Navigator* torna-se mais um tributo ao “velho marinheiro”.

O primeiro dos sete artigos publicados, de autoria da Comandante Edina Laura C. Nogueira da Gama, intitula-se *Arquivo Tamandaré: o espelho de uma carreira*, e apresenta o fundo documental oriundo do acervo particular do Patrono da Marinha. A autora, historiadora que participou da catalogação inicial do Arquivo do Almirante Tamandaré, detém-se na análise do documento intitulado *Memória explicativa de certos fatos das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e contra a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré*, em que o Capitão-Tenente Euzébio José Antunes, secretário e ajudante-de-ordens do Almirante Tamandaré entre 1864 e 1866, narra a atuação da Marinha na República uruguaia e no início do conflito com o Paraguai.

Intitulado *O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental*, o ensaio apresentado pelo Almirante Armando de Senna Bittencourt, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha e membro dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil, evidencia a atuação do então Barão de Tamandaré no envolvimento político-militar do Império brasileiro na região do Rio da Prata no período que antecedeu o início das hostilidades com o Paraguai. Merecem destaque neste texto as percepções – quase sempre conflitantes sobre a situação política no Uruguai e a capacidade bélica paraguaia – do chefe militar brasileiro na região, Tamandaré, e dos representantes consulares enviados para defender os interesses brasileiros junto ao governo uruguaio.

No artigo *Um militar no Império*, o Professor Marcos Guimarães Sanches, doutor em História Social e professor de História do Brasil das Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro e Gama Filho, confronta a trajetória profissional de Tamandaré com as concepções trazidas pela historiografia sobre as instituições militares e os próprios militares do período monárquico, sobretudo dos que ocupavam o topo da cadeia hierárquica.

O Coronel Paulo Dartanham Marques de Amorim, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e da Sociedade Brasileira de Cartografia, em *Tamandaré, Caxias e Osório*, destaca os valores morais comuns aos três chefes militares.

Em artigo intitulado *O despertar*, o Professor Guilherme de Andrea Frota, membro dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil, descreve como, ainda muito jovem, Joaquim Marques Lisboa voluntariou-se para o serviço na Armada em plena Guerra da Independência, posteriormente participando dos combates contra a Confederação do Equador e da Guerra Cisplatina. Narrando a infância e as primeiras influências do jovem “Lisboinha”, o autor revela o despertar de uma vocação.

No artigo *O Almirante Tamandaré através da Revista Marítima Brasileira*, o Professor Paulo André Leira Parente, doutor em História Social e professor das Universidades Gama Filho e Federal do Estado do Rio de Janeiro, analisa o processo de construção da memória do Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*, entre 1897 e 1950, demonstrando, em três fases distintas, o combate em prol de sua memória como Patrono da Marinha.

Baseado nos conceitos formulados pelo historiador Sidney Hook, o Comandante Francisco Eduardo Alves de Almeida, no artigo *A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil*, analisa a construção do arquétipo do herói em torno da biografia de Joaquim Marques Lisboa e infere quais fatores constitutivos de sua trajetória influenciaram na decisão institucional de elevá-lo a patrono da Força Naval.

As duas resenhas e a seção *Documento* também aludem ao caráter comemorativo desta edição de *NAVIGATOR*. A Comandante Mônica Hartz Oliveira Moitrel apresenta a resenha sobre a *Edição Especial da Revista Marítima Brasileira*, em seu número referente ao quarto trimestre deste ano, também comemorativo ao Bicentenário de Nascimento do Patrono da Marinha. Em 16 artigos escritos por eminentes colaboradores daquela sesquicentenária publicação, a vida e a personalidade do Almirante Tamandaré são analisadas sob diferentes pontos de vista. O *Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré* é o objeto de resenha produzida pelo Tenente Carlos André Lopes da Silva, que destaca ampla gama de fontes tornadas acessíveis ao pesquisador com a publicação deste instrumento de pesquisa. O documento do acervo do Serviço de Documentação da Marinha selecionado para fechar a revista vem do próprio Arquivo do Almirante Tamandaré, é uma carta escrita de próprio punho pelo Imperador no exílio, Dom Pedro d’Alcantara, destinada a Tamandaré. Singela e afetuosa, a breve mensagem datada de agosto de 1891 corrobora o vínculo emocional de Tamandaré com o Monarca, tão decantado nas biografias do primeiro.

Dentre as 26 edições de *NAVIGATOR*, a partir de junho de 1970, somente um texto teve como objeto o homem que o meio naval reputa como seu maior herói e que a instituição escolheu como seu Patrono. Em 1973, para a edição de número 7, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Max Justo Guedes escreveu o artigo *Sesquicentenário da entrada de Tamandaré para o serviço naval*. Após 24 anos de ausência, Tamandaré torna às páginas de *NAVIGATOR*, analisado sob sete diferentes perspectivas.

CONSELHO EDITORIAL

Arquivo Tamandaré: o espelho de uma carreira

Edina Laura Costa Nogueira da Gama

Graduada em História com especialização em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Capitão-de-Fragata (T) Edina é atualmente Vice-Diretora do Serviço de Documentação da Marinha e sócia titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar o Arquivo do Almirante Tamandaré, um fundo composto de 1.492 documentos, divididos em 17 livros, que constitui rica fonte documental sobre o Patrono da Marinha do Brasil. No acervo documental explorado, encontram-se subsídios para a compreensão de sua atuação político-militar, com especial destaque para as *Memórias* de sua atuação como comandante da Força Naval brasileira destacada no Rio da Prata, entre 1864 e 1865, escritas pelo seu ajudante-de-ordens, o Capitão-Tenente Euzébio José Antunes.

PALAVRAS-CHAVE: ARQUIVO DO ALMIRANTE TAMANDARÉ; FONTES DOCUMENTAIS; CAMPANHA ORIENTAL

ABSTRACT

The present article has the purpose to introduce to the public the Admiral Tamandare's Archive: a collection of 1.492 documents, divided in 17 volumes, which compose a rich documental source about the Brazilian Navy Patron. The existing informations in that documents are a rich source that will help researchers to understand Brazilian political-military actions during the second half of the XIXth Century. With special emphasis to the volume that has the manuscript memory of Lieutenant Euzébio José Antunes, about the naval operation on Prata River's in the years of 1864 and 1865.

KEY-WORDS: ADMIRAL TAMANDARE'S ARCHIVE; DOCUMENTAL SOURCE; ORIENTAL CAMPAIGN

ORIGEM

A *Revista Marítima Brasileira*, no início de 1949, anunciou na seção Noticiário a compra, pelo então Ministério da Marinha, de objetos e documentos que pertenceram ao Almirante Marquês de Tamandaré, junto a Leon Victor Louis Robichez, viúvo de Luzia Marques Lisboa Robichez, neta do Marquês de Tamandaré, representante ainda dos demais herdeiros do Patrono da Marinha do Brasil.

Da relação detalhada no mesmo periódico, constavam objetos que hoje compõem parte do acervo em exposição no Museu Naval, no caso condecorações, espada, quadro a óleo, espadim, óculo de alcance e outros objetos. Quanto à documentação, eram listados:

- 153 ofícios do Ministro da Marinha – Guerra do Paraguai;

Edina Laura Costa Nogueira da Gama

- Processo do Segundino de Gomensoro
- Encalhe da *Jequitinhonha*;
- 115 cartas do Almirante Barroso – Guerra do Paraguai;
- 96 cartas do General Osório – Guerra do Paraguai;
- 21 cartas de J.M da Silva Paranhos – Guerra do Paraguai;
- Diário de Bordo – 1866;
- 34 cartas do General Manoel Marques de Souza – Visconde de Porto Alegre. Guerra do Paraguai;
- Cartas do Almirante Joaquim José Ignácio – Visconde de Inhaúma;
- Cartas do General Venâncio Flores;
- Numerosas cartas dirigidas ao Almirante: Conselheiro Silveira Lobo, Segundino Gomensoro, Conselheiro Pinto Lima, etc.;
- Diplomas das promoções e nomeações de Joaquim Marques Lisboa; e

– Correspondências particulares (cartas da Família Real, convites, montepios, congratulações, elogios, etc...).

Outro conjunto de documentos foi entregue à Marinha do Brasil por Sofia Monteiro de Barros, por intermédio de Jósio de Salles, cumprindo assim o desejo de Maria Eufrásia Marques Lisboa, filha do Almirante Tamandaré.

O MANUSEIO

Acondicionados em 17 livros, em sua maioria na dimensão aproximada de 50 cm por 39 cm de largura e com encadernação em couro, os documentos foram colados às respectivas páginas, guardados em armário próprio, sendo dispostos sem obediência à cronologia ou mesmo ao assunto. Entretanto, em que pese as técnicas hoje existentes sobre acondicionamento e conservação em papel, o fato é que a documentação está em bom estado de preservação.



Figura 1 – Acondicionamento do Arquivo do Almirante Tamandaré, aspecto do livro nº 1

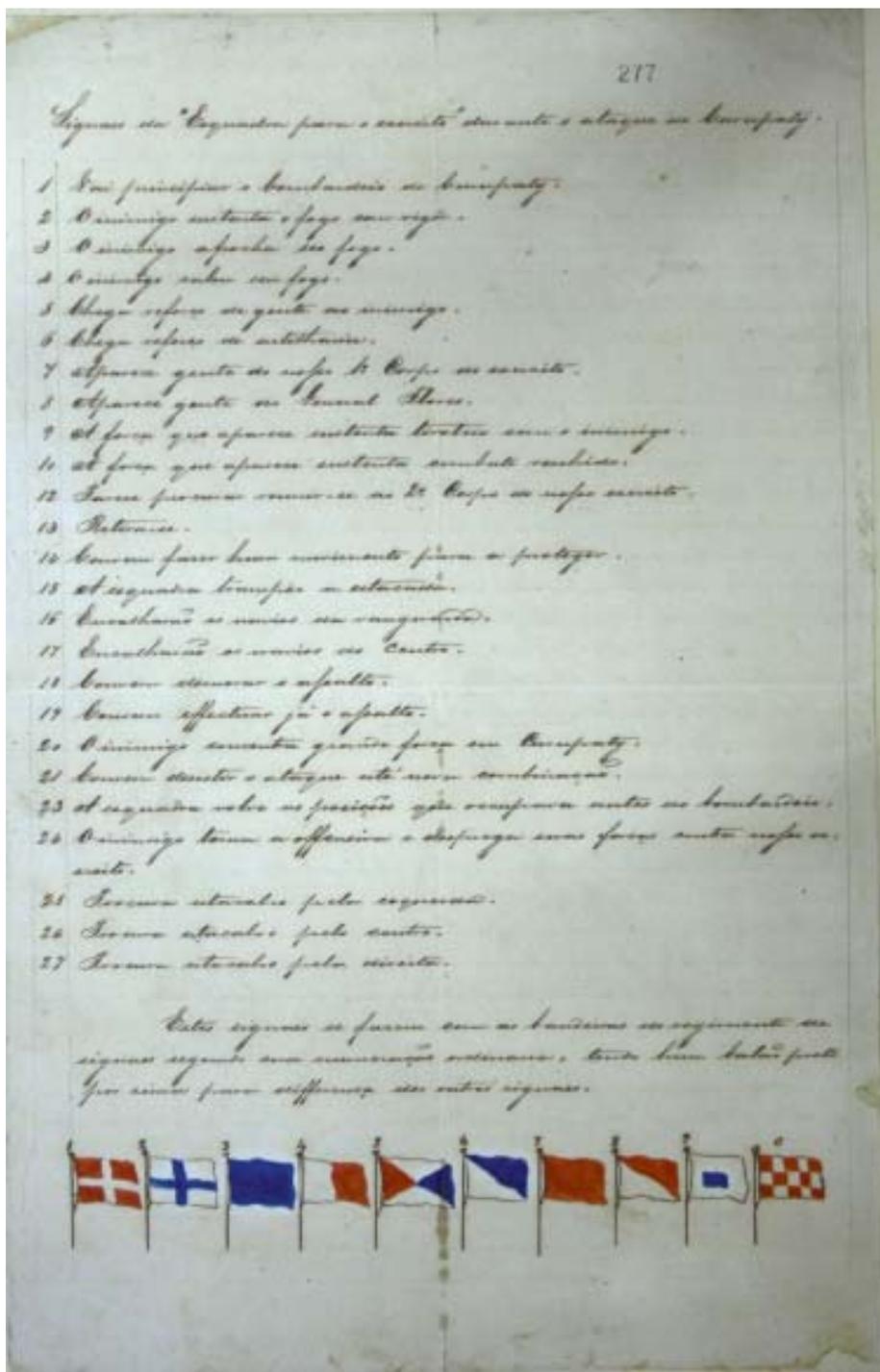


Figura 2 – Manual de sinalização entre a Esquadra e o Exército durante o ataque a Curupaiti. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, Livro 4, p. 93

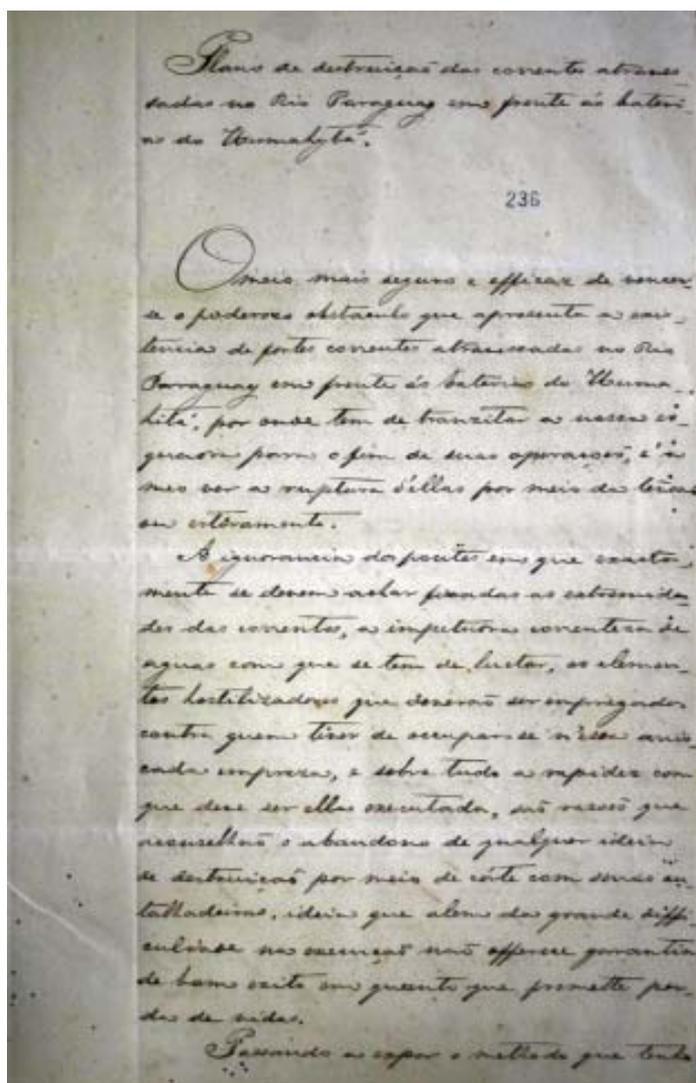


Figura 3 – Plano de destruição das correntes atravessadas no Rio Paraguay em frente às baterias de Humaitá. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 4, p. 46, doc. 236

O inventário, com uma metodologia histórica, do Arquivo do Almirante Tamandaré teve início em 1978, quando todos os seus 1492 documentos foram catalogados, e hoje microfilmados, exceto o Livro 16. Até este ano, as consultas realizadas levavam, invariavelmente, ao manuseio dos originais.

A historiografia naval tem registrado, no caso de livros e outros trabalhos escritos sobre a vida do Almirante Tamandaré¹, o uso em escala numerosa da documentação do Arquivo pelo Primeiro-Tenente José Francisco de Lima; outros autores também podem ter pesquisado a respeito, mas não há citações nas publicações.

¹ Bibliografia pesquisada na rede integrada de 36 bibliotecas de Organizações da Marinha do Brasil.

Navigator 6 Arquivo Tamandaré: o espelho de uma carreira

Nesse mister, cabe o registro da bela impressão que me causou a conversa que mantive com o Tenente Francisco, há alguns anos. Disse-me ele que o seu livro era resultado de uma pergunta que sempre o perseguiu ao longo da carreira naval: “O que levou o Almirante Tamandaré a ser considerado o Patrono da Marinha do Brasil?” Deste modo, ele buscou suas respostas nos documentos lidos em arquivos. Apesar de nascido longe dos grandes centros culturais do País, de origem humilde, sem nenhuma formação acadêmica, ele me mostrou metodologia de pesquisa e construção de uma hipótese...

O LIVRO 16

Como parte das comemorações do Bicentenário de Nascimento do Patrono da Marinha, incluiu-se a publicação do *Arquivo do Almirante Tamandaré*. Era o momento de, cumprindo-se a nova realidade no domínio da construção histórica, democratizar e popularizar, enfim, tornar conhecida e disponível aos estudiosos toda uma documentação que pode ser creditada à história política, onde se encontra a história militar e naval.

O propósito não era o de, com a publicação, produzir o acesso a verdade sobre a trajetória do Almirante Tamandaré, mas sim trazer a público, no dizer de José Murilo de Carvalho, “mais mediadores do conhecimento da História: os documentos”² e assim ser possível reconhecer a importância e a existência dos heróis, lideranças da sociedade, os quais nascem, por vezes, em resposta de importantes demandas concretas do segmento social/instituição que representam, absorvendo expectativas e necessidades de grupos e coletividades ali alocados³.

Nesse contexto, foi iniciado o inventário do Arquivo pelo Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha, com o apoio dos Departamentos de Arquivos da Marinha e de Publicações e Divulgação. A sua produção, decidiu-se, seria impressa e, atendendo aos apelos da informática como fator de democratização da pesquisa histórica, também em CD-ROM. Assim, todo o fichamento existente foi revisto e atualizado, sendo os documentos catalogados. Mas, durante o processo, descobriu-se o Livro 16.



Figura 4 – Livro nº 16 do Arquivo do Almirante Tamandaré

² CARVALHO, José Murilo de. O Historiador e os morcegos. *Revista Nossa História*. Ano 1, nº 10, p. 98. ago. 2004.

³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. História na educação de jovens e adultos. Disponível em: <<http://www.educacao.gov.br/sef/estrut2/pcn/materiais/eja/volume2/historia.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2007.

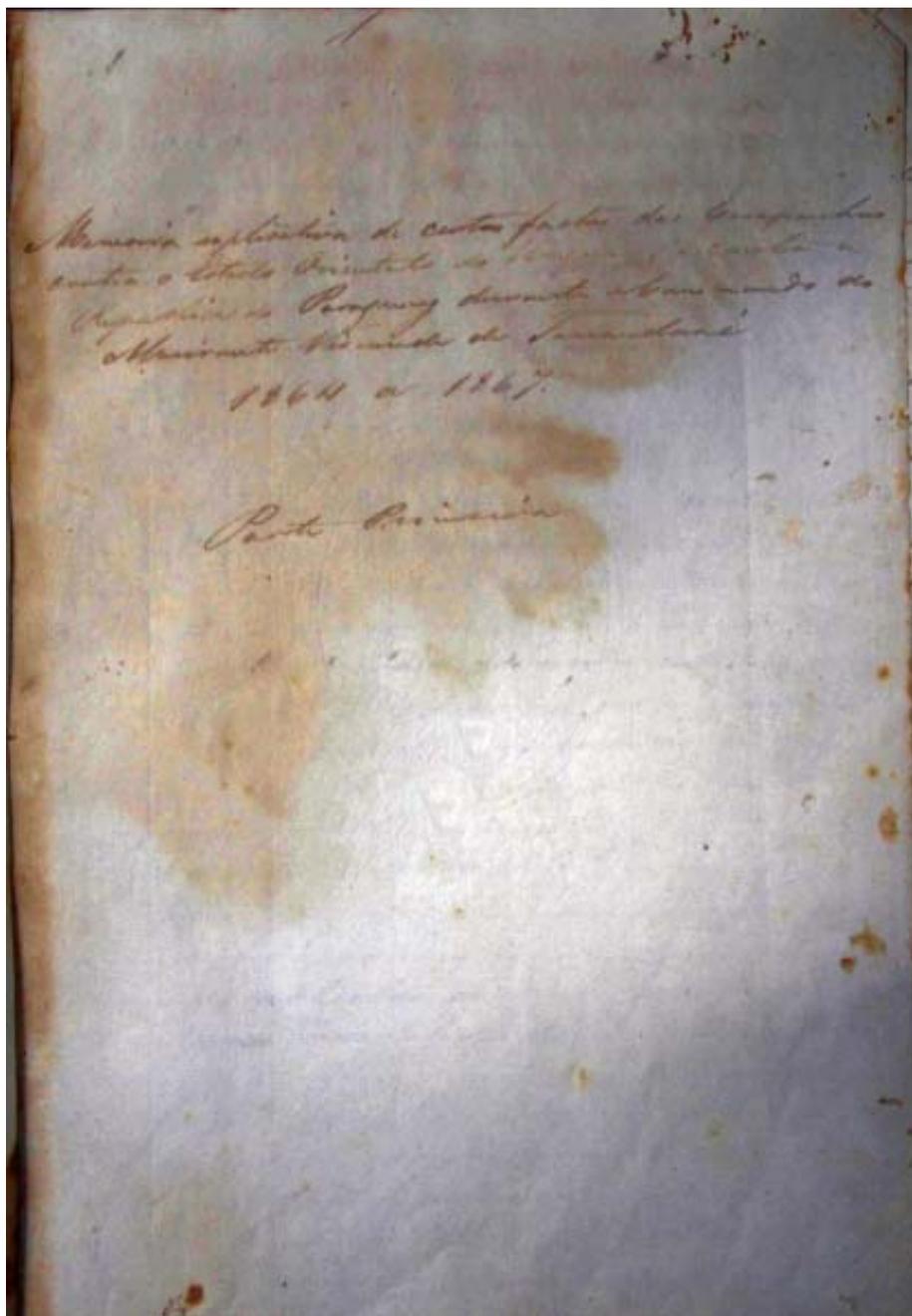


Figura 5 – Página de abertura das "Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré", escrita por Euzébio José Antunes. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 16, p.16

A memória explicativa de certos fatos das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e contra a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré é uma fonte primária que trata de questões políticas e operações militares ocorridas até a rendição de Uruguaiana, em fins de 1865, tendo como personagem central nesse relato o Almirante Tamandaré. Busca explicar, com o concurso de numerosos documentos, as ações empreendidas pelo Patrono da Marinha do Brasil no período. Foi escrito pelo Capitão-Tenente Euzébio José Antunes em 1867, por ordem do Ministro da Marinha.

A escolha desse militar para escrever esse depoimento deve ser considerada em função das comissões que exerceu ao tempo dos conflitos no Prata, como ajudante-de-ordens do comandante da Força Naval no Rio da Prata, sediada em Montevidéu (1862-65) e no assessoramento prestado ao Almirante Tamandaré, em Buenos Aires (1865-66), na criação da estrutura logística que permitiu a operação da Esquadra brasileira nos Rios Paraná e Paraguai. Junte-se aos fatos o conhecimento de causa e perfil jornalístico que já demonstrara no trato de discussões, pela imprensa, das mais complicadas questões da alta administração da Marinha de Guerra, merecendo elogios do

comandante da Estação Naval da Bahia, onde também serviu.

Diante desse manuscrito inédito, optou-se por também publicá-lo. O lançamento da obra ocorre hoje, neste Simpósio, não sem razões. No ano em que se comemora o Bicentenário de Nascimento do Patrono da Marinha do Brasil, por que não se fomentar “a ambição de todo historiador na produção do conhecimento novo... dizendo coisas diferentes das que foram ditas por nossos predecessores?”⁴. Citemos, por exemplo, aquela historiografia corrente, que condena as ações empreendidas pelo Almirante Tamandaré nos episódios de Salto e Paissandu, a morosidade da Esquadra, a sua longa estadia em Buenos Aires ..., julgando-os como resultado da incompetência, até mesmo fruto de “visíveis sintomas de velhice precoce” do Comandante-em-Chefe das Forças Navais no Rio da Prata à época. Há controvérsias, pelo visto, no livro ora publicado.

Composto de 141 páginas, o depoimento do Capitão-Tenente Euzébio Antunes, além de transcrever e citar diversos documentos, como já referido, traça considerações a respeito, também opinando sobre as “certezas” deixadas pela guerra ainda em curso, como veremos a seguir:

“Fevereiro de 1867⁵

“A Guerra do Paraguai encerra uma preciosa lição para o Brasil, embora com o sacrifício do bem-estar e do futuro da geração atual, que já se mostra cansada por uma luta tão prolongada e cruel, e procura lançar a culpa desta situação tirante à lentidão e inércia na presente marcha das operações e a erros dos últimos governos, quando deve atribuí-los à improvidência a total confiança de uma paz estável no passado, de que todos que tiverem parte ou influência nos públicos negócios são responsáveis, sem distinção de partidos.”⁶

⁴ CARVALHO, op. cit.

⁵ Todos os grifos nas próximas citações são meus.

⁶ ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 11

“Temos direito em falar esta linguagem; porque nunca partilhámos essa confiança e improvidência que das altas regiões do poder, e do seio do Parlamento Nacional se procurava implantar nas massas populares, e que nos fez adormecer nas proximidades de um vulcão; e para provar a nossa tese, e evitar que a História registre uma grande injustiça nacional, é que hoje lançamos mão da pena para escrever este esboço imparcial.”⁷

Página 18

“Esta mudança brusca na política do Paraguai para conosco data da época em que D. Carlos Antonio López se viu livre do tirano de Buenos Aires, pelos esforços brasileiros, e pôde assim respirar, sem ter concorrido com um só soldado, nem com o menor sacrifício para a queda desse tirano que o apertava em um círculo de ferro e ameaçava esmagá-lo, sendo assim quem melhor proveito tirou deste fato importante que tanta influência tem tido nos destinos do rio da Prata e em sua prosperidade.”⁸

Página 22

“Não podia ser, realmente, mais desgraçada a situação militar do Império quando tivemos de fazer soar o canhão no Rio da Prata para desafronta da honra nacional e para conseguir as garantias a que tinham direito os brasileiros residentes no Estado Oriental. Nunca almirante algum se viu encarregado de uma missão tão árdua, tão pouco definida, com tão escassos elementos, como o então Barão de Tamandaré nessa ocasião!

“Com efeito: não obstante o Sr. Conselheiro Saraiva ter demorado quanto pôde a apresentação do *ultimatum* ao Governo de Montevideú, o que teve lugar no dia 12 de agosto de 1864, somente no dia 1^a de dezembro, isto é, quase quatro meses depois, foi que o Exército Brasileiro penetrou no Estado Oriental, e que Exército! Que não chegava a seis mil homens, inclusive os 1.200 voluntários que acompanhavam o General Netto.”⁹

⁷ Ibidem. p.11.

⁸ Ibidem. p.33.

⁹ Ibidem. p.37.

Página 27

“Único responsável nessa época crítica pela direção política e militar da guerra e gozando de uma ilimitada confiança de seu governo, que o deixava inteiramente livre, ele consultaria o melhor, como porque no teatro dos acontecimentos era o mais habilitado para resolver – (Despacho de 7 de dezembro de 1864, do Ministro dos Negócios Estrangeiros), o Almirante brasileiro se multiplicava para malograr todos esses planos, a fim de corresponder a essa honrosa confiança.”¹⁰

Página 38 – *Considerações acerca da resposta do Ministro em Assunção às indagações do Almirante Tamandaré sobre o poderio militar paraguaio. (os documentos foram transcritos):*

“Eis o modo por que éramos servidos! Imprevidência de uma parte, descuido de outra, ignorância completa do valor militar do inimigo, e a vaidade de saber tudo dessa China da América! Assim empreendemos ao acaso esta guerra desastrosa!

“É digno de ler-se integralmente este ofício escrito pelo Almirante ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em 12 de outubro. Ele revela a sua impaciência por incitar as operações, e o seu anelo por nos ver colocado em uma posição sobranceira às dificuldades que se debruçavam no horizonte! Quem diria que dois anos depois seria este mesmo chefe acusado de inércia por não ter realizado operações imprudentes, sem motivo justificado, só para satisfazer caprichos de quem joga com a opinião pública, tão fácil de ser explorada?”¹¹

Páginas 40 e 41 – *Transcrição de ofícios do Presidente da Província do Rio Grande do Sul e do Brigadeiro Canavarro, em 20 de setembro de 1864:*

“ O Sr. Conselheiro Saraiva recomendou-me que devia prevenir a V. Ex.^a para serem as operações do Exército coadjuvadas pelas forças da nossa Esquadra, e assim o faço sem poder determinar a época certa em que poderão achar-se as nossas forças em frente a Paissandu e Salto. “¹²

Presidente da Província do Rio Grande

¹⁰ Ibidem. p.41.

¹¹ Ibidem. p.51.

¹² Ibidem. p.53.

“ Comando da Fronteira do Quaraí. Quartel-General em Santana do Livramento, 27 de setembro de 1864. Ilmo. e Exmo. Sr. Hoje às 10 horas do dia, recebi o ofício que V. Ex.^a serviu-se dirigir-me em data de 21 do corrente, comunicando-me que o General Servando Gomes, à frente de uma força de 2.500 homens das três armas efetuava sua passagem para o norte do Rio Negro, talvez com o fim de reforçar Paissandu para oferecer batalha ao General Flores, que se acha ao alcance de tiro de canhão da dita cidade, incorporar-se à Guarnição do Salto, ou dirigir-se a esta fronteira. Em resposta tenho o pesar de dizer a V. Ex.^a que, com as forças que atualmente tenho à minha disposição, parece-me inútil ou sem vantagem qualquer tentativa que faça por esta parte; porque pouco excedem de 500 homens de cavalaria, disseminados por toda a fronteira. “¹³

David Canavarro

Páginas 44 e 45 – *Transcrição de ofício do Comando da Flotilha de Mato Grosso, 4/10/1864:*

“ A força sob meu comando é bastante diminuta, e incompleta, pois havendo quatro vapores só um tem artilharia e todos estão mal guarnecidos, do que já dei conhecimento ao Quartel-General da Marinha, logo que tomei este comando, mas que nenhuma solução teve até agora, e por isso não sofreu melhoramento algum a Flotilha, e continuam os navios lotados de modo que, nem para a simples navegação dos rios tem guarnição suficiente; além disso acresce que só do Corpo de Imperiais Marinheiros pode-se obter praças para os navios, e este está mui resumido e incompleto pela falência de recrutas ou voluntários. “¹⁴

Página 46

“Já vimos qual era o estado efetivo do Exército debaixo dos muros de Montevideú; pois bem, a Marinha não lhe era superior nem em organização nem em número”¹⁵.

¹³ Ibidem. p.54.

¹⁴ Ibidem. p.57.

¹⁵ Ibidem. p.59.

Página 48

“Ninguém pensava que o General López invadisse a Província de Corrientes, e rompesse assim com a Confederação Argentina; portanto, quando se tratava da guerra, a persuasão geral era que ele não sairia da defensiva, limitando-se à invasão de Mato Grosso para se apoderar dos limites a que pretende.”¹⁶

Páginas 48 e 49 – transcrição de ofício do Almirante Tamandaré ao Ministro da Marinha, em 3 de março de 1865, expondo o seu plano de operações:

“... cumpre-me romper, no mais curto prazo possível as hostilidades contra a República do Paraguai. O Governo Imperial, porém, ainda não nos deu a conhecer o plano geral de campanha que tinha resolvido adotar nesta guerra justa, que provoca aqui imensas simpatias; nem exigiu a opinião de seus generais de mar e terra, incumbidos do comando das forças em operações.”¹⁷

Páginas 65 e 66

“... à discussão do Tratado e do plano da campanha havia assistido o General Urquiza, que veio a Buenos Aires, para este fim expresso, a convite do General Mitre. Aquele caudilho, que consideramos o homem mais funesto do Rio da Prata, e que à ferocidade do tigre reúne a astúcia da raposa, havia mostrado muito entusiasmo pela causa dos aliados, e prometeu ser o primeiro a dar uma lição ao inimigo, fazendo marchar de Entre-Rios seus soldados já prontos, em número de oito mil homens, que, reunindo-se ao General Nicanor Cáceres, que comandava os correntinos, e ao General Paunero, que havia partido de Buenos Aires com as forças de infantaria e artilharia disponíveis, podiam formar um exército de vanguarda de 12 a 15 mil homens, capaz, com efeito, de dar um golpe importante, logo que o inimigo se internasse no território correntino, do qual o ministro das Relações Exteriores da Confederação esperava os melhores resultados. Havia, porém, muito quem não só duvidasse da cooperação deste caudilho, como que até desconfiasse que ele estava de combinação com o inimigo, que não se atreveria a avançar tão francamente à procura da Província de Entre-Rios, se não esperasse achar apoio nela.

“O Almirante Tamandaré era um destes...”¹⁸

¹⁶ Ibidem. p.61.

¹⁷ Ibidem. p.61 e 62.

¹⁸ Ibidem. p.79.

Páginas 81 e 82

“Nestas graves circunstâncias, tendo dois chefes de confiança à frente da Esquadra no Paraná, devia o Almirante Tamandaré partir também para ali, e abandonar nosso Exército, abandonar nossa Província do Rio Grande, dar as costas ao perigo sério que corria a integridade do Império, perigo que obrigou até o Imperador a fazer uma viagem incômoda e rápida, por uma estação rigorosa, para se apresentar em frente ao inimigo, como o primeiro Voluntário da Pátria?”

“Julgamos que nem os próprios adversários deste ilustre general se atreverão a dar uma resposta positiva a esta interrogação, preferindo a defesa do solo estrangeiro à defesa do solo da Pátria.”¹⁹

Página 90

“Estes preciosos documentos da história nacional além das provas que nos fornecem da injustiça com que se acusava de morosos os movimentos da nossa Esquadra, nos revelou também o seguinte, que convém ter em memória.

“1ª – A insuficiência do 1º Corpo do Exército argentino para realizar os planos de campanha esboçados em Buenos Aires pelo Ministro Elizalde nas cartas que dirigiu ao Almirante.

“2ª – Que a Esquadra, se não tivesse subido e descido tantas vezes por causa daquele Exército, teria chegado a Corrientes – donde só esteve distante 16 léguas – com carvão ainda para navegar, visto que ela podia chegar mesmo depois disso àquele ponto, partindo do Rincón do Soto.

“3ª – Que ela salvou então aquele 1º Corpo do Exército com o seu inestimável concurso, embora com o sacrifício de sua glória.”²⁰

Página 125

“A Repartição da Guerra não tinha ainda estabelecido no Rio da Prata nenhuma administração militar, e o serviço dessa repartição recaía no Estado-Maior da Esquadra, que em tão múltiplos e variados deveres encontrava a cada momento dificuldades imprevistas.”²¹

¹⁹ Ibidem. p.94.

²⁰ Ibidem. p.102.

²¹ Ibidem. p.140.

Página 139

“O ilustre Sr. Conselheiro Paranhos, na obra que escreveu com o título *Convenção de 20 de Fevereiro*, procurou mostrar que o Visconde de Tamandaré colocou-se em manifesta contradição assinando esta proposta de capitulação, e reprovando aquela convenção. Ele compara os termos de um e outro documento, e acha as condições oferecidas a Estigarribia muito mais suaves do que no que serviriam para a rendição de Montevideú.”²²

Na última página do manuscrito do Capitão-Tenente Euzébio Antunes há uma interrupção da narrativa, como descrito na apresentação pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, Vice- Almirante Armando de Senna Bittencourt, parecendo faltar sua continuação.

O CATÁLOGO DO ARQUIVO DO ALMIRANTE TAMANDARÉ

Intencionalmente previsto para ser lançado no mês de dezembro, em data próxima ou mesmo no próprio dia de nascimento do Patrono da Marinha, 13 de dezembro, seus 1492 documentos dispostos em 17 livros, estarão disponíveis, mediante uma prévia seleção de fichas catalográficas e consulta em microfílm, aos estudiosos dos “Domínios da História”. Há elementos para se pesquisar a construção/reconstrução de uma história política, social, cultural, do poder no Brasil, campos de investigação observados na obra organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas.²³

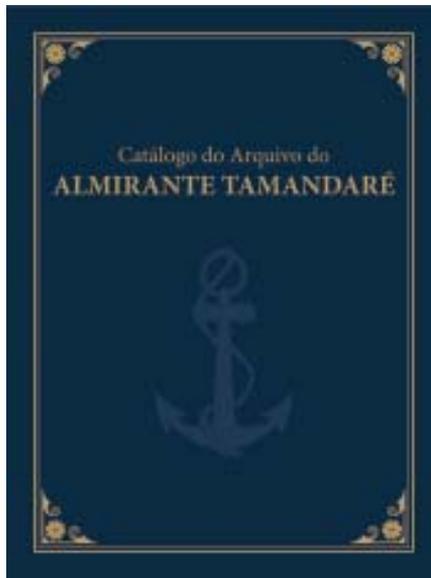


Figura 6 – Capa do catálogo do Arquivo Tamandaré

²² Ibidem. p.159.

²³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

| | |
|--|---|
| <p>Palavra-Chave: <i>Ocean Monarch</i> - Naufrágio <i>Visco da Gama</i> - Naufrágio ELOGIOS - Tamandaré, Marquês de. Joaquim Marques Lisboa, 1807-1897</p> <p>Título: Artigo do jornal <i>Illustration de Paris</i> (em francês)</p> <p>Produtor: xxx</p> <p>Resumo: Artigo no qual é abordado os naufrágios do Navio <i>Ocean Monarch</i> e da Nau <i>Visco da Gama</i>, elogiando a coragem e a inteligência demonstradas pelo Comandante do Vapor <i>D. Afonso</i>, Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Marques Lisboa e, participando que o governo britânico pretende presentear-lo pelo fato.</p> <p>Local: Paris Anexo: xxx</p> | <p>Data: s/d</p> <p>Arquivo: TAMANDARÉ Documento: Livro: 1 Doc: 39 Pág: 14 F. 3</p> |
| <p>Palavra-Chave: NOMEAÇÃO - Capitão do Porto da Corte e Província do Rio de Janeiro Tamandaré, Marquês de. Joaquim Marques Lisboa, 1807-1897</p> <p>Título: Ofício assinado pelo Ministro da Marinha Zacarias de Góes e Vasconcelos</p> <p>Produtor: Ministro da Marinha Zacarias de Góes e Vasconcelos</p> <p>Resumo: Ofício nomeando o Chefe de divisão Joaquim Marques Lisboa para o cargo de Capitão do Porto da Corte e Província do Rio de Janeiro.</p> <p>Local: Palácio do Rio de Janeiro Anexo: xxx</p> | <p>Data: 1852/09/13</p> <p>Arquivo: TAMANDARÉ Documento: Livro: 1 Doc: 40 Pág: 15</p> |
| <p>Palavra-Chave: CARTA PATENTE - Tamandaré, Marquês de. Joaquim Marques Lisboa, 1807-1897 PROMOÇÃO POR MERECCIMENTO</p> <p>Título: Carta patente assinada pelo Imperador D. Pedro II</p> <p>Produtor: Imperador D. Pedro II</p> <p>Resumo: Carta patente promovendo o Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Marques Lisboa ao posto de Chefe de Divisão, com o registro do Ministro da Marinha Manoel Vieira Tosta, em 27/03/1852 - Palácio do Rio de Janeiro.</p> <p>Local: Corte [Rio de Janeiro] Anexo: xxx</p> | <p>Data: 1852/03/20</p> <p>Arquivo: TAMANDARÉ Documento: Livro: 1 Doc: 41 Pág: 16</p> |

Figura 7 – Fichas catalográficas presentes no catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré



Figura 8 – Cartão-postal impresso com o retrato do Imperador D. Pedro II. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 4, doc. 10

Esses ditos elementos provém da história naval brasileira vivida por um homem que atravessou todo o tempo monárquico do País. O acesso ao Arquivo Almirante Tamandaré trará ainda consigo, em que pesem as críticas, "... o fetiche da busca pelo 'documento inédito' e 'original', tão comum ao ambiente historiográfico."²⁴

Entretanto, podemos encontrar outras finalidades na produção bibliográfica da documentação do Patrono da Marinha, todas elas relacionadas ao progresso da tecnologia da informação, já conhecida dos pesquisadores de história: facilitação na coleta das fontes primárias, conservação dos documentos, democratização das informações, etc... E todas

elas remetem a um fato – O DOCUMENTO PRECISA EXISTIR – juntamente com o historiador e a realidade histórica.²⁵ Para tal, é necessário produzir uma memória escrita e dessa forma ser preservada. Documentos produzidos eletronicamente, muitos digitalizados, bem como outras ferramentas tão modernas serão capazes de nos fazer repensar uma história que começou a ser escrita há exatamente 200 anos, como a do Patrono da Marinha do Brasil? Será que assim "... continuaremos a percorrer os caminhos e descaminhos da História, enfrentando com serenidade as diferenças de opinião e opção teórica ..."²⁶, objetivo maior a ser alcançado com essas publicações? Vale a pena refletir....

²⁴ NOVA, Cristiane Carvalho da. A informática e a democratização da pesquisa histórica. O Olho da História, Salvador, v. 1, n. 4, p. 100-106, 1997.

²⁵ CARVALHO. Op. Cit. p. 98.

²⁶ CARDOSO; VAINFAS. op. cit.p. 449.



Figura 9 – Cartão-postal impresso com o retrato do Marquês de Tamandaré, Almirante Joaquim Marques Lisboa e com transcrições assinadas pelo Cardeal Wiseman, Imperador Pedro II e pelo Marquês de Tamandaré. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 5, doc. 7



Figura 10 – Cartão-postal impresso com a fotografia do Chateau d'Eu e correspondência entre Isabel d'Orleans e Bragança Princesa Imperial do Brasil, 1846-1921 e Maria Eufrásia Marques Lisboa. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 6, doc. 25



Figura 11 – Cartão-postal impresso com fotografia da Família Real, assinado pelo Conde d'Eu (Luiz Felipe Maria Fernando Gatão d'Orleans), 1842-1922 e Isabel, Princesa Imperial do Brasil, 1846-1922. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 5, doc. 19



Figura 12 – Cartão-postal impresso com o retrato da Imperatriz Tereza Cristina. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 4, doc. 11



Figura 13 – Cartão-postal impresso com o retrato do Marquês de Tamandaré, Almirante Joaquim Marques Lisboa. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 3, doc. 5

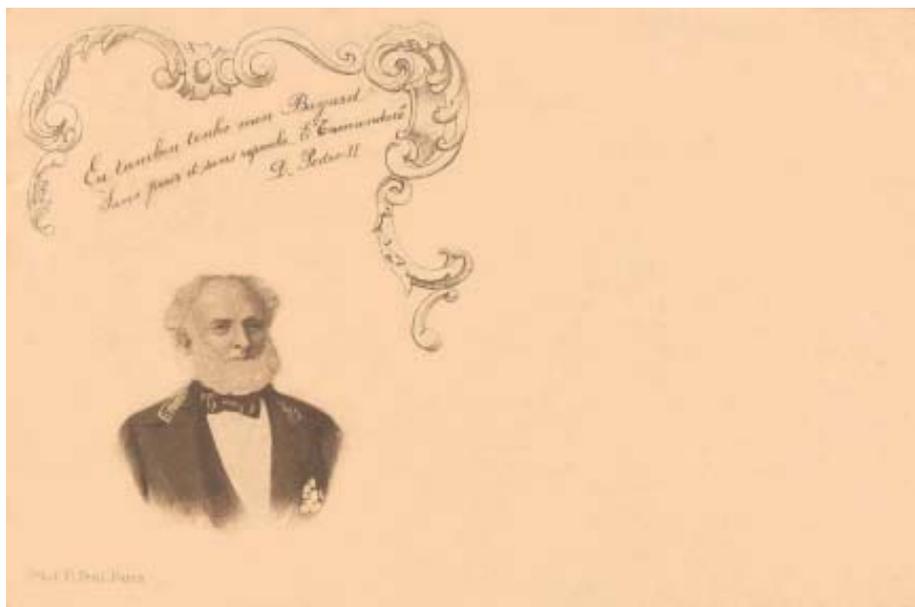


Figura 16 – Cartão-postal impresso com o retrato do Marquês de Tamandaré, Almirante Joaquim Marquês Lisboa – transcrição assinada pelo Cardeal Wiseman. Fonte: Arquivo do Almirante Tamandaré, livro nº 1, p. 3, doc. 9

O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental

Armando de Senna Bittencourt

Vice-Almirante da Reserva da Marinha e Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

RESUMO

O assunto deste ensaio é o envolvimento político-militar do Brasil nos anos 1864-1865, ao intervir na guerra civil entre os partidários dos *blancos* e *colorados*, na República Oriental do Uruguai. Seu propósito é analisar as ações do Vice-Almirante Barão de Tamandaré e dos diplomatas brasileiros durante o conflito. Essa intervenção militar brasileira no Uruguai foi interpretada por Francisco Solano López, o ditador do Paraguai, como uma agressão aos interesses de seu país e é o estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), o segundo conflito mais sangrento da história das Américas.

PALAVRAS-CHAVE: CAMPANHA ORIENTAL – TAMANDARÉ – COMANDO-EM-CHEFE DAS FORÇAS NAVAIS NO RIO DA PRATA

ABSTRACT

The subject of this essay is the Brazilian political-military involvement, during the years 1864-1865, intervening in the Oriental Republic of Uruguay civil war between the Blanco and Colorado Parties supporters. Its object is the analyses of the Vice-Admiral Baron of Tamandaré's and the Brazilian diplomats' actions during the conflict. This Brazilian military intervention in Uruguay was interpreted as an aggression to his country's interests by Francisco Solano López, the Paraguayan dictator, and is the starting point of the Tríplice Aliança War against Paraguay (1865-1870), the second bloodiest conflict in the Americas' History.

KEY-WORDS: ORIENTAL CAMPAIGN – TAMANDARÉ – COMMAND-IN-CHIEF OF RIO DA PRATA NAVAL FORCES

O período em que o Almirante Tamandaré comandou as ações durante a intervenção do Brasil na República Oriental do Uruguai, em 1864 e 1865, é um dos mais difíceis de sua longa carreira a serviço da Marinha do Brasil. Sua ação eficaz, mas aparentemente impulsiva, aliando-se a uma das partes de um conflito interno, bombardeando e quase destruindo Paissandu e ameaçando Montevideú do mesmo destino, bem como seu desentendimento com o futuro Visconde do Rio Branco – que negociou a paz e, em seguida, foi demitido – são bem conhecidos e existe uma farta historiografia a respeito. A importância, no entanto, dessa ação militar e política, freqüentemente questionada até por historiadores, que foi o estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, motivou este ensaio, escrito no ano em que se comemoram os 200 anos de nascimento do Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil.

Na República Oriental do Uruguai, os Partidos *Blanco* e *Colorado* se digladiavam pelo poder. Lá residiam cerca de 40 mil súditos do Império e muitos brasileiros tinham proprie-

Armando de Senna Bittencourt

dades em território uruguaio. Constituíam uma parcela importante da população desse país, eram donos de algumas das melhores propriedades lá existentes e muitos estavam envolvidos na política local.

Havia, então, o hábito de transferir livremente o gado, do Uruguai para as charqueadas do Rio Grande do Sul, no Brasil, ou mesmo, de passar gado pela fronteira, entre estâncias, às vezes do mesmo proprietário.

Em 1860, assumiu o poder o Partido *Blanco*, sob a presidência de Bernardo Berro. Ele iniciou uma política desfavorável a esses brasileiros, inclusive limitando suas liberdades exageradas, principalmente ao taxar o comércio através da fronteira e ao questionar o direito deles possuírem escravos em território uruguaio¹. Intensificou-se, também, nessa época, a hostilidade entre os dois partidos e, pouco depois, a situação era de guerra civil e violência. Venâncio Flores, líder do Partido *Colorado*, invadira o território do país, em abril de 1863, com tropas organizadas em território argentino e com o apoio do governo de Buenos Aires. Ele era aliado do Presidente da República da Argentina, Bartolomé Mitre, e participara da Batalha de Pavón, na Argentina, em 1861, apoiando a vitória obtida por Buenos Aires. A Argentina, porém, manteve uma posição oficial de neutralidade nesse conflito.

Essas disputas internas também causavam dificuldades e prejuízos aos negócios normais e corretos de brasileiros e, com o aumento da violência, passaram a ocorrer ofensas graves e, até brutalidades. Com a renúncia do Presidente Bernardo Berro, transferência do poder executivo para Atanásio Aguirre, presidente do Senado, em março de 1864, e devido à intensificação da guerra civil, tornou-se até insegura a permanência de brasileiros no Uru-

guai. Houve, também, denúncias sérias de desordens na fronteira com o Brasil. Cabe, no entanto, observar que, segundo declarações oficiais do próprio governo imperial brasileiro, muitos de seus súditos haviam aderido à causa do General Flores². Alguns estavam, portanto, erradamente envolvidos nas disputas internas do país, durante uma guerra civil, e conseqüentemente, sujeitos aos azares da situação. O *Jornal do Commercio* de 16 de novembro de 1863, citado por Euzébio José Antunes em suas *Memórias*, resume assim a situação:

Muitos brasileiros estão hoje reunidos ao General Flores por causa das violências praticadas contra eles pelos Generais Lamas e Medina, principalmente pelo primeiro, que nos vota um ódio estranhável, e que, em retribuição, é execrado por quase todos os nossos compatriotas estabelecidos no Departamento do Salto. Considero natural, e até já o manifestei em uma anterior correspondência, que as forças legais, por um esforço que seria bom evitarem, desmantelem estâncias dos chefes brasileiros que estão com os revoltosos; mas é intolerável que arruinem a propriedade brasileira em geral, como estão praticando, embora pertença a homens inofensivos que emigram por não estarem suficientemente garantidos. Deste modo, de represália em represália, de violência em violência, chegaremos a uma situação em que será impossível aos dois governos evitar um sério conflito, embora se achem animados das melhores disposições para viver em harmonia, como convém aos interesses dos dois países.³

O Partido *Blanco* contava com a simpatia do governo do Paraguai, o que lhe era muito importante, por se contrapor ao Brasil e a Buenos Aires. O ditador paraguaio, Francisco Solano López, que sucedeu no poder seu pai Carlos López, recebeu propostas dos *blancos* uruguayos e, também, de Justo José de Urqui-

¹ BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai – História e historiografia. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 13.

² RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 307.

³ ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 13.

za, líder dos *federales* argentinos e caudilho da província de Entre Rios, para estabelecer uma aliança defensiva e ofensiva entre o Paraguai, o Uruguai e Entre Rios. López manteve, inicialmente, uma posição cautelosa, evitando compromissos excessivos, mas a aliança lhe convinha, pois garantia uma saída para o mar para seu país, muitas vezes dificultada, no passado, por Buenos Aires. A República Argentina somente reconheceu a independência do Paraguai em 1852 e, por longo período no passado, procurou incorporar o Paraguai às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os representantes do Partido *Blanco* em Assunção mantinham López alertado contra supostas más intenções brasileiras e argentinas contra o Paraguai, aproveitando a desconfiança que ele tinha em relação às intenções do Brasil e da Argentina, com os quais seu país tinha questões de limites não solucionadas. A falta de representações diplomáticas paraguaias permanentes, no exterior, fazia com que ele não tivesse informações suficientes para suas análises, dificultando suas decisões – perigosamente, como o futuro mostraria -, em relação à política externa e o potencial dos países vizinhos e, em especial, sobre as intenções do Brasil em relação ao Paraguai.

López protestara contra o apoio do governo argentino à invasão dos rebeldes *colorados*. Inicialmente adotou uma postura conciliatória, inclusive se oferecendo como árbitro para as questões, mas depois, mostrou que estava decidido a defender seus interesses na região do Rio da Prata. A Argentina e o Brasil, no entanto, também mal informados sobre o potencial militar existente, por incompetência de seus diplomatas neste assunto e dificuldades de obter informações no regime ditatorial imposto por López, o consideravam um intruso e subestimavam o Paraguai.

Com as reclamações chegadas ao Rio de Janeiro, inclusive através de uma representa-

ção de pecuaristas gaúchos liderada pelo General Souza Neto, o governo brasileiro, então representado por um gabinete formado pelo Partido Liberal, resolveu enviar uma missão diplomática ao Uruguai em 1864, para proteger os súditos do Império. Nomeou um diplomata, o Conselheiro José Antonio Saraiva, e designou para Comandante-em-Chefe das Forças Navais do Rio da Prata, surtas em Montevideu, o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, para respaldá-lo com uma relativamente poderosa Força Naval. Era uma atitude típica do século XIX e os brios estavam feridos pelas represálias sofridas na Questão Christie com a Grã-Bretanha, com quem as relações diplomáticas estavam cortadas. Ainda estava recente o fim da Revolução Farroupilha e o governo temia que os gaúchos iniciassem uma guerra, por conta própria, com o Uruguai, em defesa de seus interesses, ou, por lhes faltar apoio, que se reavivassem sentimentos contrários ao governo imperial⁴.

A missão do Conselheiro Saraiva tinha por objetivo, conforme o futuro Visconde de Rio Branco, mais tarde, em 1865, resumiu:

... obter satisfações de agravos recebidos pelo Império em várias épocas, a partir de 1852, nas pessoas e propriedades de súditos brasileiros residentes no Estado Oriental. O Sr. Conselheiro Saraiva devia exigir reparação daquelas ofensas e segurança para o futuro e, se nossas reclamações não fossem atendidas, deveria apresentar o seu *ultimatum* e combinar o emprego de represálias.⁵

O governo *blanco*, no entanto, não se intimidou, pois acreditava contar com o apoio do Paraguai. O chanceler uruguaio emitiu uma nota denunciando o Brasil e a Argentina como os responsáveis pela guerra civil, por terem permitido que as tropas dos *colorados* se organizassem em seus países. Segundo o mesmo Rio Branco, o Partido *Blanco*, "desde muito tempo, nos considera infensos à sua influência e ao seu predomínio na Banda Oriental."⁶

⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.

⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 307

⁶ *Ibidem*. P. 308.

Armando de Senna Bittencourt

Saraiva, verificando a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, que teria em obter do governo uruguaio as satisfações exigidas pelo Brasil, naquela situação de guerra civil sem solução, em que os dois lados não tinham condições de vencer, pois a Flores faltavam meios para atacar as cidades e ao governo cavalaria para derrotar os *colorados*, no campo aberto, decidiu ajudar a restabelecer a paz no Uruguai e obteve, para tal, autorização do governo brasileiro. Era preciso conseguir um acordo entre Venâncio Flores e o governo de Aguirre. Esperava, também, obter o afastamento dos elementos que se opunham mais fortemente aos interesses brasileiros e a incorporação de *colorados* no ministério. Em Buenos Aires, o Presidente Mitre, para quem o acordo também resolveria a questão entre a Argentina e o Uruguai, chegara à conclusão semelhante. Mitre resolveu enviar seu chanceler, Rufino de Elizalde, a Montevideú e conseguiu envolver o representante britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, na difícil tarefa, inclusive possibilitando que Elizalde viajasse para Montevideú em um navio britânico, juntamente com Thornton. A Grã-Bretanha – que, como os bons historiadores contemporâneos mostram⁷, teve pouca influência nos acontecimentos que levaram à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai – era, então, vista como a idealizadora e protetora da independência do Uruguai e lá também tinha interesses econômicos a proteger.

Saraiva tratou, em seguida, de unir seus esforços aos negociadores britânico e argentino, mas a tentativa de pacificação amigável não foi possível. Concorreu para isto a impossibilidade que o Presidente Aguirre julgou ter para nomear os novos ministros, faltava-lhe força para tal, tendo em vista as paixões políticas existentes em seu partido. Assim, os três negociadores se retiraram e as hostilidades entre as partes reiniciaram. Tal esforço conjunto, no entanto, serviu para tranquilizar as desconfianças ainda existentes entre o Brasil e a Argentina e evitou que a Grã-Bretanha interpretasse a ação brasi-

leira no Rio da Prata como tentativa de obter vantagens territoriais ou econômicas.

Considerando sua missão pacificadora no Uruguai terminada, Saraiva foi a Buenos Aires, em junho, e tentou obter a continuação da participação da Argentina. Mitre garantiu seu apoio, mas afirmou que manteria seu país fora da intervenção armada, que parecia ser a próxima etapa desse conflito de interesses entre os governos dos países.

Com a neutralidade argentina assegurada, Saraiva apresentou ao governo uruguaio seu ultimato, no início do mês de agosto, dando um prazo de seis dias para atender as exigências e ameaçando represálias. Não se especificava bem, no documento, quais seriam as represálias, mas Saraiva explicou que não se tratariam de atos de guerra. Mesmo assim, o governo uruguaio reagiu e protestou, por escrito, contra o que considerou inaceitável. Criou-se, então, uma situação de iminente intervenção militar brasileira. Essa intervenção, no entanto, não poderia contar, tão cedo, com tropas provenientes do Rio Grande do Sul, porque elas estavam completamente despreparadas e levou um bom intervalo de tempo – cerca de quatro meses –, para que tivessem condições de invadir território do Uruguai.

No dia 11 de agosto, Saraiva deixou Montevideú, a bordo da Corveta *Niterói*. Fracasara a ação diplomática, agora, tudo dependia de Tamandaré, que permanecera em Montevideú como a maior autoridade brasileira, cabendo-lhe a direção política e militar. Ele tinha sob seu comando uma força naval, composta dos seguintes navios: Fragata *Amazonas*; Corvetas *Niterói*, *Jequitinhonha*, *Belmonte*, *Beberibe* e *Parnaíba*; Canhoneiras *Mearim*, *Araguari*, *Ivaí*, *Itajaí* e *Maracaná*; e o Vapor *Recife*.

Aguirre, por sua vez, enviara, em 14 de julho, um emissário ao Paraguai, Antonio de las Carreras, solicitando uma intervenção paraguaia, pois, segundo ele, o Brasil e a Argentina, de comum acordo, pretendiam

⁷ DORATIOTO, op. cit. p. 87-91.

primeiro anexar o Uruguai e, depois, seria a vez de acertarem as contas com o Paraguai, devido às questões pendentes de fronteiras.

Ao tomar conhecimento do ultimato brasileiro entregue ao governo uruguaio, o governo do Paraguai protestou, formalmente, em 30 de agosto, afirmando que se ocorresse qualquer invasão de território uruguaio pelo Brasil ela seria atentatória ao equilíbrio da região do Rio da Prata, que era do interesse paraguaio, “como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”⁸ e que, portanto, ele não se responsabilizaria pelas consequências que daí viessem a ocorrer⁹. Essa ameaça não foi percebida, pelo Brasil e pela Argentina, como o prenúncio de uma horrível guerra. A qualidade das informações sobre o Paraguai, em ambos os países, era péssima, apesar de manterem serviços diplomáticos permanentes em Assunção. Possivelmente, faltasse aos diplomatas capacidade de avaliação de ameaças militares. Somente em agosto de 1864, o novo agente diplomático brasileiro em Assunção, o Ministro Viana Lima, relatou atitudes hostis de autoridades paraguaias, manifestações populares organizadas e ameaças de ações militares contra o Brasil.

Enquanto isso, no Uruguai, Tamandaré exigiu do governo uruguaio a total imobilização de seus navios de guerra, no que foi obedecido quanto ao Vapor *General Artigas*. Mandou, em 22 de agosto, uma divisão de sua Força Naval, composta por três navios (*Jequitinhonha*, *Araguari* e *Belmonte*) para Paisandu (onde a *Belmonte* já estava), com a finalidade de atuar no Rio Uruguai. Cabia ao comandante desta divisão, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Pereira Pinto, além de exigir das autoridades uruguaias ao longo do rio a promessa de que respeitariam os

brasileiros residentes na região, obter, também, a imobilização do Vapor *Villa del Salto*. No dia 24 de agosto, Pereira Pinto encontrou o *Villa del Salto* junto à foz do Rio Negro, descendo o Rio Uruguai, e intimou-o a parar. O navio de guerra uruguaio não obedeceu, fez a volta e escapou subindo o rio, apesar de um tiro de advertência¹⁰. Mais tarde, em um novo encontro, desta vez com as Corvetas *Jequitinhonha* e *Belmonte*, o *Villa del Salto* foi encalhado propositalmente e depois incendiado por sua tripulação¹¹.

No dia 25 de agosto, aniversário da independência da República Oriental, os navios brasileiros em Montevideu embandeiraram e salvaram, cumprindo o cerimonial em homenagem a essa República¹². Procuraram assim mostrar que não agiam contra o Uruguai e que tinham intenções pacíficas.

Em 29 de agosto, Tamandaré expediu ofício para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Nele, relatou que explicara aos seus comandantes de navio que a missão era exclusivamente obter satisfações do governo uruguaio pelos agravos sofridos por brasileiros, bem como obter garantias para eles e para seus bens. Não havia a intenção, continuou, de molestar habitantes pacíficos, nem de humilhar a soberania do Uruguai. Também teceu considerações sobre possíveis represálias, de que só convinha exercê-las no que afetasse imediatamente esse a governo e que, portanto, tinha, até então, se limitado a pressões morais para lhe tirar o prestígio, sem ofender os particulares. Comentou, em seguida, que um procedimento contrário poderia levar a uma guerra declarada, para a qual não se julgava preparado, “com o risco de reunir as duas bandas do Rio da Prata contra nós.”¹³ Referia-se ao Uruguai e à Argentina.

⁸ ANTUNES, op. cit. p. 199.

⁹ DORATIOTO, op. cit. p. 59.

¹⁰ ANTUNES, op. cit. p. 131.

¹¹ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 1v. p. 310.

¹² *Ibidem*. p. 309.

¹³ ANTUNES, op. cit. p. 42.

Armando de Senna Bittencourt

Em 30 de agosto, o governo uruguaio enviou nota à legação diplomática brasileira, reclamando a ação contra o *Villa del Salto*. Acusava os brasileiros de terem dado o primeiro tiro e de terem impedido que esse navio socorresse Mercedes, que resistia ao assédio das tropas *coloradas*, favorecendo, portanto, a ação de Venâncio Flores, que se apoderara desse povoado. Juntamente com a nota, enviava os passaportes à legação, dando-lhe 24 horas para que ela deixasse o território uruguaio¹⁴. Rompiam-se, formalmente, as relações diplomáticas com o Brasil.

A imobilização dos navios de guerra uruguaiois, sem dúvida, favoreceu Flores, que se aproveitou da situação. Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, falando ao Senado, “ainda que o governo imperial não o queira, nas circunstâncias atuais em que se acha a república, a sua ação coercitiva há de traduzir-se em auxílio à revolução”.¹⁵ Não era somente ele que, no Rio de Janeiro, criticava a ação diplomática no Uruguai. O próprio Marquês de Caxias, também político do Partido Conservador, na oposição, não era favorável¹⁶.

Flores, habilmente, pediu explicações a Tamandaré sobre o incidente do *Villa del Salto*, no que foi satisfeito. Tamandaré lhe enviou um ofício em que explicou o ocorrido e declarou não ter intenções de ofender a bandeira uruguaia. Aliás, estava disposto a salvá-la com 21 tiros, se assim fosse solicitado. Este ofício, porém, criava um novo problema, pois Flores não era ainda reconhecido como beligerante pelo Brasil. Ele, sem autorização, estava se aproximando de Flores e, sem dúvida, sua ação favorecia a causa dos *colorados*.

Cabe observar que Tamandaré estava em uma difícil situação de comando e imerso em uma crise de grandes proporções – “o modo de fazer as represálias tinha ficado ao arbítrio do almirante”¹⁷, como, mais tarde, declarou o Visconde do Rio Branco –, mas suas decisões estavam sempre coerentes

com o que afirmou em seu ofício de 29 de agosto, citado anteriormente. Ele estava prejudicando o governo uruguaio, com o propósito de obter as satisfações desejadas pelo Brasil. Os *blancos*, no entanto, provavelmente julgando que teriam apoio externo, possivelmente do Paraguai, continuavam evitando o diálogo e contribuindo para o agravamento do conflito.

Em 7 de setembro, o governo imperial expediu ordens a Tamandaré para que Paisandu, Salto e Cerro Largo fossem ocupadas e, também, que Flores e os *colorados* fossem reconhecidos como parte beligerante. Era, também, a ratificação de suas ações até aquele momento.

Em 27 de setembro, em outro ofício ao ministro de Negócios Estrangeiros, Tamandaré reportou ter enviado através do Paqueta *Marquês de Olinda*, que passara por Montevideu, com destino à Província de Mato Grosso, informações sobre o que se passava no Uruguai para que o ministro brasileiro em Assunção tivesse subsídios para suas explicações ao governo paraguaio. Solicitou, também, reforços para enfrentar o Paraguai, na hipótese de se concretizarem hostilidades desse país. Verifica-se que Tamandaré era um dos poucos que viam seriamente a ameaça paraguaia.

Em 11 de outubro, ele oficiou às autoridades diplomáticas estrangeiras residentes em Montevideu que o governo imperial determinara que o território uruguaio ao norte do Rio Negro fosse ocupado, como represália, até que se obtivessem garantias e satisfações do governo uruguaio. Solicitava, também, que os navios de suas bandeiras não transportassem equipamentos, munições e tropas nas costas do Uruguai e nos rios para o governo de Aguirre. Os diplomatas rejeitaram, corretamente, essa solicitação, principalmente porque não havia uma declaração de guerra ou de bloqueio a respeitar¹⁸.

¹⁴ FRAGOSO, op. cit. p. 132.

¹⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

¹⁶ DORATIOTO, op. cit. p. 65.

¹⁷ RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

¹⁸ *Ibidem*. p. 312 e 313.

Tamandaré, em seguida, determinou o bloqueio de Paissandu e Salto, após estabelecer, em 20 de outubro, um pacto de cooperação com Flores. Ele via em Flores um aliado necessário, pois sabia não poder contar, tão cedo, com o apoio do Exército Brasileiro, ainda se concentrando na fronteira. O pacto de Santa Lúcia se fez através de cartas. Na carta dirigida a Flores, Tamandaré declarou:

... creio que V.Ex.^a avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá imediatamente em fatos, que reconhecerá nele mais uma prova da simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição num reduzido número de cidadãos.¹⁹

Flores prometeu que daria “condigna reparação em tudo quanto for justo e eqüitativo, estiver em harmonia com a dignidade nacional e não for obtido como uma consequência natural e forçosa do triunfo da revolução.”²⁰ Cabe observar que, sem esse acordo, ambos não teriam condições para vencer a luta.²¹

Em 12 de outubro, uma brigada do Exército Brasileiro, comandada pelo Brigadeiro José Luis Mena Barreto, penetrou em território uruguaio, pela fronteira do Rio Grande do Sul e atacou a Vila de Melo, expulsou os defensores, e entregou-a aos *colorados*. Foi uma ação isolada, pois somente ao final de novembro o Exército Brasileiro teria condições de efetivar a invasão.

A notícia dessa invasão chegou ao Paraguai em 25 de outubro e o representante do governo uruguaio solicitou providências de Solano López, que disse não saber ainda do fato por meios oficiais. Mas, em 11 de novembro, o Vapor *Marquês de Olinda* foi capturado pelo governo paraguaio poucas horas depois de partir de Assunção para a continuação de sua viagem. Criava-se uma situ-

ação em que o Paraguai interpretava que o Brasil havia lhe agredido ao invadir o Uruguai, como consequência do que alertara no protesto paraguaio de 30 de agosto. Em sua nota à legação britânica, o governo paraguaio explicou que, ao capturar o *Marquês de Olinda*, havia “respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de guerra”²². Seguiu-se a invasão do Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul por tropas paraguaias. Estava iniciada a guerra com o Paraguai, que ocorreria por longos cinco anos, transformando-se no segundo conflito mais sangrento das Américas, somente superado pela Guerra Civil Americana (1861-1865), que ainda não terminara.

O Paraguai vinha se armando seriamente desde o início de 1864 e o país estava mobilizado para uma guerra. O Exército tinha efetivos superiores aos dos países vizinhos e López contava com o possível apoio dos *blancos* uruguaios e dos partidários argentinos de Urquiza. Deveria ter esperado alguns meses, pois receberia mais armamento e navios encouraçados (*ironclads*) que havia encomendado no exterior. O estado precário em que se encontrava o Exército Brasileiro, diminuto, despreparado, com dificuldades até para intervir no Uruguai, e a inexistência de navios encouraçados na Marinha do Brasil capazes de enfrentar as fortificações existentes no Rio Paraguai com algumas chances de bom êxito, demonstravam, no entanto, um perigoso desequilíbrio de Poder Militar que deve ter influído fortemente em sua decisão precipitada. Poderes militares despreparados podem levar ao emprego da força no confronto de interesses nacionais de diferentes países. Em minha opinião, essa imprevidência do Império foi uma das causas da passagem de uma situação de paz, onde os conflitos de interesses são principalmente disputados por diplomatas, com a contribuição, porém, de

¹⁹ FRAGOSO, op. cit. p. 144.

²⁰ RIO BRANCO, op. cit. p. 3131 e 314.

²¹ DORATIOTO, op. cit. p. 63 e 64.

²² *Ibidem*, p. 66.

Armando de Senna Bittencourt

elementos de todos os campos do Poder Nacional, para uma de guerra, onde prevalecem os meios violentos do Poder Militar. López arriscou perigosamente o futuro de sua pátria ao decidir pela guerra, com resultados futuros desastrosos.

No Uruguai, Flores e Tamandaré começaram pela ação contra Salto, sitiando-a em 28 de novembro. No mesmo dia, à tarde, os defensores se renderam e entregaram a vila. Julgou, então, Tamandaré que, devido ao efeito moral da rendição de Salto, convinha, imediatamente, obrigar Paissandu a se render²³.

Passaram para Paissandu, onde iniciaram as operações em 3 de dezembro. No dia seguinte, o Coronel Leandro Gomes, que comandava a defesa de Paissandu, repeliu a tiros a proposta de rendição. Após o bombardeio pelos navios e o primeiro ataque, encontrando forte resistência, Tamandaré e Flores decidiram esperar pelas tropas do Marechal João Propício Mena Barreto, que se aproximavam. O Exército Brasileiro começara a efetuar a transposição da fronteira em Pirai Grande, em 25 de novembro, e Mena Barreto chegou a Paissandu em 29 de dezembro, acampando nas imediações.

Em 31 de dezembro, efetuou-se o segundo ataque a Paissandu; após forte bombardeio, a luta continuou dentro da cidade, combatendo-se nas ruas. No dia seguinte, Tamandaré rejeitou o pedido de Leandro Gomes para cessar-fogo por oito horas, para enterrar os mortos e socorrer os feridos. Continuou a luta, sem trégua, até vencer, pois acreditava que em oito horas já teria tomado a cidade e não podia dar tempo ao inimigo para se fortificar.

Os brasileiros aprisionaram Leandro Gomes ao fim dos combates. Alguns dos uruguaios de Flores solicitaram aos brasileiros para lhes entregarem esse prisioneiro, o que foi

concedido por concordância do próprio Leandro Gomes. Recebeu-o o Coronel Goyo Suarez, cuja família, anteriormente, fora vítima das crueldades do próprio Leandro Gomes. Poucos momentos depois, soube-se que os uruguaios haviam fuzilado o prisioneiro, juntamente com outros oficiais. Tamandaré ficou indignado e, em comum acordo com Flores, providenciou para que todos os outros prisioneiros fossem imediatamente libertados²⁴.

Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, Leandro Gomez não deveria ser fuzilado daquela forma, mas poderia, então, ser submetido a um conselho de guerra e sentenciado à morte, mesmo pelo que fizera em Paissandu, tratando cruelmente prisioneiros e mostrando as cabeças degoladas de soldados brasileiros.²⁵

Como resposta à violência do bombardeio e do ataque a Paissandu, o governo de Aguirre considerou rompidos todos os tratados com o Brasil. Em 18 de dezembro, esses tratados foram queimados, em cerimônia pública em uma praça de Montevideú (Praça da Independência), na presença do presidente da República e de outras autoridades.

Além desses atos, Aguirre decidiu enviar uma coluna uruguaia para invadir território brasileiro no Rio Grande do Sul. O comando dessa incursão coube ao General Basílio Muñoz, que contava com 1.500 homens. Em 27 de janeiro de 1865, ele cruzou o Rio Jaguarão e atacou a cidade do mesmo nome. Saquearam, incendiaram casas e se apossaram de gado e escravos, retornando ao território uruguaio.

Com a saída de Saraiva e, depois, dos diplomatas brasileiros do Uruguai, era necessário preencher o vazio existente. Resolveu o governo imperial designar, em novembro, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, pai do futuro Barão

²³ SCHNEIDER, Louis; NOGUEIRA, Manoel Thomaz Alves; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai: (1864-1870)*. São Paulo: Edições Cultura, 1945. 1t. p. 84.

²⁴ FRAGOSO, op. cit. p. 150.

²⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 341.

do Rio Branco, para preencher esse vazio. Segundo o próprio Paranhos, as instruções que recebeu do governo continham a única política possível para a situação existente: manter a aliança com a Argentina e tentar obter sua participação no conflito; e ter como base, para pacificar o Uruguai e resolver as pendências, a aliança com Flores. Em discurso no Senado, em 5 de junho de 1865, do Visconde do Rio Branco declarou que a “garantia mais satisfatória para os interesses brasileiros seria que de nossa intervenção resultasse ficar na Presidência da República o nosso aliado, o General Flores”²⁶.

Não conseguindo obter a participação da Argentina, que manteve sua neutralidade, e tendo-se concluída a vitória em Paissandu, Paranhos tratou de reconhecer Flores, formalmente, como beligerante e declarou a intervenção armada do Brasil, para pacificar a República Oriental. Regularizou, em seguida, oficialmente, através de notas para o governo argentino e para os diplomatas estrangeiros no Rio da Prata, as atitudes tomadas pelo Brasil no Uruguai.

Tamandaré, Flores e Paranhos combinaram, em seguida, avançar para Montevidéu. Nos primeiros dias de fevereiro de 1865, Montevidéu estava cercada por terra e por mar. Cabe observar, porém, que as forças eram insuficientes para o assédio, como o próprio Mena Barreto observou.²⁷

As primeiras tentativas de evitar o ataque a Montevidéu através de uma mediação argentina fracassaram. O governo uruguaio considerou essa possível mediação como parcial, não a aceitou e declarou que poderia e deveria resistir.²⁸

Totalmente desamparado por López, que dirigira, em 13 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias para invadir o atual Estado de Mato Grosso do Sul, onde havia a região em litígio, Aguirre apelou para o corpo di-

plomático estrangeiro sediado em Montevidéu. Por essa altura, a única ajuda possível seria através de mediação e alguns diplomatas começaram a se entender com Paranhos.

Tamandaré reconhecia que não se deveria bombardear Montevidéu e buscou uma solução pacífica e ao mesmo tempo honrosa. Prorrogou as ações diversas vezes. O cerco por terra também não se estreitou, na esperança de que o ataque não se precipitasse; as tropas mais avançadas eram, em geral, forças subordinadas a Flores. O General Osório avaliava que se perderiam uns dois mil homens para atacar e obter uma vitória decisiva. De Montevidéu, no entanto, saíam guerrilhas que tinham que ser frequentemente enfrentadas.²⁹

Em 9 de fevereiro, em Montevidéu, uma bandeira brasileira, supostamente capturada por Muñoz em Jaguarão, foi levada pelas ruas, com banda de música, sendo pisoteada e arrastada no chão, com a presença do ministro da guerra uruguaio. Fez-se isso de forma que navios da força naval brasileira vissem parte do espetáculo. Havia entre os *blancos* pessoas fanatizadas, que odiavam a intervenção brasileira. É até possível que vissem, no bombardeio de Montevidéu e no caos que sofreriam, uma forma de envolver os interesses de nações européias no conflito para conseguir uma intervenção externa que lhes assegurasse sua continuidade no poder.

Em 15 de fevereiro, terminou o mandato de Aguirre. Tomás Villalba foi eleito presidente do Senado, representando um grupo que era favorável à paz. Ele também assumiu a Presidência da República.

Em 16 de fevereiro, Paranhos foi surpreendido por uma proposta para início de negociações de paz, intermediada pelo Ministro Rafael Ulysses Barbolani, representante da Itália. Villalba queria negociar uma solu-

²⁶ Ibidem. p. 318 e 319.

²⁷ FRAGOSO, op. cit. p. 154.

²⁸ RIO BRANCO, op. cit. p. 335.

²⁹ Ibidem. p. 353 e 354.

Armando de Senna Bittencourt

ção pacífica e ser reconhecido como governo legal pelo Brasil e por Flores.

Resolveu Paranhos que a capitulação de Montevideú deveria ser negociada por ele, conjuntamente com Flores. Acreditava que não era adequado obter a rendição da cidade e, depois, passá-la para Flores. A aceitação de Villalba como presidente não era desejável e ele mesmo reconheceu ser impossível sua permanência. No dia 20 de fevereiro de 1865, assinaram o Convênio de Paz, Flores, Paranhos e o Senador Manuel Herrera y Obes, pelo governo do Uruguai.

No dia 21 de fevereiro, as forças de Flores entraram na cidade. No dia seguinte, entraram as do Brasil. E no dia subsequente, Flores fez sua entrada solene. Ele assumiu, em seguida, a Presidência da República.

Houve, no entanto, um conflito entre Paranhos e Tamandaré. Tamandaré era o comandante-em-chefe das operações e se sentia posto de lado por Paranhos, que assumira a parcela política e praticamente não lhe consultava. Ele queria um desagravo pelo que os *blancos* haviam feito à bandeira nacional, em 9 de fevereiro, e, também, punições severas pela queima dos tratados em praça pública, com presença e participação de autoridades uruguaias. Tamandaré chegou a pedir demissão, expressando suas opiniões por escrito.

O Convênio de Paz negociado por Paranhos também não satisfaz a todos os brasileiros por não ter exigido punições pelas ofensas ao Brasil ocorridas no final do governo de Aguirre. Houve reação popular brasileira à tolerância de Paranhos quando se tornaram públicos, no Rio de Janeiro, os termos do Convênio. O ministro dos Negócios Estrangeiros propôs a demissão de Paranhos ao Imperador e, em 3 de março, o futuro Visconde do Rio Branco foi demitido em decreto assinado por D. Pedro II. Segundo Doratioto, “para a demissão de Paranhos, teve

maior peso o aspecto político e a opinião pública do que sua divergência com Tamandaré.”³⁰ Cabe observar que o gabinete era liberal e Paranhos conservador.

Mais tarde, Paranhos, em discurso no Senado a cinco de junho de 1865, justificou suas decisões³¹, mostrando que, do modo que agira, atingira o propósito maior de resolver o problema uruguaio de forma definitiva, para que o Brasil pudesse se dedicar totalmente ao conflito com o Paraguai, já iniciado, ter o país como aliado e utilizar seu território como base de operações.

A ação de Tamandaré no comando da intervenção brasileira no Uruguai foi eficaz. Em poucos meses, resolutamente, agiu com a violência que a situação exigia e cumpriu sua missão, empregando os meios militares de que dispunha. É provável que a tolerância de Paranhos com os vencidos, mal vista no século XIX, por muitos, também tenha levado ao melhor resultado possível.

As experiências durante a vida de uma pessoa são muito importantes para orientar suas atitudes. Tamandaré, até 1864, já havia participado ativamente de dois conflitos externos, a Guerra de Independência e a Guerra Cisplatina. No primeiro, a ação rápida e eficaz de Cochrane no comando da Esquadra brasileira levou, em cerca de oito meses, à adesão de todo o território brasileiro à causa da Independência. No segundo, a indecisão da luta em terra e o prolongamento da guerra fizeram com que se buscasse a arbitragem externa, com resultados apenas parcialmente satisfatórios em relação ao que o Brasil desejava na época. Cabia-lhe, portanto, agir rápida e eficazmente na Campanha Oriental, como lhe apontava, corretamente, sua experiência pessoal.

Como reconhecimento por sua ação na Campanha Oriental, Tamandaré foi homenageado com o título de visconde.

³⁰ DORATIOTO, op. cit. p. 77.

³¹ RIO BRANCO, op. cit. p. 299-406.

Um militar no Império

Marcos Guimarães Sanches

Mestre em História do Brasil, doutor em História Social, professor de História do Brasil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Gama Filho e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

RESUMO

A consagração do Almirante Tamandaré como Patrono da Marinha sugere a investigação do seu perfil e trajetória profissional. Participante de praticamente todas as ações militares internas e externas desde a Independência até a Guerra da Tríplice Aliança, não se envolveu com a política partidária, exercendo quaisquer cargos fora da Marinha. Uma longa carreira militar e a predominância de um perfil técnico-profissional foram atributos destacados por seus biógrafos, que contribuíram para a construção da imagem de Patrono.

PALAVRAS-CHAVE: TAMANDARÉ – CARREIRA MILITAR – ESTADO IMPERIAL

ABSTRACT

The promotion to Navy Patron of Admiral Tamandaré suggests a professional and profile trajectory investigation about him. Participating of almost all internal and external military actions since Brazilian independence until the Triple Alliance War; he has not involved himself with politics or party issues, assuming any tasks outside Navy. A long military career besides the predominance of a technical and professional profile have been some of the outstanding predicates mentioned by his biographers, that contributed to the construction of a patron image.

KEY-WORDS: TAMANDARÉ - MILITARY CAREER – IMPERIAL STATE

As comemorações históricas, a par de suas finalidades no campo da memória, ensejam estudos acadêmicos que contribuem para o avanço do conhecimento. O bicentenário de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, nos sugere uma reflexão sobre o seu perfil como militar no contexto do Estado Imperial, quando atuou em praticamente todas as intervenções militares internas e externas sem, no entanto, ocupar cargos políticos como outros chefes militares.

Autor de uma trajetória profissional bastante singular, foi elevado à condição de Patrono da Marinha (Aviso nº 3.322, de 4 de setembro de 1925) por iniciativa de um ministro, Alexandrino Faria de Alencar, tido de forma unânime na historiografia como um modernizador da Força. Que atributos se desejava ressaltar no Almirante? Considerar como singular sua trajetória implica em definir as linhas gerais do perfil do militar no Império e nele situar o nosso personagem.

O processo de consolidação do Estado nacional no Brasil desdobrou-se desde os últimos anos do período colonial até a década de 1850. Tal compreensão implica em superar uma visão factualista que reduz a 1822 a formação do Estado brasileiro, relativizar a percepção cara aos intelectuais e homens de Estado do oitocentos da existência de um senti-

mento nacional latente desde a colonização e repensar a Independência como um processo de ruptura/continuidade.

Entender a Independência como inserida no processo de "interiorização da metrópole"¹ impõe dois problemas à reflexão: primeiro, a necessidade de relativizar interpretações clássicas como a de Oliveira Lima, que situava a ruptura com a metrópole quando a "aspiração nacional corporificou-se no representante da dinastia", uma vez que existia apenas um "embrião" de classe dirigente². O segundo, diretamente vinculado à nossa problemática, versa sobre a origem das instituições "nacionais", aqui restritas às instituições militares.

Muito já se debateu calorosamente sobre o tema. Onde demarcar a origem das Forças militares, Marinha e Exército, "brasileiras"? Valorizar sua origem em meio ao embrião de um sentimento nativista engendrado na colônia, pelo menos desde a luta contra os holandeses? Fixá-los nas lutas pela Independência como decisivas para a firmação da soberania do novo Estado nacional? Evidências empíricas socorrem ambas as abordagens, mas a identificação do "mito fundador", na clássica expressão de Marc Bloch, talvez se abrigue melhor no campo da memória do que da História.

É consensual a insuficiência de estudos sobre a história militar e particularmente sobre suas instituições. No geral, a historiografia brasileira privilegiou, desde Varnhagem até Pedro Calmon e Hélio Vianna, as ações militares, deixando em segundo plano seu estudo

como instituições, agências do Estado, cuja atuação muitas das vezes deriva de forças não militares como a política de relações internacionais, a economia e até mesmo a cultura.

Desinteresse sobre o tema, desconhecimento de aspectos técnicos da arte da guerra, restrições teórico-metodológicas a diversos domínios da história (política, diplomática, militar, etc) ao longo do século XX e embates ideológicos restringiram o interesse ou a profundidade das análises, com se vê para ficarmos num único exemplo no sumário capítulo sobre a Marinha na *História geral da civilização brasileira*, escrito por Eurípedes Simões de Paula, sendo a obra dirigida por Sérgio Buarque de Holanda considerada com uma síntese da historiografia que se renovava no início da segunda metade do século passado³.

Na historiografia militar, os trabalhos mais conhecidos investigaram prioritariamente o Exército. Gustavo Barroso⁴ e Paula Cidade⁵ privilegiaram em suas análises a organização operacional do Exército, seu emprego e aspectos simbólicos como a criação e distribuição de unidades e a fixação de efetivos, deixando em segundo plano a sua estrutura administrativa e a formação de seus quadros. Exceções foram os trabalhos de João Batista de Magalhães⁶ e Francisco de Paula e de Azevedo Pondé e Vicente Tapajós⁷, embora o último fique muito restrito ao inventário normativo. De certa forma, João Batista Magalhães foi o pioneiro na análise das relações do Exército com a política e sua organização como agência estatal⁸.

¹ DIAS, Maria Odila Silva. A Interiorização da Metrópole, in MOTA, Carlos Guilherme. 1822. *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

² LIMA, M. Oliveira. *O Movimento de Independência*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, p. 27-30.

³ PAULA, Eurípedes Simões de. A Marinha de Guerra, in HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4, p. 259-273.

⁴ BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

⁵ CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e alunos militares através dos tempos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

⁶ MAGALHÃES, João Batista. Estudo sobre os Militares e a política, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº 234, Jan/Mar 1957, p. 139-175, e *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

⁷ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo e TAPAJÓS, Vicente. *Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império*. Brasília: Funcep, 1986.

⁸ MAGALHÃES, João Batista. Estudo ..., p. 164.

Navegador 6 Um militar no Império

Caso à parte, o trabalho de Nelson Werneck Sodré, exemplo de abordagem marxista, que subordina a análise do Exército e das demais forças militares ao papel por elas desempenhado como instrumento de dominação da classe dominante.

Na área acadêmica para o período estudado, praticamente ficamos restritos ao texto síntese de John Schulz e Pedro Moacyr de Campos na *História geral da civilização brasileira*⁹ e ao trabalho de Adriana Barreto de Souza¹⁰, que avançaram na análise da estrutura e organização do Exército, inserida no processo político imperial.

Sobre a Marinha, as obras de referência são constituídas basicamente por testemunhos de militares, o que, se não lhes diminui o mérito, deixam de lado a discussão sobre as instituições, suas redes relacionais com a sociedade e o perfil de seus quadros. Destaque-se, tanto no mérito da iniciativa quanto na renovação metodológica, a obra coletiva *História Naval Brasileira*, produzida pela própria Marinha do Brasil e, dentro dela, para o período deste estudo, o volume dedicado a organização da Marinha no Império, escrito por Herick Marques Caminha, autor de obra análoga na *História administrativa do Brasil* dirigida por Vicente Tapajós e já anteriormente citada¹¹.

A relevância de uma abordagem institucional deriva da compreensão de que a guerra não é um fenômeno exclusivamente militar, deslocando o foco da análise para o problema do poder, o que implica em reconhecer nas instituições militares um papel articulador das diferentes “variáveis” (“econô-

micas”, “sociais”, “políticas”, “culturais”), direcionadas por seus fins teleológicos, permitindo a identificação e interpretação das diversas redes de relações sociais.

Metodologicamente, são possíveis três abordagens, que não se excluem mutuamente, e provisoriamente denominaríamos como uma história institucionalista, preocupada em reconstituir a formação legal/institucional dos entes a serem estudados; uma história das relações de poder, tomando os entes num campo de força em que se relacionam os atores e, finalmente, uma história reticulada, privilegiando os processos e buscando recuperar a historicidade das instituições, num grupo de pontos e traços formadores de um conjunto que se apresenta como uma teia¹².

As forças militares destacadas no Brasil à época da Independência eram portuguesas e, como tal, detentoras de todas as características das instituições do Antigo Regime, comuns aos países europeus, que, no dizer de Quincy Wright, só nos séculos XVII e XVIII “testemunharam o desenvolvimento dos exércitos profissionais leais aos soberanos”¹³. No mundo moderno, para André Corvisier, a “missão mínima do Estado” compreendia a garantia da ordem, segurança e justiça, dentro da qual a “missão militar” se exercia em “dois domínios”: a ordem e segurança interna e externa¹⁴. Para o autor, é no final da chamada Época Moderna que os exércitos se “profissionalizaram” e se “nacionalizaram”¹⁵. As duas afirmativas, válidas no geral para os Estados modernos e suas forças militares, precisam ser relativizadas no caso brasileiro.

⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr; SCHULZ, John. O Exército e o Império, in HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1974, Tomo II, Vol. 4, p. 235-258.

¹⁰ SOUZA, Adriana Barreto. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹¹ CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. História Administrativa do Brasil. Brasília: Funcep, 1986.

¹² DIDIEU, Jean Pierre. Processos y e redes. La historia de las instituciones administrativas de la época moderna hoy, in CASTELLANO, Juan Luiz; DEDIEU, Jean Pierre; LOPEZ CORDON, Maria Victoria. *La pluma, la mitra y la espada: estudios de la historia institucional em Edad Moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2000, p. 25 sg.

¹³ WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 55.

¹⁴ CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, p. 179-180.

¹⁵ Ibidem, p. 239.

O Exército português, estacionando na colônia no final do século XVIII, passara por remodelações, no período pombalino, dirigidas pelo Conde de Lippe. Estimado em 15 mil homens, a reorganização administrativa, a introdução de normas disciplinares mais rígidas e a incorporação de novos princípios estratégicos e táticos não foram suficientes para superar na estrutura militar os traços patrimoniais/estamentais da sociedade do Antigo Regime.

Fernando Uricoechea¹⁶, tomando em consideração a relevância dos grupos privados de milícias e ordenanças na manutenção da ordem interna e na defesa externa e a prebendarização das funções militares, concluiu que “falar dos militares coloniais em termos gerais é incorreto, considerando a profunda diferenciação funcional da sua estrutura”. Para a época, deve ser lembrado que Antonio de Moraes Silva, em seu *Diccionario*, atribui os dois sentidos ao adjetivo militar: “homem de guerra” e “concernente à milícia”¹⁷.

José Murilo de Carvalho em seu clássico sobre a elite política imperial a define como “ideologicamente hegemônica”, constituída pela unidade de formação e homogeneização pela carreira. Para o autor, os corpos militares constituídos nas lutas da Independência se aproximam deste perfil, pois ao contrário da América espanhola, não se subordinaram à lógica das práticas caudilhistas, prevalecendo a força de um “aparato estatal, mais organizados, mais coeso, e talvez mais poderoso”¹⁸.

Portanto, o Exército existente no contexto da Independência estava longe de possuir plenamente as características de uma corporação profissional de feição burocrática, no sentido empregado por Max Weber¹⁹. No quadro de oficiais, descontados os merce-

nários contratados nas Guerras da Independência, predominavam representantes de setores da elite colonial, com significativa presença de filhos de militares, esvaziando um pouco os raciocínios fundados em distinções entre civis e militares.

A Marinha teve um percurso diferente. Não havia uma presença permanente da Marinha de Guerra ou de instituições navais na colônia. A periodicidade de suas estadas estava subordinada à improvável regularidade das frotas ou a ações pontuais ligadas às guerras coloniais. Portanto, ao contrário do Exército, militares da Marinha não se fixaram na colônia e tampouco a sociedade colonial contribuiu para a formação dos seus quadros.

A diferença do Exército era também decorrente de outros elementos, como a manutenção das práticas tradicionais de recrutamento, que não se generalizaram na Marinha, a instituição na colônia da Academia de Guardas-Marinha, a absorção de oficiais ingleses de formação discriminatória e aristocrática e os custos de ingressos, como os caros enxovais. No entanto, o peso de tais elementos está longe de ser consenso na historiografia.

Nesta linha de raciocínio, a Marinha, conclui José Murilo de Carvalho, “fechou suas fileiras a elementos de menores recursos e manteve o padrão aristocrático durante todo o período”, tornando o acesso ao seu oficialato “aspiração dos filhos da aristocracia cabocla”²⁰. Tal conclusão não dá conta do perfil do nosso personagem. Nascido em 1807, na Capitania do Rio Grande de São Pedro, formada sob forte tradição militar, era filho de um capitão de milícias, patrão-mor do Porto de Rio Grande e segundo-tenente honorário da Marinha. Engajado como, voluntário foi, no dizer de Marques Caminha, o exemplo honroso da categoria representati-

¹⁶ URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978, p. 68.

¹⁷ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, 1844, Tomo II, p. 334.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Brasília: UNB, 1981, p. 36-37.

¹⁹ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1991., Vol. 1, p. 145-147.

²⁰ CARVALHO, op. cit., p. 148.

Navegador 6 Um militar no Império

va da “ciência da arma, mas desacompanhada da nobreza”²¹.

Tomando por base a idéia de que a sociedade estamental perdeu várias de suas características no Brasil, incorporando novos elementos de hierarquização, podemos admitir que Marques Lisboa descendia de uma “pequena” “nobreza da terra” que desde a conquista do território buscou no serviço do Estado uma via de ascensão social, percorso comum da elite, como afirma José Murilo de Carvalho, ou uma “nobreza de posição”, na expressão de Lúcia Neves²².

O engajamento do jovem Lisboa como voluntário da Armada aos 15 anos não surpreende se considerarmos que à época tal idade já permitia de forma corrente o ingresso no mundo do trabalho. Na conjuntura da Independência e das guerras que lhe seguiram, era precária a disponibilidade de recursos humanos na Marinha. A evasão de oficiais que se mantiveram fiéis a Portugal, a precariedade das práticas de recrutamento, agravada no caso da Marinha pela exigência de um conhecimento técnico mais apurado, explicam a aceitação do voluntário que, apesar de jovem, parecia ter alguma prática de atividades náuticas, como transparece da documentação produzida pelo Capitão-de-Fragata Taylor e por Lorde Cochrane na sua saída da Academia e no processo de promoção a segundo-tenente²³.

Passemos a examinar alguns aspectos do que denominamos de trajetória profissional singular. Tamandaré escapa às tipologias mais correntes dos oficiais. Não descendia da aristocracia, nem tampouco fora favorecido pelo cadetismo pombalino. A sua passagem pela Academia se limitara a modestos 140 dias, o que não o impediu de alcançar os mais altos postos da carreira e a no-

bilitação pelo Estado Imperial, mesmo com a recorrência de práticas típicas do Antigo Regime, como a proposta de conceder, em 1864, o título de Primeiro Almirante da Armada a um membro da Casa Imperial, no caso o Duque de Saxe, que o colocaria como superior hierárquico de todos os demais oficiais, inclusive Tamandaré e Inhaúma.

A proposta parece ter encontrado resistências e não prosperou, mas dela nos ficou o parecer, vazado com fina ironia por Nabuco de Araújo, que, no entanto, não deixava de reconhecer o atributo simbólico da concessão em uma ordem social aristocrática:

Aí vai o projeto com a dupla idéia de alteração do quadro e da promoção, como V. Ex^a quer. Ainda penso que seria melhor não alterar o quadro: 1^a porque assim maior honra seria para o Príncipe, que deve ter o primeiro lugar na hierarquia com a exclusão de todos; 2^a porque, se assim, como V. Ex^a pensa, se matam as aspirações a esse posto, por outro lado, se previnem rivalidades funestas, além de que as aspirações não devem ser infinitas, sendo que não basta para elas o posto de vice-almirante, ao depois não bastará o de almirante; 3^a porque o número de almirantes não fica em proporção ao quadro da armada. E o Exército? Também quererá maior número de marechais para o Exército? 4^a porque se torna mais odioso o alterar o quadro e criar o posto só para o Príncipe. Faça o melhor.²⁴

Os sessenta e seis anos, dez meses e dezesseis dias de serviço foram cumpridos quase exclusivamente em atividades operacionais embarcado em navios da Armada. Ao contrário de outros chefes militares de destaque, como as inevitáveis comparações com Caxias e Osório no Exército e Inhaúma na Marinha, não exerceu cargos políticos e o baronato não lhe foi concedido em razão do desempenho em campanhas militares.

²¹ CAMINHA, op. cit., p. 86.

²² NEVES, Lucia M. B.; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 272.

²³ Transcritos em LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré. Patrono da Marinha*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999. p. 67-82.

²⁴ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 407-408.

Marcos Guimarães Sanches

Na década de 1850, período da hegemonia squarema* e reconhecido consensualmente como o momento de consolidação do Império, Tamandaré, já chefe-de-divisão, exerceu entre setembro de 1852 e novembro de 1854 a Capitania dos Portos da Corte e Província do Rio de Janeiro, cargo estratégico para a implementação da Lei Euzébio de Queiroz. Ao deixar a Capitania dos Portos, foi designado Inspetor do Arsenal de Marinha da Corte, sendo promovido a chefe-de-esquadra, em dezembro do mesmo ano. Seguiu-se uma estada na Europa, quando foi incumbido de várias funções, entre elas a encomenda de novos navios para a Armada.

Foge ao objetivo desta comunicação, mas nos parece relevante, sugerir a investigação minudente da atuação de Tamandaré na Capitania e no Arsenal, considerando a relevância da conjuntura política e o possível paralelismo com a preocupação do Exército, no mesmo período, com seu reaparelhamento e modernização.

O final da década foi decisivo na carreira do nosso personagem, vice-almirante desde 1856, por sua aproximação com o Imperador D. Pedro II. Embora tenha servido como imediato da Fragata *Constituição* na vinda de D. Tezeza Cristina para o Brasil, a função de comandante da divisão responsável pela visita do Imperador ao Nordeste o aproximou do monarca, do que decorrem o baronato (14 de março de 1860), a indicação como conselheiro de guerra (21 do mesmo mês) sendo ainda nomeado, quando do regresso a Corte, encarregado do Quartel-General de Marinha (21 de novembro do mesmo ano) e ajudante-de-campo do Imperador (25 de janeiro de 1862).

A ligação com o Imperador, “símbolo da devoção comum” da unidade nacional, na expressão de Lucia Neves²⁵, pode ser uma pista para o perfil disciplinado, e técnico, e sua ascensão funcional, apesar de avesso à política,

como destacam seus biógrafos. No Quartel-General de Marinha, serviu a dois ministros: Francisco Xavier Paes Barreto (Gabinete Ferraz), magistrado e político nos últimos três meses de gestão, e Joaquim José Ignácio (Gabinete Caxias) nos três primeiros meses de gestão. Há indicações de discordâncias entre o Almirante e os outros dois chefes militares, o Ministro e o Presidente do Conselho. Ao ser exonerado em 25 de setembro de 1861, conservou apenas as funções de conselheiro de guerra e ajudante-de-campo, permanecendo sem comissão até 20 de abril de 1864, quando recebeu o comando das Forças Navais em Operações no Rio da Prata.

No Prata protagonizou mais um embate com a política, neste caso a política externa “ativa”, como a definiu Amado Cervo, que consistia em promover a ascensão e apoiar governos aliados do Império e manter a neutralidade possível no conflito entre eles. O “sistema do Império no Prata”²⁶ fora costurado em diferentes missões diplomáticas, como as chefiadas por Soares de Souza, Belegarde e Carneiro Leão e tinham continuidade com a Missão Saraiva, visando a obter reparações do governo Aguirre às hostilidades perpetradas contra o Império.

O fracasso da Missão Saraiva e sua retirada do Uruguai (maio de 1864) deixava a representação do Brasil nas mãos de Tamandaré, que pautou sua ação mais pela demonstração de forças do que por negociações diplomáticas, firmando em outubro o acordo de Santa Lucia com Venâncio Flores e iniciando as ações de bloqueio dos portos. Para Gustavo Barroso, as ações no Uruguai foram o “estopim” que acendeu a pólvora no Paraguai²⁷.

Se a conflagração geral do Prata concretizada pelo Tratado da Tríplice Aliança (maio de 1865) não representou surpresa na avaliação de Hélio Vianna e Delgado de Carva-

*N.R: Epíteto dado aos conservadores no tempo do Império, e que se origina do fato de a Fazenda de Monte Alegre, pertencente ao Visconde de Itaboraí, grande prócer do partido, achar-se localizada no Município de Saquarema (RJ).

²⁵ NEVES; MACHADO, op. cit., p. 276.

²⁶ SILVA, José Luiz Werneck. *As duas faces da moeda*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990, p. 81.

²⁷ BARROSO, op. cit., p. 182 sg.

Navegador 6 Um militar no Império

Iho, a ação de Tamandaré não correspondia ao conjunto do pensamento do governo do Império. O envio de nova missão diplomática (fevereiro de 1865) dirigida pelo José Maria Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, colocou o diplomata em conflito com o militar que se pronunciou incisivamente em dezembro de 1864: “não careço de assessores e os atos que pratico são de guerra”²⁸.

A expressão do Almirante, ainda que possa ser relativizada, nos dá a idéia de como concebe a arte da guerra desvinculada da política. Se Tamandaré entende que só ações bélicas poderiam permitir atingir os interesses nacionais, Paranhos ainda insistia na política de neutralidade. O Barão do Rio Branco, na biografia do pai, explica a insistência na saída diplomática como fruto de uma preocupação com uma “luta prolongada e destruidora” entre o Império e o Paraguai, numa conjuntura delicada consequente as difíceis relações com a Inglaterra²⁹.

Paranhos, em famoso discurso pronunciado em 5 de junho de 1865, nos dá por oposição algumas pistas do pensamento de Tamandaré. Se o Almirante separa a política da guerra, o diplomata pensava na guerra como parte da política, “porque não se tratava, senhores, somente de diplomacia, a ação militar era portanto conhecer quais eram as nossas disposições militares e o estado da nossa força expedicionária.”³⁰. Para Paranhos, a política externa era uma política de Estado, independente do ministério que governasse: “a política externa não deve estar sujeita às vicissitudes da política interna, que deve ter princípios tradicionais e fixos, comuns a todos os partidos; e, seguramente, senhores, desgraçado o país que, depois de tantos anos de independência, como conta o Brasil, nem ao menos tenha, ainda, princípios fixos acerca de sua política

externa com relação aos Estados limítrofes”³¹.

Claramente magoado com a sua demissão, centrava a crítica no antigo Ministério (ministério Furtado), mas não deixa de responsabilizar o Almirante pela ação na República do Uruguai – “O ataque a Paissandu, a segunda cidade da República Oriental, em comum com o chefe da revolução, era a intervenção armada do Brasil na questão interna”³² – que na sua visão levaria ao questionamento do Império por outros Estados: “O que queríeis: a conquista? O que queríeis: levar os vossos limites até ao Rio Negro? O que queríeis: um Quinteros em Montevidéu? Releva, portanto, que o ministério transato se explique, diga em que o plenipotenciário brasileiro não compreendeu o pensamento do governo imperial e demonstre a importância da falta que notou no ato que, não obstante, aprovou”³³.

Enquanto o diplomata enxergava a ação militar, particularmente o acordo com Flores, como uma intervenção na política interna do país vizinho, o Almirante não demonstrava a mesma preocupação, como transparece da carta encaminhada a Venancio Flores, em 20 de outubro de 1864:

Tenho presente a nota que V.Exa. acaba de dirigir-me, em data de hoje, na qual me comunica que, como chefe da revolução da República Oriental do Uruguai, julga necessário unir os seus esforços aos meus para chegar à solução das dificuldades internas do seu país e das que têm sido suscitadas ao governo imperial pelo governo de Montevidéu, visto que a revolução a que V.Exa. preside reconhece a justiça das reclamações do governo imperial, formuladas nas notas da missão especial, confiada a S.Exa. o sr. Conselheiro José Antonio Saraiva, e condena os atos ofensivos ao Império do Brasil do referido governo. (...)

²⁸ LIMA, op. cit., p. 245.

²⁹ RIO BRANCO, Barão do. *Biografias*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.

³⁰ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p.305.

³¹ *Ibidem*, p. 306.

³² *Ibidem*, p. 321.

³³ *Ibidem*, p. 304

Creio que V.Exa. avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto de baixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá, imediatamente, em fatos e que reconhecerá nele mais uma prova de simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr um termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição em um reduzido número de cidadãos.³⁴

Prevaleceu a opinião de Tamandaré. Voluntarismo do Almirante, então promovido a visconde, ou a percepção concreta da região, na qual o Exército paraguaio já dava mostras de se preparar para a ofensiva. Não é nossa pretensão resolver a questão, lembrando apenas que a interpretação de Pedro Calmon pende para a segunda opção: "Entre o homem de partido e o almirante em plena guerra, o soberano não hesitou"³⁵.

O Almirante continuava polêmico e, da mesma forma que colecionara divergências com os políticos, não foram calmas as suas relações com outros chefes da Tríplice Aliança, particularmente com Mitre, embora o tratado não subordinasse a Marinha ao comando do general argentino. Depois de Riachuelo, aparentemente conseguiu fazer prevalecer seus pontos de vista e atuou decisivamente em Passo da Pátria, Tuiuti e Curupaiti, cujo insucesso foi decisivo para a sua substituição por Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma, em 22 de dezembro de 1866.

Praticamente se concluiu a carreira ativa do Almirante, que restringiu desde então sua atuação ao Conselho Superior Militar. Os títulos de conde (1887) e marquês (1888) lhe chegaram no ocaso da Monarquia, já bem distante dos embates nos rios platinos

e, provavelmente, mais uma vez, se deviam às suas ligações com a Casa Imperial.

A última grande polêmica sobre Tamandaré gira em torno de sua posição na Proclamação da República. Soldado disciplinado: foi a bordo solicitar dispensa do Imperador da função de seu ajudante de campo, tendo se apresentado a seguir ao Quartel-General da Marinha. Monarquista? Teria oferecido ao Imperador o apoio da Marinha à resistência, tradição oral indicada por Calmon³⁶. Militar profissional avesso a política? Ao desembarcar teria demonstrado conformação com a República: "O que está feito, está feito, cuidemos de trabalhar e engrandecer a Pátria", frase negada por vários de seus biógrafos³⁷.

É fato que Tamandaré não foi um homem de partido como Caxias ou Osório, mas foi de fato um político se recuperarmos a idéia de que a peculiaridade de estrutura institucional do Império encaminha "a organização da Monarquia brasileira sob a fórmula de que o rei reina, governa e administra, dentro do discreto comando de uma estrutura burocrático-política."³⁸, dentro da qual se distinguia a "artificialidade da elite"³⁹.

A idéia que permeia as análises de Faoro e José Murilo de Carvalho também está presente em Ilmar Mattos, dentro da qual poderíamos colocar Tamandaré como um homem da Coroa, como tantos outros agentes do Estado:

Recuperando o que há muito evidenciamos, o Imperador devia reinar, governar e administrar porque sua figura sintetizava o papel de partido que a restauração da moeda colonial atribuía à Coroa. Como uma espécie de grande agência administrativa, a Coroa deveria conduzir tanto as relações externas quanto as internas, e o fazia por meio de seu "braço": o Executivo.⁴⁰

³⁴ Ibidem, p. 314-315.

³⁵ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 1824-1825.

³⁶ Ibidem, p. 1871

³⁷ LIMA, op. cit., p.692.

³⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976, Tomo I, p. 341.

³⁹ CARVALHO, op. cit., p. 182.

⁴⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 199.

Navigator 6 Um militar no Império

Reformado em 20 de janeiro de 1890, solicitação que já havia encaminhado antes da Proclamação, serviu no Supremo Tribunal Militar até o ano da morte, 1897, atravessando, portanto o governo Floriano Peixoto, com quem teria tido sérias divergências. A veracidade das posições não é o nosso objeto, mas certamente as suas possíveis lei-

turas ajudam a explicar a comemoração do Almirante como Patrono da Marinha.

Estamos no campo da memória e para ele não basta o estabelecimento preciso de uma verdade absoluta, mas rastrear como e quais as versões foram apropriadas na instituição da comemoração. Para isto, no entanto, teríamos que navegar em outro mar.



Tamandaré, Caxias e Osório

Paulo Dartanham Marques de Amorim

Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro, mestre e doutor em Aplicações e Estudos Militares. Cursado na Escola Superior de Guerra, dedicou-se aos altos estudos de Política e Estratégia. É sócio jubilado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e sócio efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Sociedade Brasileira de Cartografia.

RESUMO

O presente artigo apresenta, de modo conciso, as biografias de três dos principais militares do Império: Tamandaré, Caxias e Osório, comparando determinados aspectos de suas personalidades e expondo os pontos de interseção em suas carreiras, destacando os valores morais comuns aos três chefes militares.

PALAVRAS-CHAVE: TAMANDARÉ, CAXIAS E OSÓRIO – CARREIRA MILITAR – VALORES MORAIS

ABSTRACT

The purpose of this article is to bring to public, in a brief text, the biographies of the three main military officers of the Brazilian Empire period: Tamandaré, Caxias and Osório, in which we will compare their personalities and the intersection points of their careers, salienting the moral values that they had in common.

KEY-WORDS: TAMANDARÉ, CAXIAS AND OSÓRIO – MILITARY CAREER – MORAL VALUES

INTRODUÇÃO

Feliz a instituição que reconhece e cultiva os seus valores. Louvemos a Marinha do Brasil pelo culto, neste bicentenário de nascimento, ao “Velho Marinheiro”, como desejou ser lembrado o Almirante Joaquim Marques Lisboa, em seu testamento.

Muitos já louvaram os seus feitos e a sua biografia. Mas o homem não é só ele em si, é ele e as suas circunstâncias. Tentarei, com engenho e arte, descrever as do nosso personagem.

As lutas travadas no tempo do Império e os homens que delas tomaram parte são as suas circunstâncias. A Marinha a sua vida. Dentre os muitos que percorreram a mesma jornada, viveram o mesmo tempo e as mesmas circunstâncias, escolhi os Marechais Luis Alves de Lima e Silva e Manoel Luis Osório pelos laços que os uniram, pelas semelhanças e diferenças de comportamento.

O IMPÉRIO

Os três foram grandes do Império pelos feitos que realizaram. Defenderam o Brasil de si mesmo e do exterior. Sobreviveram às lutas e às vicissitudes da época. Escolhidos como patronos das suas instituições, comandam, através das gerações, pelo exemplo, os valores que ainda hoje cultuamos.

Paulo Dartanham Marques de Amorim

Receberam os títulos: Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias; Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré; e Manoel Luis Osório, Marquês do Herval.

Caxias foi chefe dos dois; descobriu o valor de Tamandaré, ainda jovem, na pacificação do Maranhão; com Osório tocou os estribos do sul, na Revolução Farroupilha.

Tamandaré e Osório, gaúchos de nascimento, souberam pairar acima das paixões e ver o Brasil maior; não participaram da Revolução Farroupilha, extinta com a participação de Caxias. Note-se que Osório, tendo sido arregimentado pelos farrapos no início da luta, soube passar depois para o lado da causa maior, sem vacilações.

A VOCAÇÃO MILITAR

Caxias e Tamandaré abraçaram a carreira das armas, ainda bem jovens, impulsionados por irresistível vocação e seguindo o exemplo de seus pais. Osório, filho e neto de soldados, não desejava para si o destino dos homens das armas. Alistou-se na Legião de São Paulo, por imposição paterna, aos 15 anos de idade. Chorando, afastou-se de tudo aquilo que amava: a sua estância, a sua família e a vida campesina. Estava, contudo, destinado a se transformar num grande guerreiro e no mais amado dos nossos generais.

A formação cultural também diferenciou os três. Caxias teve formação acadêmica na Real Academia Militar, no Largo de São Francisco. Tamandaré freqüentou, algum tempo, a Real Academia de Marinha, dela se afastando pelas circunstâncias das lutas.

Osório foi autodidata. Almejava uma formação humanística, mas, ao iniciar a vida guerreira, possuía apenas as letras ensinadas pelo sapateiro Manuel. Tornou-se poeta e bem escrevia, como se depreende de suas cartas a Tamandaré.

A CORAGEM FÍSICA

Aos três a natureza aquinhoou com inequívoca coragem física e serena bravura.

Tamandaré nunca hesitou em atirar-se nas águas bravias dos mares para salvar vidas humanas. Caxias, já sexagenário, não vacilou em esporear a sua montada sobre a ponte de Itororó, arrastando com o seu exemplo a tropa que lhe seguia, desafiando aos que fossem brasileiros que o seguissem. Osório, após levar um tiro no rosto, cobriu a face com o poncho e a galope percorreu a linha pedindo aos seus comandados que acabassem com aquele resto de luta. Aquele ferimento foi a causa da sua morte, anos mais tarde.

A ATUAÇÃO POLÍTICA

Naquela, época o Brasil também se conformava politicamente e, nesse campo, os militares atuavam no exercício da sua política. Caxias e Osório foram senadores por seus estados. Um conservador e o outro liberal consciente.

Caxias tinha a concepção estratégica e política da batalha. Exigia o comando político e militar das operações, não fazia concessões. Mas, como afirmou no Maranhão, "Mais militar que político, quero até desconhecer os partidos existentes entre vós". Sabia atingir os fins a que se propunha. Sabia utilizar-se do instrumento da anistia. Sabia pacificar os ânimos.

Desconheço atuação política de Tamandaré, como é próprio dos homens do mar. Fazia a política da Marinha e do Poder Naval que crescia com o crescimento do Brasil. Ao apresentar-se preso ao Marechal de Ferro¹, por ocasião da prisão de 13 generais, exerceu a política da solidariedade, não foi um ato de indisciplina ou contestação ao novo regime. Homem do Império, assistiu o advento da República. Acompanhou o Imperador até os últimos mo-

¹ Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República em exercício do cargo entre 26 de novembro de 1891 e 15 de novembro de 1894.

mentos de sua estadia no Brasil. "O que está feito, está feito." Seu olhar tinha uma visão mais ampla da sua nação que superava as paixões momentâneas.

O TINO ADMINISTRATIVO

Aos três não faltou o tino administrativo. Caxias notabilizou-se na organização do apoio logístico. Sobressaiu-se muito bem no governo do Maranhão, aspecto pouco explorado na nossa historiografia. Ministro da Guerra em quatro oportunidades deu provas inequívocas do seu tirocínio administrativo.

Osório morreu Ministro da Guerra. Tinha uma ampla visão da organização do equipamento do território. Preocupava-se com a construção das estradas de ferro que permitiriam um apoio cerrado às operações no Rio Grande e na defesa do território.

Tamandaré, na Europa, acompanhou a modernização da Marinha fiscalizando e opinando na construção de navios de propulsão mista (vela e vapor). Na Guerra do Paraguai, comandou as forças navais em 1865 e 1866, organizando o bloqueio naval sustentado por um eficiente apoio logístico, que ele implantou para superar a deficiência que seria causada pela longa distância da Esquadra da sua base de apoio no Rio de Janeiro.

O RELACIONAMENTO ENTRE TAMANDARÉ, CAXIAS E OSÓRIO

As nossas operações militares, no período da Regência e Império, caracterizaram-se pelo emprego das operações conjuntas, nas quais se torna imprescindível um relacionamento efetivo e harmonioso entre os comandantes das forças terrestres e navais. Os laços de amizade, camaradagem e respeito entre esses três líderes militares nos proporcionaram as retumbantes vitórias alcançadas na construção do edifício da nossa nacionalidade.

Coube a Tamandaré a oportunidade de proporcionar ao seu amigo Osório a glória de ter sido o primeiro guerreiro, o audaz cavaleiro que o solo inimigo primeiro galgara, no Passo da Pátria, quando o Brasil, após

repelir do seu território o audacioso e tenaz agressor, passava a mostrar à América a reação do gigante País que se formava.

Os dois chefes eram amigos fraternais. Parece-me que existia algum laço de família, pois em cartas que pesquisei no Arquivo de Tamandaré, existente e muito bem cuidado no Serviço de Documentação da Marinha, Osório chamava de "primo" o velho marinheiro.

Caxias descobriu o valor de Tamandaré no Maranhão e muito o recomendou aos seus superiores navais. "Homem de valor a fazer progredir", consta de documento encontrado no Arquivo Histórico do Exército e transferido ao Serviço de Documentação da Marinha.

Caxias e Osório se encontraram no sul. Diz-se que quando os estribos se chocam uma amizade está selada para sempre, e assim aconteceu. Caxias aconselhava Osório. Os dois foram senadores, Osório, político, sabia descender com o inflexível companheiro conservador que não dispensava o cumprimento formal e regulamentar do antigo subordinado, mais moderno no trato castrense.

NA MORTE

Osório, o mais moço dos três, foi o primeiro a deixar esta vida, faleceu em sua casa na Rua de Mata Cavalos, atual Riachuelo, no exercício do cargo de Ministro da Guerra. Desconheço o seu testamento, se houve. Perguntado sobre o seu estado de saúde, respondeu a um amigo "águas abaixo, para a eternidade." Apreciador dos prazeres do mundo, ainda deu uma última baforada no charuto que um amigo fumava. Foi embalsamado.

Caxias foi a seguir. Afastado de tudo e desiludido dos homens, retirou-se para a Fazenda de Santa Mônica, de um de seus genros. Pediu que o seu enterro fosse feito sem pompa, e só como irmão da Cruz dos Militares, no grau que ali tinha. Dispensou o estado da Casa Imperial e os convites para cerimônia fúnebre; não queria ser embalsamado e dispensou as honras fúnebres que lhe pertenciam como marechal-de-exército. Só desejou que mandassem seis soldados,

Paulo Dartanham Marques de Amorim

dos mais antigos e de bom comportamento, para pegarem nas argolas do seu caixão, aos quais seria paga uma gratificação de trinta mil réis a cada um pelo seu testamenteiro.

Tamandaré sobreviveu ao Império, presenciou o advento da República e nesse regime faleceu. Exigiu, também, toda simplicidade no seu enterro e que seus restos mortais fossem conduzidos por seus irmãos em Jesus Cristo que houvessem obtido o foro de cidadão pela Lei de 13 de maio de 1888. Sobre a pedra que cobrisse a sua sepultura se escrevesse: "Aqui jaz o Velho Marinheiro."

NA POSTERIDADE

A nação brasileira começou o reconhecimento a esses três vultos insignes de sua história ainda em vida. Grandes do Império, Caxias e Osório foram ministros e senado-

res; Tamandaré e Caxias receberam o Colar da Ordem Imperial da Rosa, únicos brasileiros a serem agraciados além do Imperador D. Pedro II. Tornaram-se patronos de suas instituições: Caxias do Exército, Tamandaré da Marinha e Osório da Arma de Cavalaria.

Não hesitarei a estender a Tamandaré e a Osório o que o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos afirmou de Caxias:

Nunca homem, com tamanha glória, foi a essa glória tão superior; nunca homem, com tamanho mérito, do seu mérito se orgulhou menos: nunca homem, com tantos e esplendentes sucessos, tanto desadorou ostentações ou lisonjas; nunca homem a tanta grandeza, reuniu tal grau de modéstia, clareza e bondade; nunca homem, com tanto engenho e saber, sentiu menos filáucia; nunca homem, com tantas razões de se desvanecer de si próprio, menos de si se ocupou, menos se infectou do amor de sua pessoa.²

² CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

O despertar

Guilherme de Andrea Frota

Bacharel e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG), foi professor efetivo do Quadro Permanente do Magistério do Comando da Marinha. Autor de diversos trabalhos, sendo de sua autoria o livro Os 500 anos da História do Brasil, publicado pela Biblioteca do Exército, em 2000. Membro de várias instituições, entre elas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Atualmente pertence ao Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação em História Militar Brasileira, realizado em parceria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com o Comando do Exército.

RESUMO

A vocação de Joaquim Marques Lisboa para a carreira naval torna-se perceptível desde a passagem da infância para a juventude. O contato com o mar por intermédio da função do pai, Francisco Marques Lisboa, que além de próspero comerciante era patrão-mor da barra do Porto de Rio Grande, levou o jovem Marques Lisboa a voluntariar-se para o serviço na Armada com apenas 15 anos, em plena Guerra da Independência. Ainda muito jovem, participou dos combates contra a Confederação do Equador e da Guerra Cisplatina, notabilizando-se nestas duas campanhas navais.

PALAVRAS-CHAVE: TAMANDARÉ, INFÂNCIA E JUVENTUDE – GUERRA DA INDEPENDÊNCIA – GUERRA CISPLATINA

ABSTRACT

Joaquim Marques Lisboa's vocation to the naval career could be noticed since tender years. His first sea contact occurred by the influence of his father profession; Francisco Marques Lisboa, was a prosperous merchant and the Rio Grande's port first skipper. By the time of the War of Independence, Marques Lisboa, with fifteen years, volunteered to serve at the Imperial Navy. Still very young he took part of the conflict denominated Confederação do Equador and at the Cisplatine War; his firms attitudes testified his successful future career.

KEY-WORDS: TAMANDARÉ, CHILDHOOD AND YOUTH – INDEPENDENCE WAR – CISPLATINA WAR

Joaquim Marques Lisboa nasceu em 13 de dezembro de 1807, na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Vila do Rio Grande. Era o décimo filho do casal Francisco Marques Lisboa e sua mulher Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima Marques Lisboa, ambos portugueses. Francisco resolvera migrar para o Brasil provavelmente porque seu primo, José Antônio Ribeiro Lisboa, já se tinha estabelecido no Rio de Janeiro com uma próspera casa de negócios. Francisco e seu irmão Antônio preferiram terras sulinas. Francisco casou-se em Porto Alegre, em 15 de maio de 1789, e, em 1800, passou a residir na Vila do Rio Grande com a sua prole de cinco filhos. Inteligente e disposto, logo percebeu que podia desenvolver uma atividade lucrativa protagonizando e dirigindo a praticagem do porto da difícil barra do Rio Grande. Acertada a prestação de serviço com 14 negociantes da vila, registrado o documento em cartório, preenchidas as tramitações burocráticas dos docu-

mentos necessários e pertinentes, o Decreto Real de 25 de março de 1808 deu licença para que Francisco Marques Lisboa ocupasse o ofício de patrão-mor do Porto do Rio Grande de São Pedro do Sul, “podendo usar o uniforme de segundo-tenente da Armada Real”. Com o tempo, Francisco Marques Lisboa desenvolveu o seu negócio, tornou-se proprietário de embarcações (*Bergantins Constante e Cecília* e Escuna *Eufrásia*), caçacas e outros instrumentos indispensáveis, passou a ter sócio na cidade do Rio de Janeiro, o também português Tomé Ribeiro de Faria, construiu trapiches na barra do Rio Grande e aumentou o número de empregados para bem desempenhar o serviço a que se propunha. Em pouco tempo amealhou considerável fortuna, reconhecido e prestigiado pelos moradores locais.

Apesar de Francisco Marques Lisboa ter possuído depósitos e propriedade na Vila de São José do Norte, localizada na margem oposta do canal, até porque se fazia mister em decorrência do ofício que exercia, nunca deixou de residir na Vila do Rio Grande com sua mulher e prole numerosa, contados 12 filhos. Muito se tem discutido se o futuro Almirante teria nascido não em Rio Grande mas em São José do Norte. À medida que sua projeção crescia no cenário nacional exacerbava-se a polêmica, cada uma das localidades almejando a honra de ser o berço natal de tão notável brasileiro. Acreditamos ser esta dúvida hoje completamente elucidada graças à documentação existente em seu arquivo quando, em dezembro de 1883, dirigiu-se à Câmara de Vereadores do Rio Grande declarando ser a ali a terra de seu nascimento.

Joaquim viveu com seus pais e irmãos até a idade de cinco anos, quando, em companhia dos pais, viajou para a Corte e, juntamente com seus irmãos Manoel e José, passou a viver com sua irmã mais velha, Maria Eufrásia, e seu primo e marido José Antônio Lisboa. Instalaram-se na praça da Glória nº 2, esquina da Rua Pedreira da Candelária (hoje Rua Bento Lisboa), em uma chácara aprazível adquirida por seu pai. E foi estudar

as primeiras letras no colégio do professor Carvalho, na Rua do Lavradio. Enquanto seu irmão José já estudava em curso superior, visando a alguma profissão civil, e seu irmão Manoel conseguia matrícula na Real Academia de Marinha (6 de março de 1814), o menino Joaquim adquiria conhecimentos com o professor Carvalho e participava de procissões religiosas, com trajes de anjo, entremeando guloseimas irrecusáveis e brincadeiras onde hoje se acha a Casa de Saúde São Sebastião.

Assim ia crescendo o jovem Joaquim, admirando os que o cercavam pela sua inteligência atilada. E procurou não se abater com a morte de seu irmão mais velho, Francisco, na Ilha de Jafa (Palestina), nem com o desligamento de seu outro irmão, Manoel, da Marinha, em 8 de janeiro de 1817, por agressão a um colega.

Completava 13 anos. Ainda em companhia dos pais, regressou à Vila do Rio Grande; fascinado pelas coisas do mar, tudo perguntava, assimilando com rapidez a arte de navegar. Breve estada no Sul, em 1821, Joaquim retornou à Corte para continuar seus estudos. Viajava só. E logo começou a desempenhar funções de piloto, marcando pontos da costa e alcançando intimidade com a bitácula e outros instrumentos. E tão bem se houve que lhe ficou para sempre na memória a exata marcação da entrada no Porto do Rio de Janeiro, fato impressionante considerando sua idade e diminuta experiência, no que foi largamente elogiado pelo seu capitão.

A vocação manifestava-se forte e absorvente. De tudo deu conta ao pai, em carta, dissertando sobre a viagem e os episódios que lhe acenavam com a carreira do mar e não a do comércio. E os estudos continuaram, freqüentando também a aula de inglês do Padre Thomas Trilby ou William Tilbury, na travessa de São Francisco com a Rua do Carmo, e nela conhecendo o colega Francisco Manoel Barroso da Silva.

Grandes mudanças políticas começaram a tomar corpo no Reino do Brasil com o retor-

Navigator 6 O despertar

no do Rei D. João VI para Portugal. O Príncipe D. Pedro, seu filho, que permanecera em terras americanas como regente deste Reino, conduziu-o à Independência, fazendo-se coroar Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo com o título de D. Pedro I. Ignorar os portugueses residentes no Brasil não traduzia uma política inteligente. Por isso, conclamou a que todos jurassem fidelidade à sua autoridade, liberando àqueles que não o desejassem o retorno a Portugal. Entretanto, alguns focos de lusitanidade empanaram o brilho do novo Império que surgia. Fazia-se necessário combatê-los para garantir a unidade territorial alcançada com sacrifícios nos séculos coloniais. E sendo o litoral o que realmente importava, fez-se mister organizar uma Armada para, de imediato, expulsar as tropas que o Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Mello conservava em poder das Cortes Constitucionais na Capitania da Bahia. Várias providências foram tomadas pelo jovem monarca: reparação dos navios existentes no Rio de Janeiro, contratação de oficiais e marujos ingleses na Inglaterra graças à habilidade de Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marquês de Barbacena, convite a Lorde Thomas Cochrane para trasladar-se do Chile ao Brasil e comandar a força naval e a abertura de voluntariado a brasileiros, também a portugueses, visando a suprir claros que se mostravam manifestos.

Com perseverança e habilidade, Joaquim convenceu ao pai que esta era a oportunidade de ingressar na carreira que, desde há algum tempo, sonhava. Não há dúvida que influenciou a concessão, por parte do governo imperial, da Comenda da Ordem de Cristo a Francisco Marques Lisboa, que lhe conferia o direito de gozar das vantagens e regalias de um brasileiro nato. Em 22 de novembro de 1822, Francisco requereu que o filho servisse como voluntário na Esquadra. Joaquim não completara 15 anos! Em 4 de março de 1823, a petição foi deferida. Luiz da Cunha Moreira, ministro e secretário dos Negócios

da Marinha, nomeava Joaquim Marques Lisboa para embarcar, como voluntário, na fragata *Niterói*, para cujo comando, desde 2 de março, fora nomeado o Capitão-de-Fragata John Taylor. E, assim, o menino Joaquim dava-nos um atestado de sua inteligência e praticidade: cursar a Academia de Marinha demoraria longos anos; como voluntário haveria a possibilidade, mais imediata, de se tornar tenente comissionado. Logo se apresentou na fragata que lhe fora designada; estava com 15 anos, dois meses e 19 dias de idade. Venceria somente a ração¹.

Em 1^a de abril de 1823, Lorde Cochrane ordenou a partida de sua força. Seis navios ao todo: Nau *Pedro I* (capitânia), Fragata *Piranga*, Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, Brigues *Guarani* e *Real Pedro*, sem a *Niterói*, que não conseguira a sua prontificação, fazendo-o somente a 29 do mesmo mês. A bordo, voluntários brasileiros transbordando de entusiasmo, mas sem experiência, portugueses, experimentados, mas pouco confiáveis, e ingleses, recém-chegados da Inglaterra, gloriosamente embriagados. Cochrane velejou rumo Norte exercitando as guarnições nas manobras de pano, base do combate naval da época. Desta viagem e do que ocorreu em seguida dispomos de minucioso relato escrito por Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores².

No dia 4 de maio, a Esquadra brasileira avistou velas inimigas. À frente dos navios portugueses encontrava-se o Chefe Felix de Campos. O combate teve início às 4 horas da tarde. Pensava o inglês que facilmente venceria, mas o encontro não produziu vitória nem derrota. Joaquim recebera, porém, o seu batismo de fogo. Cochrane concentrou sua esquadra na enseada do Morro de São Paulo. Determinou, ainda, que John Taylor fosse transferido para a Nau *Pedro I*, retornando para a *Niterói* 45 dias depois. E o jovem Joaquim acompanhou o seu comandante.

¹ Documento de 4 de março de 1823, Arquivo da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha.

² N.R: DORES, Manoel Moreira da Paixão e. *Diário da Armada na Independência*. Brasília (DF): Instituto Nacional do Livro, 1972.

Cercado por terra e mar e com dificuldades logísticas, o Brigadeiro Madeira de Mello preferiu abandonar Salvador. Embarcou sua gente, e mais todos os que desejassem, e no dia 2 de julho, 4 horas da manhã, determinou a partida para águas oceânicas. Saiu-lhe ao encalço o Almirante Cochrane no propósito de impedir que arribassem em outro porto brasileiro, onde o ideal de separação não estivesse firmado. Concluindo que o comboio se dirigia mesmo para Lisboa, já no 4º grau de latitude norte, encarregou ao comandante da *Niterói* proceder a continuidade da perseguição. Escreveu, então, a elegante fragata e sua tripulação uma das páginas mais destemidas e belas da Marinha de todos os tempos. Taylor conseguiu apresar 17 navios, levando a bandeira do novo Império quase à embocadura do Tejo. Assim, o brioso voluntário uniu o seu destino a este feito marcante da Guerra de Independência. Relato completo foi escrito pelo Capitão-de-Fragata Luis Barroso Pereira e publicado na *História Naval Brasileira*, de Theotonio Meirelles². Em 9 de novembro, a *Niterói* retornava a Salvador. Joaquim, conhecido a bordo como “Lisboinha”, recebeu elogios de seu comandante, que atestava que estava apto para as funções de bordo.

O Decreto Imperial de 19 de janeiro de 1824 determinou a matrícula do Voluntário Joaquim Marques Lisboa no primeiro ano de matemática, aparelhos e manobras da Academia Imperial de Marinha. Não era bem o que ele desejava, tendo em vista a promessa do mesmo governo imperial de efetuar sua promoção independente do curso a ser iniciado. Mas, obediente, cumpriu o que estipulava o decreto citado. E, como voluntário, enfrentou os estudos teóricos na Academia Imperial de Marinha.

Sabendo que uma Força Naval seria enviada para a Província de Pernambuco, conflagrada pelas ambições de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, solicitou ao Primeiro Almirante Lorde Cochrane o seu embarque. Conhecendo o seu valor, não titubeou o

inglês em oficialiar ao Ministro da Marinha, Francisco Villela Barbosa, solicitando o embarque do “Lisboinha” na divisão que estava prestes a zarpar para o Norte. Mas o pedido foi negado, merecendo resposta da qual colhemos o seguinte trecho: “Permita-me dar a minha opinião, que a melhor academia de marinha é um navio de guerra, um respeitável e hábil lente...”

Pedido negado, o Primeiro Almirante recorreu ao Imperador em uma petição que atestava a capacidade do jovem voluntário. Argumentos consistentes que permitiram a resolução imperial, datada de 27 de julho de 1824, determinando o embarque do Voluntário Joaquim Marques Lisboa na capitânia da Esquadra. Após 146 dias de curso, deixava a Academia. Apresentou-se no Gabinete do Ministro e, em seguida, embarcou. No dia 2 de agosto, a Divisão Naval abria velas para o Porto de Jaraguá, em Alagoas. Estava composta pela Nau *Pedro I*, Corveta *Carioca*, Brique *Maranhão*, Charruas *Caridade* e *Harmonia* e, ainda, Escuna *Leopoldina*, Fragatas *Paraguaçu* e *Niterói*, e pela Corveta *Maceió*. Transportava uma força de 1.200 homens, sob o comando do Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e entre estes o jovem Segundo-Tenente Luis Alves de Lima e Silva.

Os revolucionários não conseguiram os seus intentos.

Pacificada a Província de Pernambuco, Cochrane velejou para o Ceará e, em seguida, para o Maranhão. Nesta província, o seu Presidente, Miguel Bruce, arregimentava forças assalariadas para resistir. Coube ao Voluntário Joaquim Marques Lisboa comandar um destacamento para desarmar e dissolver esses mercenários. E este foi o seu primeiro comando, cuja missão cumpriu com eficiência. E tão bem se houve que Cochrane o incluiu, designando-o como imediato, na força que despachou para o Pará, sob o comando do Primeiro-Tenente George Clarence, a fim de restabelecer a ordem na província agitada pelo Cônego Batista de Campos.

² SILVA, Theotonio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Editor B. L. Garnier, 1884. p. 24-45.

Navigator 6 O despertar

Com o advento da tranqüilidade no Pará, Joaquim retornou à Nau *Pedro I*, em São Luís, e, a bordo desta, regressou ao Rio de Janeiro em 1^a de dezembro de 1825, sob o comando de David Jewett; Cochrane partira para a Inglaterra. No dia seguinte, recebia a promoção a segundo-tenente de Comissão, dia do nascimento do Príncipe D. Pedro que, em pouco tempo, seria o segundo no trono do Brasil. Um mês e 24 dias depois era efetivo neste posto.

Entrementes, ou mais precisamente, desde 19 de abril deste ano de 1825, D. Juan Antonio Lavalleja, com 32 companheiros, desembarcara na Praia da Agraciada desfraldando a bandeira da independência da Província Cisplatina, região conquistada em 1816 pelo Príncipe Regente D. João, aproveitando-se do estado anárquico do Vice-Reinado do Prata. Em pouco tempo, esse punhado de patriotas recebeu adesões, como a do prestigioso Brigadeiro Frutuoso Rivera. Na Vila de Flórida foi organizado um governo provisório e, em 25 de agosto, foi declarada a independência e, neste mesmo dia, aderiu-se à República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Reagiu o governo de D. Pedro I designando uma Força Naval (três corvetas, cinco brigues, onze escunas e nove canhoneiras), sob o comando do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo, para velejar até o Rio da Prata e bloqueá-lo. A aceitação, por parte das Províncias Unidas, da incorporação da Cisplatina (25 de outubro de 1825), provocou a declaração de guerra, em 10 de dezembro, por representar sua afronta à soberania brasileira. Tiveram início os combates em terra e em águas do Rio da Prata encontrando-se os navios da república comandados pelo irlandês William George Brown.

Joaquim Marques Lisboa embarcara na Fragata *Dona Paula* com destino ao Rio da Prata. Foi, então, designado para a Canhoneira *Leal Paulistana*, armada com seis canhões, comandada pelo Primeiro-Tenente Antonio Carlos Ferreira. Em 8 de fevereiro

de 1826, no Combate de Colares, mar e pólvora misturaram-se, "... a guarnição, como que tomada de fúria incontrolável, em busca do revide pelos irmãos sacrificados, fazia vibrar com precisão suas peças incandescentes ...", escreveu Gustavo Barroso em *Tamandaré, o Nelson brasileiro*.³

Com a mudança de comando, o Chefe-de-Divisão Rodrigo Pinto Guedes substituindo Rodrigo Lobo, o Tenente Joaquim foi transferido para a Fragata *Niterói*, sob comando de James Norton. E tão bem se houve o jovem tenente de 18 anos nos combates que se seguiram que, a 31 de julho de 1826, foi nomeado comandante da Escuna *Constança*. Seu primeiro comando! É quase impossível ao historiador de hoje reproduzir o misto de alegria e responsabilidade que se instalou neste adolescente; sem dúvida, um incentivo para melhor servir e cumprir os seus deveres.

Mas a guerra prosseguia ...

Em meados de fevereiro de 1827, o Chefe Rodrigo Pinto Guedes planejou enviar uma expedição à boca do Rio Negro de Patagones, onde se aninhavam corsários inimigos causadores de muitos inconvenientes. A importância desta região crescera em decorrência do bloqueio do estuário platino. A 16 de fevereiro, os navios brasileiros se fizeram de vela partindo de Maldonado: Corveta *Duquesa de Goiás*, capitânia, 20 canhões, comando do Capitão-de-Fragata James Shepherd, Corveta *Itaparica*, Capitão-Tenente William Eyre, Brigue *Escudeiro*, Segundo-Tenente Louis Clément Poutier, e Escuna *Constança*, Segundo-Tenente Joaquim Marques Lisboa. Conduziam 654 homens. Em 25 de fevereiro, atingiram o destino. Dois dias depois, investiram pela barra do Rio Negro. O navio capitânia manobrou mal no momento de entrar no canal, colidiu com um banco de areia e adernou em pouco tempo. O Tenente Joaquim ainda pôde salvar 280 homens em meio a forte temporal: 32 homens afundaram com o navio. Shepherd decidiu atacar, por terra, a Vila de Carmen

³ BARROSO, Gustavo. *Tamandaré, o Nelson Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933. p. 34.

de Patagones, desmerecendo as ponderações contrárias de seus oficiais. A 6 de março, desembarcaram e marcharam resolutos por chãos desconhecidos deixando alguns poucos guarnecendo os navios. Em 9 de março, atingiram a Vila de Carmen, encontrando uma resistência inesperada do povo e guarnição liderados pelo Coronel Ryman. Homens do mar travestidos de infantes foram envolvidos. Shepherd caiu morto aos primeiros tiros. O Capitão-Tenente Eyre, segundo em comando, ordenou a retirada sem êxito; envolvendo nossos homens com ataque mais cerrado, ateando fogo ao capim, melhores conhecedores do terreno, puderam os argentinos obter a capitulação dos que estavam vivos. E logo foram encarcerados. Os mercenários ingleses se passaram para o inimigo. Os nossos navios tornaram-se presa fácil para os corsários que os abordaram. E mais prisioneiros foram feitos: 93 ao total, entre oficiais e praças. Todos encarcerados na Vila de Xavier. O governo argentino deliberou transferi-los para a barra do Rio Salado. Embarcados no Brigue *Ana*, partiram em 16 de agosto sob escolta das Corvetas *Chacabuco* e *Ituzaingó*. Os oficiais tinham o convés do *Ana* por menagem por estar o brigue-prisão abarrotado. E foi assim que o Tenente Joaquim, de acordo com o seu imediato da *Constança*, igualmente prisioneiro, e também Tenente Joaquim José Ignácio, combinaram apoderar-se do navio. Num golpe de audácia, dominaram, sozinhos, o comandante e a tripulação e soltaram os prisioneiros, que os ajudaram. A escolta não percebeu, pois continuaram a navegar em conserva. Em momento preciso, os dois oficiais orçaram o *Ana*, que navegou para Montevideú, entrando neste porto a 29 de agosto. Vinte e dois dias durou esta fuga em ziguezague para despistar os seus perseguidores. A amizade entre o Joaquim 1^a (o futuro Tamandaré) e o Joaquim 2^a (O futuro Inhaúma) foi selada neste episódio e perdeu enquanto viveram.

O Chefe Pinto Guedes não assumiu a responsabilidade pelo malogro da expedição: repassou-a aos oficiais e acrescentou acu-

sações. A guerra de corso, em consequência, não paralisara. Foram expedidas 136 cartas de marca estimulando a ganância de perto de mil ingleses e alguns franceses e italianos, provocando diversos combates ao longo da costa brasileira, uruguaia e, mesmo, argentina. O Chefe Pinto Guedes concebeu, então, uma segunda expedição à Patagônia, visando a Baía de San Blás, cuja entrada os ingleses chamavam de *Hell's Gate*. E assim partiram os nossos bravos, em 26 de setembro, a bordo da Corveta *Maceió*, capitânia, e Brigues *Caboclo* e *Independência ou Morte*, comandados pelo Capitão-de-Fragata William Eyre, que fez questão do concurso do Tenente Joaquim Marques Lisboa em seu navio. Na madrugada de 21 de outubro, os nossos navios iniciaram a entrada na baía. As dificuldades apresentaram-se enormes somadas ao desconhecimento do local e à quase total embriaguez da marujada. Perdia-se o *Independência*, fustigado pelo mar revolto, e a *Maceió* partiu-se ao meio na noite de 22 de outubro. Morreram 40 homens e 83 foram feitos prisioneiros pelos argentinos. O Tenente Joaquim preferiu enfrentar as águas revoltas da baía atirando-se ao mar, nadou até o Brigue *Caboclo*, que conseguiu escapar com 99 homens do *Independência* e 22 da *Maceió*.

Em 29 de outubro de 1828, o Brigue *Caboclo* chegava a Montevideú. Joaquim toma conhecimento de que fora promovido a Primeiro-Tenente no dia 12 de outubro. Recebeu ordem de embarcar na Fragata *Príncipe Imperial*, cumprindo-a 19 de novembro. No ano seguinte, em 21 de abril, ganhou o comando da Escuna *Bela Maria*, incluída na Divisão do Comandante João de Oliveira Bottas. Foi este o seu segundo comando. No dia 29 de maio, ocorreu um combate entre esta divisão e o navio argentino *Ocho de Febrero* (ex-*Januária*, apresado aos brasileiros no combate de Juncal) no estuário do Prata. O argentino, apesar de armado com cinco peças por banda, tentou fugir e encalhou nos baixios do Arregui, onde os navios da Divisão de João das Bottas não podiam chegar. Contudo, o Tenente Joaquim não se deteve e foi encalhar a sua escuna

Navigator 6 O despertar

perto do argentino. Durante horas duelaram as guarnições até que, esgotada a munição, o *Ocho de Febrero* arriou a sua bandeira e, no dia seguinte, e seu comandante, Capitão Tomás Domingos Espora, entregou a sua espada ao Tenente Joaquim no convés do navio vencido.

A mediação do governo inglês encaminhou o término da guerra. Enquanto os diplomatas e políticos discutiam cláusulas, o Tenente Joaquim deixava o comando da Escuna *Bela Maria* e recebia o de outra: a *Rio da Prata*. E ainda participou de mais um combate, em 24 de agosto de 1828, contra navios do Almirante Brown, em especial contra o navio *General Dorrego*, ex-*Mandarim*, comandado pelo aventureiro francês Soulin, que foi obrigado a arriar a bandeira.

No dia 27 de agosto era assinada, no Rio de Janeiro, a Convenção Preliminar de Paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata. O Tenente Joaquim Marques Lisboa ainda permaneceu dois anos nas águas do Rio da Prata, no comando da Escuna *Rio da Prata*. No começo de maio de 1831 chegou ao Rio de Janeiro.

Contava 23 anos e já uma notável folha de serviço. Como assinalou o Almirante Prado Maia, em seu livro *Através da história naval brasileira* mostrava-se bravo e ativo, justo e magnânimo como um cavaleiro medieval⁴.

Estava pronto para o grande destino que a História lhe reservava.

⁴ MAIA, João do Prado. *Através da história naval brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Série Brasileira, vol. 69) p. 98.



O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*: a construção da memória de uma instituição da Marinha do Brasil (1897-1950)

Paulo André Leira Parente

Mestre e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor de Metodologia e Teoria da História na Universidade Gama Filho, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Mestrado em História Militar Brasileira do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil / UNIRIO e no Mestrado em História das Instituições da UNIRIO. Orientador de diversos trabalhos de graduação e pós-graduação em História e Memória das Instituições Militares Brasileiras.

RESUMO

Nosso artigo demonstra o processo de construção da memória do Almirante Tamandaré como instituição da Marinha do Brasil através da *Revista Marítima Brasileira*, entre 1897 e 1950. Neste período, que abrange desde seu passamento até a institucionalização de sua memória, identificamos três fases distintas: primeiro, no momento imediato de seu falecimento, em 1897, quando foi aclamado como herói; em um segundo momento, entre 1897 e 1932, quando foi esquecido pelos editores da revista; em um terceiro momento, quando através de um combate em prol de sua memória tornou-se um herói da história nacional e instituição da Marinha do Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: MEMÓRIA E INSTITUIÇÃO – TAMANDARÉ – REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

ABSTRACT

*This article shows the memory construction process of Admiral Tamandaré as an institution of the Brazilian Navy by way of the magazine *Revista Marítima Brasileira*, between the years 1897 and 1950. In this period, which ranges from the moment of his passing up until the institutionalization of his memory, we have identified three distinct phases: first, the moment immediately surrounding his passing, in 1897, when he was pronounced a hero; then, a second phase ranging from 1897 to 1932, wherein he was all but forgotten by the editors of the magazine; and finally, a third phase wherein, by way of a fight to revive his memory, he became a hero of Brazilian history and an institution in the Brazilian Navy.*

KEY-WORDS: MEMORY AND INSTITUTION – TAMANDARÉ – REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA

Neste ano de 2007, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, a Academia e a Armada reúnem-se para comemorar o Bicentário de Nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil e monumento da história pátria. Conforme o historiador Jacques LeGoff definiu, o monumento "... é um sinal do passado ... é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação ..."¹

¹ LEGOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, 535.

Paulo André Leira Parente

Em sua etimologia latina a palavra *monumento* remete ao verbo latino *monere* que significa *fazer recordar, avisar, iluminar e instruir*. Portanto, o *monumento* é tudo aquilo que evoca o passado e perpetua sua recordação através de outras gerações no tempo da História ou da memória. Recordar através de um monumento significa para uma geração do tempo presente instruir-se sobre um passado comum que contribuiu para a formação de sua identidade coletiva. Também ilumina sua consciência ao formar o sentimento de pertencer a um grupo social, a um povo, a uma nação ou a uma pátria.²

Os monumentos são obras comemorativas construídas ao longo da História através de lembranças e memórias que mantêm viva a recordação de um passado que é significativo a um grupo e lhe fornece coesão na medida em que cria, nesse grupo, a consciência de pertencer a um passado e a um destino comum. Comemorar é compartilhar da memória. A narrativa histórica não é a única forma de expressão da consciência do passado. Conforme identificou o historiador Marc Ferro: “O conhecimento do passado constitui apenas um dos aspectos da História; há outros que se exprimem com a mesma vivacidade, mas que durante muito tempo os profissionais não reivindicaram, nem reconheceram como pertencentes a seu campo. É o caso das comemorações e das festas que, desde a tradição dos gregos, os historiadores ignoravam – e que a historiografia atual levou em conta.”³

A memória coletiva atuou na construção da identidade através da institucionalização social da memória do Almirante Tamandaré. Sua busca e esforço na recuperação do passado fortaleceram uma *cultura histórica* expressa nos artigos, registros, apologias e memórias publicadas na *Revista Marítima Brasileira*. Tais registros estavam comprome-

tidos com a formação de uma identidade coletiva interna da Marinha do Brasil e frente a outros grupos e instituições.

O Almirante Tamandaré em sua dimensão como Patrono da Marinha do Brasil e monumento da história pátria tornou-se um eixo referencial de uma tradição militar que agregou valores ao grupo que o elevou a esta condição de monumento. Dentre as diversas estratégias da memória e instrumentos utilizados por grupos variados na construção do vulto de Tamandaré, identificamos a atuação da *Revista Marítima Brasileira*.

Ao longo de sua existência em publicações ininterruptas, desde o final do século XIX, a *Revista Marítima Brasileira* atuou como um destacado e dinâmico veículo de informação geral e formação intelectual da sociedade militar que influenciou a Marinha do Brasil, principalmente de seus oficiais. Entre 1897 e 1950, a *Revista Marítima Brasileira* atuou de forma decisiva em prol da memória do Almirante Tamandaré. Neste intervalo de tempo, identificamos em suas publicações um primeiro período de intensa manifestação e apego à lembrança do Almirante Tamandaré, no ano de seu passamento em 1897.

Um segundo longo período de contra-história, que se caracteriza por um silêncio quase absoluto sobre sua memória, correspondendo a grande parte da República Velha, entre os anos imediatos de seu passamento e o ano de 1932. Ao longo deste tempo, a não-lembrança foi rompida timidamente em 1908, com uma curta menção ao centenário de nascimento de Tamandaré e, em 1923, com uma homenagem prestada por uma missão naval norte-americana em seu monumento na Avenida Beira-Mar.⁴

Verificamos ainda um terceiro período de intensa atividade e defesa da memória do Almirante Tamandaré, entre 1932 e 1950.

² FLORESCANO, Enrique. A Função Social do Historiador. In: *Tempo*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, nº 4, Volume 2, p. 66.

³ FERRO, Marc. *A História vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 54.

⁴ “A memória difusa pode alimentar-se também de *silêncios*, daqueles vazios que se perpetuam através do tempo. Estes podem ajudar a compreender certos comportamentos, certas atitudes sociais.” *Ibidem*, p. 61.

Neste intervalo surgiu uma complexa produção de artigos e notícias comprometidas com a valorização de sua lembrança e da elevação de sua figura como instituição da Marinha do Brasil e como um dos mais importantes protagonistas da história pátria.

Neste período, a direção de redação da *Revista Marítima Brasileira* esteve sob a responsabilidade do Capitão-de-Fragata da reserva Dídio Afonso da Costa, estuioso da História Marítima Brasileira, primeiro chefe da Divisão de História Marítima, criada em 1938, e mais tarde, em 1943, transformada no Serviço de Documentação da Marinha, no qual atuou como seu primeiro diretor. Sua atuação como diretor de redação da *Revista Marítima Brasileira* resgatou a figura do Almirante Tamandaré do esquecimento ao qual havia sido relegado pela revista durante o primeiro período da história republicana brasileira.

A memória social em suas relações com a História pode implantar uma visão homogênea ou de conflito no resgate do passado. A memória pode esquecer fatos e características de um acontecimento ou qualidades de um personagem histórico. Por outro lado, conforme identificou Arno Wehling, "a memória pode ser um instrumento de combate para afirmar a própria identidade minoritária, muitas vezes ante outras comunidades da mesma sociedade."⁵

Assim, a identidade ou a legitimidade de um grupo pode ser alcançada através da simplificação do passado em um eixo em torno do qual se organizam as estratégias da memória, dentre as quais destacamos: a identificação e valorização de um evento fundador; a escolha de um vulto emblemático e as qualidades que representa; a construção de monumentos ou memoriais; a determinação de "lugares da memória"; a apresentação de símbolos; a organização de exposições, festas públicas e comemorações.

No período por nós demarcado, ou seja, entre 1897 e 1950, a construção e o resgate

da memória do Almirante Tamandaré correspondeu a uma ética da convicção e a combates apresentados ao longo de diversos artigos publicados na *Revista Marítima Brasileira*. Para o conjunto dos escritos dedicados ao Almirante Tamandaré, identificamos as seguintes qualidades da memória social:

- a) Tamandaré como um herói popular e atemporal dos brasileiros;
- b) os gestos do passado de sua vida já continham o futuro;
- c) a identidade plena entre a vida de Tamandaré e a História do Brasil;
- d) sua grandeza maior frente a outros vultos da História Naval Brasileira e mesmo frente à história pátria; e
- e) o esquecimento e o resgate de sua memória em períodos distintos.

TAMANDARÉ: O PASSAMENTO PARA A ETERNIDADE E SUA REPERCUSSÃO NA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA (1897)

Jacques LeGoff apontou para o fato de que entre os materiais da memória coletiva ou social que sobreviveram através dos tempos destacam-se "... os monumentos funerários destinados a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte."⁶

Assim, a trajetória de construção da memória institucional do Almirante Tamandaré começou com o seu passamento em 20 de março de 1897. A *Revista Marítima Brasileira*, através de um suplemento editado no mesmo mês de março de 1897, publicou a Necrologia do Almirante Tamandaré, sua fé de ofício, ordens do dia do Quartel-General da Marinha e da Escola Naval, manifestações diversas de pesar, notícias de seu passamento reproduzidas dos principais jornais da cidade e uma descrição de seu sepultamento.

O funeral de Tamandaré reuniu uma aglomeração popular em torno de sua casa, na

⁵ WEHLING, Arno. Memória e História. Fundamentos, convergências e conflitos. In: *Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado em Memória Social e Documento, 1997, p. 17.

⁶ LEGOFF, op. cit., p. 535.

Paulo André Leira Parente

freguesia da Gávea. Os cuidados fúnebres foram conduzidos pelo pároco da Freguesia. Seu corpo foi retirado de casa e transportado para o carro fúnebre por seis marinheiros, conforme uma última vontade expressa em seu testamento. Sobre o caixão foi depositada a âncora com a qual os alunos da Escola Naval lhe presentearam, em uma homenagem em sua casa quando Tamandaré completou 85 anos, em 1892, e, também, a bandeira imperial do Brasil. Identificamos um grande aglomerado popular, aspirantes da marinha, guardas-marinha, oficiais, professores, magistrados e diversas autoridades civis, dentre as quais o Governador Paes de Carvalho. O cortejo fúnebre foi acompanhado por uma multidão até o seu final, no Cemitério São Francisco Xavier.

A reação da *Revista Marítima Brasileira* expressou a dimensão de uma catástrofe nacional. Os redatores da notícia, o Capitão-Tenente Affonso Henrique Viera e o Primeiro-Tenente Reformado Leão Amzalak, escreveram: “O destino severo decidiu que o mês de março corrente fosse de contínuo luto para as armas de terra e mar da República. Ao desastre de Canudos seguiu-se o passamento, no dia 20 às 16:00 horas da tarde, do Ilustre Almirante Marquês de Tamandaré, o decano da Marinha brasileira.”⁷

O texto do suplemento destacava seus maiores feitos: seu arrojado comando do *D. Afonso*, quando liderou o salvamento dos naufragos da Galera *Ocean Monarch*, em 24 de agosto de 1848, na Inglaterra. Mencionava, também, o socorro prestado à Nau portuguesa *Vasco da Gama*, desarvorada debaixo de um temporal na barra do Rio de Janeiro, entre 5 e 6 de maio de 1849. Apontava ainda Tamandaré como veterano das campanhas marítimas da Independência e da Cisplatina e comandante-em-chefe na primeira fase da Guerra da Tríplice Aliança. Os redatores, ao final da notícia, aclamavam Tamandaré como “Herói na tomada de Payssandú.”⁸

A reação da Armada foi registrada no mesmo suplemento. A ordem do dia do Quartel-General da Marinha, assinada pelo Almirante Júlio César de Noronha, Chefe do Estado-Maior General, pedia oito dias de luto como testemunho do pesar na Armada. A ordem do dia do Diretor da Escola Naval, Contra-Almirante Dionysio Manhães Barreto, também destacava sua atuação nos episódios de salvamento da *Vasco da Gama* e do *Ocean Monarch*, quando seu gesto de bravura foi reconhecido pelo governo inglês, com a entrega do cronômetro de ouro.⁹

Os jornais do Rio de Janeiro publicaram amplas matérias, necrológios e biografias, nas quais eram apresentados os feitos do Almirante Tamandaré. Ao longo da semana seguinte ao seu passamento, Tamandaré permaneceu presente na imprensa carioca. De sua biografia destacaram-se preferencialmente: a entrada precoce na vida ligada ao mar, sua participação nas lutas em prol da Independência, seus feitos de salvamento e o reconhecimento recebido por parte do governo inglês.

A vitória alcançada sobre a natureza em luta constante contra os perigos do mar, expressos nos gestos de coragem que empreendeu para salvar o *Ocean Monarch* e a *Vasco da Gama* foram um tema recorrente. Assim, o *Jornal do Commercio*, em edição de 21 de março de 1897, o saudava como “... um marinheiro ilustre, cujo nome havia sido aureolado pela glória no Atlântico, no Mediterrâneo e no Pacífico, cuja bravura tinha sido testemunhada pela Europa e pela América ... Na viagem da Fragata *Niterói*, sob o comando de John Taylor, perseguindo um inimigo 20 vezes superior até à embocadura do Tejo, lutando ora com os elementos, ora com a escassez de víveres e de aguada, até deixar nas costas da Europa o adversário que fugia ... desfraldando pela primeira vez nos mares da Europa, a bandeira do Brasil.”¹⁰

⁷ *Revista Marítima Brasileira*, 1897, Suplemento, p. 136 B.

⁸ *Ibidem*, p. 136 B.

⁹ *Ibidem*, p. 136 B.

¹⁰ *Ibidem*, p. 15 e 16.

Navegador 6 O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*

Através da redução do presente ao passado, a memória instituiu o fato fundador do primeiro combate marítimo travado pela Marinha do Brasil em águas estrangeiras. Por outro lado, os jornais não mencionaram sua atuação e comando na Guerra da Tríplice Aliança.

A apresentação de sua longa vida dedicada à Marinha confundia-se com a própria História do Brasil. Sua vida de marinheiro, patriota e dedicado expressava-se na trajetória do Império. Esta, por sua vez, poderia ser narrada através de sua biografia. O homem e a História se confundiam. O *Jornal do Commercio* destacou: "A fé de ofício do Almirante Tamandaré é a história da nossa Marinha durante os dois primeiros reinados."¹¹

O *Jornal do Commercio* apresentou ainda a oração proferida à beira do túmulo pelo Almirante Inácio Joaquim da Fonseca, que já o caracterizava como herói: "Tamandaré, dominador dos mares, modelo do perfeito militar, herói de várias batalhas ... excelso marinheiro que jamais empalideceu, quer nas procelosas tempestades, quer no horror da batalha."¹²

A *Gazeta de Notícias*, no dia 21 de março de 1897, resumiu sua ligação com a história pátria e também lhe concedeu o título de herói: "Com a avançada idade de 90 anos, a maior parte deles empregados em servir e honrar a Pátria, expirou ontem à tarde o glorioso Almirante Marquês de Tamandaré, relíquia da Marinha de Guerra brasileira e uma tradição no Brasil ... Sua vida foi uma profissão de feitos gloriosos, uma grinalda de vitórias, capazes de por si só ilustrar a vida de um herói."¹³

A alteridade de sua vida com a história pátria foi apresentada no jornal *O Paiz*, em 21 de março de 1897: "A sua biografia não se escreve num resumido artigo de jornal, porque, a bem dizer, ela compreende uma

bela porção da história de nossa Pátria." E ainda no jornal *Cidade do Rio*, neste mesmo dia: "... lenda de honra e de bravura da Armada brasileira ... coração de patriarca naval ... foi por isto mesmo contemporâneo e personagem notável em todos os nossos feitos marítimos, desde um ano após a nossa Independência."¹⁴

O *Jornal do Brasil*, em edição de 24 de março de 1897, dedicou-lhe um belo e incisivo elogio, fundado na alteridade entre sua vida e a história, acrescentando-lhe, também, a dimensão de herói: "Marinheiro da Independência, marinheiro do Império, marinheiro ainda na República, a sua história é a história da Marinha brasileira ... compartilhou sempre de todas as glórias que sobre os mares conquistaram as nossas armas ... Para a Pátria, porém, a morte de mais este grande filho não é um simples acidente lutuoso, é um verdadeiro acontecimento nacional. Tamandaré, para ela, acaba de ter a transladação para a posteridade, porque na história ele já vive e nossos triunfos na apoteose de todos os heroísmos e de todas as bravuras que fizeram da nossa marinhagem a primeira da América do Sul."¹⁵

A instituição de um monumento chegou logo a seguir. Em 20 de maio de 1897, o Senado Federal por iniciativa de Quintino Bocaiúva, através do Projeto nº 1.897, contratou a execução de um busto em bronze representando a efígie do Almirante Joaquim Marques Lisboa, com a legenda: "*Ao seu benemérito servidor, a Pátria agradece.*"

No momento imediato de sua passagem para a eternidade, Tamandaré foi lembrado pelo povo, por profissionais liberais, por marinheiros e oficiais. Foi também exaltado como Herói da Pátria e Patriarca da Marinha, vencedor sobre a natureza adversa do mar, cuja vida se confundia com a história

¹¹ Ibidem, p. 28.

¹² Ibidem, p. 30.

¹³ Ibidem, p. 49.

¹⁴ Ibidem, p. 75.

¹⁵ Ibidem, p. 57 e 58.

do Império. A cidade do Rio de Janeiro acompanhou seu cortejo fúnebre e os jornais divulgaram seus feitos e gestos de bravura.

O ESQUECIMENTO DO ALMIRANTE TAMANDARÉ NA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA (1897-1932)

Após as intensas homenagens prestadas ao Almirante Tamandaré em março de 1897, seguiu-se um longo silêncio na *Revista Marítima Brasileira*. Neste período, que se estende ao longo da República Velha e o início da era Vargas, surgiram apenas duas notícias sobre Tamandaré. A primeira, informava sobre a comemoração do centenário de seu nascimento em 1908, organizada pelo Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar. A celebração foi grandiosa e constituiu-se como o primeiro evento festivo dedicado à memória de Tamandaré apresentada na *Revista Marítima Brasileira*.

O Ministro da Marinha ordenou o desembarque dos alunos da Escola de Aprendizes-Marinheiros e de três companhias de guerra compostas, contingentes dos navios da esquadra, Corpo de Infantaria da Marinha e marinheiros nacionais. Reunidos na Avenida Beira-Mar, formaram ao lado do busto do Almirante Tamandaré. Estavam presentes o Ministro Alexandrino de Alencar, o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Cordovil Maurity, representantes da família Marques Lisboa, comissões do Clube Naval e da Liga Marítima Brasileira, oficiais de mar e terra e uma comissão de alunos dos cursos de Marinha e Máquinas da Escola Naval.

O Ministro Alexandrino de Alencar depositou flores no busto e lembrou a "... bravura e amor dados pelo Almirante Tamandaré, cuja memória todos os brasileiros devem conservar como um penhor sagrado das glórias pátrias." O Cruzador *Tiradentes*, fundeado nas proximidades da avenida, promoveu uma salva de 19 tiros. Toda a descrição da festa comemorativa do centenário de nascimento de Ta-

mandaré ocupou menos de três páginas na *Revista Marítima Brasileira* deste ano.¹⁶

A segunda notícia apresentava em uma única página a homenagem prestada diante do monumento do Almirante Tamandaré pela Missão Naval Americana, em 1923. Comemorando o dia da Armada Norte-americana, o Contra-Almirante Carl Vogelgesang e seus oficiais depositaram uma riquíssima coroa de flores no pedestal do monumento, sendo acompanhados pela Marinha Nacional e o Clube Naval. Estavam presentes o Ministro da Marinha Alexandrino de Alencar, o Embaixador dos Estados Unidos, autoridades da Armada e do Exército, oficiais da Missão Naval Americana e o Chefe do Estado-Maior da Armada, Contra-Almirante Machado Dutra, que proferiu o discurso oficial, lembrando o Almirante Tamandaré como "... notável vulto que simboliza as tradições da Marinha Nacional."¹⁷

O RESGATE DA MEMÓRIA DO ALMIRANTE TAMANDARÉ NA REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA (1932-1950)

A atuação do Capitão-de-Fragata reformado Dídio Costa em prol do resgate da memória do Almirante Tamandaré marcou as publicações da *Revista Marítima Brasileira* entre os anos de 1932 e 1950. Inclusive, sua dedicação foi anterior ao exercício da direção de redação na revista. Em 14 de setembro de 1922, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou o Primeiro Congresso Internacional de História da América no contexto das comemorações do Centenário da Independência. O congresso foi presidido por Gomes Pereira e contou com relatores como Moreira Guimarães e Raul Tavares.

No Primeiro Congresso Internacional de História da América, já identificamos a atuação de Dídio Costa, que apresentou uma comunicação intitulada "Memórias", na qual destacava a atuação de Barroso, Tamandaré e Inhaúma na História Marítima Brasilei-

¹⁶ *Revista Marítima Brasileira*, 1 Tomo, 1908, p. 991-993.

¹⁷ *Revista Marítima Brasileira*, Ano XLIII, 1923, p. 870.

Navigator 6 O Almirante Tamandaré através da *Revista Marítima Brasileira*

ra. Seu trabalho fundamentava-se em uma avaliação psicológica, moral e intelectual de cada um dos três grandes marinheiros. O trabalho que Dídio Costa inicialmente apresentou no Primeiro Congresso foi transcrito tardiamente para a *Revista Marítima Brasileira*, na qual surgiu apenas em 1933.

Ao se referir a Tamandaré, valorizou sua atuação no episódio da Fragata *Niterói*, quando atuou sob o comando de John Taylor: "Houve nela amor da glória ao patriotismo, superando a escassez de meios por tal forma que a empresa é qualificada por muitos como a mais importante das empresas marítimas da Independência."¹⁸

Acrescentou qualidades dramáticas ao relato do salvamento dos naufragados da *Ocean Monarch*: "... sinistro de grande repercussão, salvando o comandante brasileiro, com grande risco de sua vida, de sua gente e do seu navio, a tripulação e os passageiros da embarcação sinistrada", lembrando o reconhecimento inglês através da entrega a Tamandaré do "Cronômetro de Ouro".¹⁹

Dídio Costa rompeu o esquecimento efetivado na *Revista Marítima Brasileira* no que se referia a atuação do Almirante Tamandaré na Guerra da Tríplice Aliança, destacando sua participação nos eventos de Corrientes, Riachuelo, Cuevas, Mercedes, Uruguaiana, Passo da Pátria, Curupaiti e a Passagem de Curuzu. Acrescentou ainda um viés popular à sua figura: "Guerreiro reverenciado na capital do País, onde não raro era visto a espalhar e a receber homenagens da multidão das ruas."²⁰

Entretanto, apesar de sua simpatia por Tamandaré, neste trabalho, escrito portanto em 1922 e republicado tardiamente na *Revista Marítima Brasileira*, em 1933, ainda igualou Barroso e Inhaúma em um mesmo pata-

mar: "Tamandaré, Inhaúma e Barroso foram primazes entre inúmeros servidores de notoriedade. Na paz, construíram; na guerra, venceram. Como tudo e todos, passaram; mas, como poucos, fulgiram, legando a posteridade exemplos característicos, próprios a uma época de construção ..."²¹

Em 13 de dezembro de 1936, ocorreram as primeiras comemorações grandiosas do Dia do Marinheiro que contaram com a presença de um forte público, líderes políticos e a sociedade militar. A comemoração foi uma iniciativa do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Aristides Guilhem. Seu objetivo era o lançamento da primeira pedra do novo monumento dedicado ao Almirante Tamandaré, a ser construído em Botafogo. A cerimônia contou com a participação de Getúlio Vargas, os ministros, altas autoridades, a Armada representada em todos os corpos e estabelecimentos navais, o Exército, as Bandas de Música e Marcial do Corpo de Fuzileiros Navais e da Escola Naval, uma representação de vereadores da cidade do Rio de Janeiro, através de Átila Soares e Jorge Mattos e uma grande aglomeração popular.

Em seu discurso, o Ministro Almirante Guilhem lembrou a identificação da vida de Tamandaré com a História do Brasil e o aclamou como herói maior em diversas passagens, dentre as quais destacamos: "A Marinha de Guerra, iluminada pelo esplendor da vida do marinheiro que mais recompensas colheu pelos imensos serviços prestados à Nação, tem sentido e compreendido os exemplos desse herói que lidou armas, da Independência ao esplendor do Segundo Império ... Joaquim Marques Lisboa é uma figura de marinheiro, de grande homem, estampada nos fastos da Nação desde quando esta se libertou e formou."²²

¹⁸ *Revista Marítima Brasileira*, Ano LIII, 1933, ns. 1-2, p. 41.

¹⁹ *Ibidem*, p. 45.

²⁰ *Ibidem*, p. 52.

²¹ *Ibidem*, p. 67.

²² *Revista Marítima Brasileira*, 6^a bimestre, 1936, p. 365.

Paulo André Leira Parente

A Força Aérea Naval, sob o comando do Capitão-de-Fragata Amaral Savaget, realizou evoluções sobre a Praia de Botafogo. Desfilaram a Escola Naval, dois batalhões de marinheiros, que cantaram o dobrado *Garça Branca* e a *Canção do Fuzileiro* e um grupo de “camisas-verdes”²³ que cantaram o Hino Nacional em frente à urna que continha os restos mortais de Tamandaré.

Dídio Costa discursou no evento de colocação da primeira pedra do novo monumento. Celebrou sua construção como mais digno frente à grandeza do homenageado. Insistiu na alteridade entre a vida de Tamandaré e a História e por diversas vezes também o chamou de herói: “O perfil histórico do grande guerreiro, resumindo a Marinha Nacional, saída logo do berço para as lutas, confunde-se com essa instituição que ele viu nascer ... A fama do herói pairava em toda a parte, em torno do nosso pavilhão, a palpitar nos cruzeiros e nas travessias oceânicas”²³

A notícia do lançamento da primeira pedra do novo monumento foi acompanhada da transcrição do discurso proferido por Dídio Costa e do primeiro esboço biográfico sobre Tamandaré. O esboço continha de forma detalhada e clara todos os períodos de sua vida tendo sido o primeiro publicado na *Revista Marítima Brasileira*.

A partir do ano de 1936, a revista identificou o Almirante Tamandaré conforme as características plenas da memória social que apontamos ao início: a condição de herói, a alteridade entre sua vida e a história, os gestos realizados no passado contendo o futuro e sua grandeza maior frente aos demais vultos da História Naval Brasileira. Este período da publicação é um ponto de inflexão na construção social da memória de Tamandaré, a partir do qual a *Revista Marítima Brasileira* empreendeu um combate em prol de sua memória.

São publicadas diversas apologias, memórias, descrições biográficas e anedotas. Dentre as quais destacamos o “Ensaio Psicológico”, de Mariano de Azevedo, que apresentou Tamandaré através da alteridade com a História: “Nasceu na Marinha de Guerra brasileira, quando a Marinha de Guerra brasileira nascia ... Subiu a todos os postos, um a um, como um a um subiu a todos os graus da nobreza ... Obedeceu a dois grandes Impérios, o de D. Pedro I e o de D. Pedro II, assistiu e ajudou a içar-se no mastro da Niterói, na Independência, a primeira Bandeira Brasileira.”²⁴

Foi comparado a Nelson, Barroso, Inhaúma e Marcílio Dias, tornando-se maior do que estes em virtude de sua identidade pátria: “Tamandaré teve dois companheiros de armas e de bravura, Barroso e Inhaúma, sendo dos três o único brasileiro ...” e, conforme a sentença de Cochrane ao Imperador: “Majestade, aquele senhor será o Nelson brasileiro.”²⁵

Em uma oração transmitida pela Rádio Ipanema do Rio de Janeiro, no mesmo 13 de dezembro de 1936, proferida por Marcos de Alencastro Graça, repetem-se tais características, de forma quase literal: “Dentre os nossos chefes de Marinha, o mais notável homem de mar fora, sem dúvida, Joaquim Marques Lisboa, o primeiro almirante genuinamente brasileiro ... O nosso Nelson brasileiro.”²⁶

Na conferência intitulada “Tamandaré e Marcílio Dias”, proferida pelo Capitão-de-Fragata Oliveira Belo, em 13 de dezembro de 1940, no Círculo dos Oficiais Reformados, Tamandaré vence as comparações frente aos demais vultos da Marinha do Brasil e do continente americano. Conforme Oliveira Belo afirmou: “Tamandaré foi o maior almirante brasileiro e o único, no seu gênero, que procedeu da jaqueta aos bordados, em todo o continente, até hoje.”²⁷

²³N.R. Partidários do integralismo, movimento político brasileiro de extrema-direita baseado nos moldes fascistas, fundado em 1932.

²³ *Revista Marítima Brasileira*, Ano LVI, 1936, ns. 5-6, p. 335 e 336.

²⁴ *Revista Marítima Brasileira*, 2º bimestre, 1936, p. 1116 e 1117.

²⁵ *Ibidem*, p. 1117.

²⁶ *Revista Marítima Brasileira*, 1º bimestre, 1937, p. 774.

²⁷ *Revista Marítima Brasileira*, 1º bimestre, 1940, p. 818.

Não superou Nelson como herói em virtude das limitações de suas ações no mar "... desenvolverem-se sempre em limitados setores, quer na águas nacionais, quer nas internacionais, contra inimigos de confuso valor bélico, que se batiam por interesses pouco patrióticos." E conclui comparando-o com uma certa vantagem sobre Caxias: "Caxias, procedente de várias estirpes, neto, bisneto, filho e sobrinho de militares de valor, teve a grande sorte de ser proclamado cadete aos cinco anos de idade, porém Tamandaré logrou ventura maior ..."²⁸

Tais comparações prosseguiram e apresentavam o mesmo padrão: em 23 de dezembro de 1942, no jornal *A Notícia*, "Tamandaré será sempre nosso exemplo e nosso guia"²⁹; "Tamandaré, Inhaúma e Amazonas", em artigo na mesma *Revista Marítima Brasileira*³⁰; no *Jornal do Brasil*, em texto de autoria de Carlos Garrido, intitulado "Tamandaré".³¹

Em 1941, a *Revista Marítima Brasileira*, em um artigo assinado por Gastão Penalva, intitulado "Barroso ou Tamandaré", entrou no debate sobre as homenagens que seriam prestadas aos altos vultos e sacerdócios pátrios na reforma do papel-moeda que levaria as estampas e homenagens impressas no dinheiro. Foram definidas as seguintes representações: o Estado Novo, Getúlio Vargas; a imprensa, Quintino Bocayuva; a Viação e Obras Públicas, Lauro Muller; a Ciência, Osvaldo Cruz; a Jurisprudência, Rui Barbosa; o Exército, Caxias; a Marinha, Almirante Barroso.

Gastão Penalva empreendeu um forte combate em defesa de Tamandaré, listando em seu artigo diversos argumentos contrários a escolha do Almirante Barroso, dentre os quais des-

tacamos: "Antes de tudo não era brasileiro ... Venceu, de fato, Riachuelo. Mas Riachuelo é um conjunto de bravuras que compõem a própria bravura ... Recolheu-se a Montevideu, onde constituiu uma família opulenta que viveu em fausto e distinção no recesso heráldico de um palácio encantado."³²

A favor de Tamandaré em sua comparação constava um forte reducionismo histórico: "Foi este o grande timoneiro de um século ... e de uma feita, ambos muito jovens, salva o próprio Barroso, prestes a perecer no abismo inexprimível das correntezas amazônicas. Ora, tendo salvado Barroso, Tamandaré salvou Riachuelo, salvou esse combate singular que, na opinião insuspeita de Osório, decidiu os destinos da guerra."³³

Dídio Costa foi o autor do primeiro trabalho com características científicas da História publicado na *Revista Marítima Brasileira*. Intitulado "O berço de Tamandaré", seu artigo busca resolver o problema do local de nascimento de Joaquim Marques Lisboa. Com farta documentação original e postura crítica, concluiu por Vila do Rio Grande, na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul.³⁴

Oliveira Belo escreveu ainda um artigo com características históricas intitulado "Tamandaré e as expedições à Patagônia", publicado na *Revista Marítima Brasileira*, em 11 de junho de 1943. Destacou a precocidade de Tamandaré em seu contato com o mar e acompanhou sua biografia até o ano de 1827, quando participou da expedição à Patagônia. A valorização dos gestos de bravura desse período levam-no a identificar o futuro no passado, pois viu nesse período de sua vida: "O reconhecimento de um herói oculto pela idade."³⁵

²⁸ Ibidem, p. 818.

²⁹ *Revista Marítima Brasileira*, 6º bimestre, 1942, p. 739.

³⁰ Ibidem, p. 739.

³¹ *Revista Marítima Brasileira*, 4º trimestre, 1943, p. 428.

³² *Revista Marítima Brasileira*, 5º bimestre, 1941, p. 3345.

³³ Ibidem, p. 3346.

³⁴ *Revista Marítima Brasileira*, 4º trimestre, 1944, ns. 4, 5 e 6, p. 285.

³⁵ *Revista Marítima Brasileira*, 1º trimestre, 1945, p. 812.

Paulo André Leira Parente

A Segunda homenagem estrangeira recebida junto ao monumento de Tamandaré, em Botafogo, partiu do Navio-Escola *La Argentina*, da Marinha argentina, em 27 de outubro de 1948. Foram cantados os hinos nacionais com a presença de bandas de música do Corpo de Fuzileiros Navais e do *La Argentina*, desfile de tropas e a visita de Getúlio Vargas ao navio-escola.³⁶

Por fim, o reconhecimento pleno de Tamandaré no período que demarcamos não passou despercebido na *Revista Marítima Brasileira* e foi simbolicamente apresentado aos seus leitores. Com um estilo direto e objetivo, noticiou uma rápida cerimônia ocorrida no Gabinete do Ministro da Marinha Sílvio de Noronha, com a participação do chefe do Estado-Maior da Armada, o comandante do 1^a Distrito Naval, os diretores de Ensino e Pessoal, o diretor do Serviço de Documentação da Marinha, o chefe de gabinete do ministro e seus demais oficiais. Nesta cerimônia, o quadro a óleo pintado por Manuel Pastana representando o episódio do *Ocean Monarch* foi alçado e afixado no gabinete ministerial.³⁷

No ano seguinte, a concepção de Tamandaré como monumento institucional da Ma-

rinha do Brasil era acrescida em seu valor com o surgimento da primeira *monumenta* (coleção) relativa ao seu Patrono. Através de Ato de 5 de agosto de 1948, o Ministro Sílvio de Noronha formou uma comissão presidida por Dídio Costa, encarregada de receber a doação de várias relíquias de Tamandaré feita por Leon Victor Louis Robichez, viúvo de Luzia Marques Lisboa Robichez, antiga proprietária dos objetos.³⁸

O *monumento* transformara-se em *monumenta*. A memória de Tamandaré tornara-se institucional e sobreviveria em outras gerações. Compartilhar a memória e celebrar mantém vivo o objeto de nossas lembranças através do tempo. Aqueles que não recordamos perecem e aquilo que não lembramos desaparece. De uma notícia dada em um jornal sobre o passamento de Tamandaré até o gesto de afixar um quadro na parede de um ministro, travou-se um combate em prol de sua memória que, justamente por isso, mantém o Patrono da Marinha do Brasil vivo nas nossas lembranças e nas futuras gerações. Em verdade, o Almirante Tamandaré sobrevive através das comemorações, celebrações, monumentos e lugares da memória que lhe dedicamos.

³⁶ *Revista Marítima Brasileira*, 4^a trimestre, 1948, ps. 502 e 503.

³⁷ *Revista Marítima Brasileira*, 3^a trimestre, 1947, p. 263.

³⁸ *Revista Marítima Brasileira*, 1^a trimestre, 1949, p. 757.

A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica

Francisco Eduardo Alves de Almeida

Capitão-de-Mar-e-Guerra, Historiador graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Membro e Instrutor do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval e 2^a Vice-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Atualmente é aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, tendo exercido o cargo de Diretor do Serviço de Documentação da Marinha entre 2005 e 2007.

RESUMO

O herói é construído historicamente com um propósito determinado. A própria percepção do herói tem mudado ao longo da História. Desde Homero até o período contemporâneo, o herói vem desempenhando papéis sociais distintos. No século XX, o professor Sidney Hook estabeleceu dois tipos de heróis: o herói homem-momento e o herói homem-época. Na Marinha brasileira, Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, foi escolhido pelo Ministro da Marinha em 1925, Almirante Alexandrino de Alencar, para ser o Patrono da Marinha e passou a ser assim o principal herói naval brasileiro. O artigo aponta dez características que distinguiram Tamandaré como herói homem-época, tornando-o uma unanimidade no meio naval, assim como os motivos que levaram Alexandrino a escolhê-lo como patrono e herói.

PALAVRAS-CHAVE: HERÓI NAVAL; TAMANDARÉ; PATRONO DA MARINHA.

ABSTRACT

A hero is built historically for a determined purpose. The perception of the hero has changed through History. Since Homer until the present time the hero has been playing different social roles. In the 20th Century professor Sidney Hook established two types of heroes. The hero type man-moment and hero type man-epoch. In the Brazilian Navy Joaquim Marques Lisboa, Marquis of Tamandaré was chosen by the Navy Minister in 1925 Admiral Alexandrino de Alencar to be the Patron of the Navy and so has become the great brazilian naval hero. This article describes the ten characteristics that distinguished Tamandaré as the hero type man-epoch, becoming a legend in the naval circles, and also the reasons that took Alexandrino to choose him to be that hero and patron.

KEY-WORDS: NAVAL HERO; TAMANDARÉ; PATRON OF THE NAVY

Em 4 de setembro de 1925, o então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, instituía, por meio do Aviso 3.322, o Dia do Marinheiro. A referência utilizada pelo Ministro Alexandrino foi a data de nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, como uma justa homenagem a esse herói da Marinha.

Todas as nações do mundo procuram cultivar os seus heróis. A necessidade de qualquer grupo social humano possuir heróis é mais que notória. Não existem povos que não

cultivem os seus heróis. A preservação dos mitos heróicos do passado não somente forja o caráter desses povos, mas principalmente mantém as bases fundamentais para um futuro caráter nacional, constituído por um grupo de indivíduos unidos por uma origem comum, por interesses comuns e principalmente por ideais e aspirações comuns.¹

Como historiadores, sabemos que o estabelecimento de heróis é uma construção histórica, motivada por interesses diversos que vão desde a preservação de valores culturais de determinada Nação até o enaltecimento de exemplos a serem seguidos. O certo é que o herói é construído e como tal ele deve ser analisado.

Por que alguns atos heróicos se perdem nas brumas da História e outros não? Por que alguns são escolhidos e outros não? De que forma os atos heróicos foram percebidos nos diferentes períodos históricos e como eles foram impregnando o imaginário popular? De que forma eles foram conspícuos para o forjar de qualquer nação?

Como forma de responder a essas perguntas, deve-se inicialmente definir o que seria a Nação, conceito estabelecido a partir do século XIX.

A Nação é uma entidade moral no sentido pleno do termo, do qual emanam conceitos importantes e específicos como *nacionalidade*, que compõe-se de um conjunto de traços morais que dão uma fisionomia especial a ela e ao *patriotismo*, amálgama indefinível de sentimentos de simpatia recíproca de amor às mesmas tradições, de aspirações de grandeza futura, de unidade e permanência de uma personalidade coletiva.² O herói provém exatamente dessas duas características notáveis da Nação: nacionalidade e patriotismo.

Essa constatação não significa indicar que só existem heróis a partir do estabelecimento dos Estados nacionais, certamente

que não. O conceito de herói pode retroceder até os tempos homéricos.

Naqueles tempos, a noção de herói estava intimamente ligada ao conceito de *arete*. Em português não existe um equivalente exato para esse termo. A palavra “virtude” talvez seja a que mais se aproxima de seu sentido literal. *Arete* poderia ser compreendida como a expressão do mais alto ideal cavaleiresco, unido a uma conduta cortês e distinta e ao heroísmo guerreiro, conforme conceituação de Werner Jaeger.³

Homero, ao escrever suas obras clássicas *Ilíada* e *Odisséia*, entendia certamente *arete* como qualidades morais e espirituais. Na primeira obra épica, a *Ilíada*, Homero enaltecia o herói como a expressão do valor moral do combatente, sua valentia, sua coragem e seu espírito de sacrifício, imortalizado tanto em Heitor como em Aquiles. Atrevo-me a enaltecer Heitor como símbolo máximo do herói homérico em detrimento do próprio Aquiles, filho dileto de Tétis, uma ninfa do mar, e de Peleu, Rei da Ftia.

Heitor, ao contrário de Aquiles era mortal, filho de Príamo, Rei de Tróia e Hécuba. Homero descreveu Heitor como o mais dotado dos troianos. Nobre, forte, belo, tanto de alma como de corpo, insuperável na arte da guerra⁴. Se algo lhe acontecesse tudo estaria perdido para Tróia, pois personificava o grande herói defensor de sua cidade.

Sua refrega final contra Aquiles, imbatível no campo de batalha, constitui-se na parte mais tocante da *Ilíada*, ao solicitar, antes do combate, a seu oponente invencível a preservação de seu corpo, pois sabia que seria morto pelo aqueu. Como era costume, a preservação do corpo de um guerreiro tombado defendendo sua *arete* era o máximo que ele aspiraria ao se dirigir ao Hades.

Aquiles, enraivecido pela morte de Pátroclo, recusa tal pedido e após um comba-

¹ AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1999, p.31.

² *Ibidem*, p.35.

³ JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.25.

⁴ STEPHANIDES, Menelaos. *Ilíada: a Guerra de Tróia*. 2ª ed. São Paulo: Odysseus, 2000, p.49.

to épico abate Heitor, o grande herói troiano, perante Príamo e Hércuba, que a tudo assistem da fortaleza. Não satisfeito, Aquiles amarra o corpo de Heitor a uma biga e executa diversas voltas em torno da cidade, procurando profanar o corpo do herói tombado no campo de batalha.

De nada adianta tal ato descontrolado, pois Afrodite, compungida pela “bela morte” de Heitor, preserva o corpo incólume de seu protegido até ser resgatado por seu pai Príamo, quando termina o poema épico.

Heitor personificou o primeiro grande herói épico ocidental, aquele que morre uma “bela morte”, defendendo a sua *arete*, a sua virtude.

Plutarco, 800 anos depois escrevia as suas 23 biografias comparadas, sempre analisando um grego e um romano. Seu propósito era moralizante, indicando exemplos a serem seguidos. Dentre os biografados, dois se distinguiram como grandes heróis da Antiguidade: Alexandre e César. O que Plutarco desejava era enaltecer a grandeza, a virtude cívica, o heroísmo. E nisso ele foi em parte responsável pela construção do mito do herói desses dois grandes personagens históricos. De acordo com o Professor Mario da Gama Cury, Plutarco “leva a extremos sua rigidez na idealização do herói que não pode ter defeitos e censura severamente Heródotos por que este, em sua *História*, retrata os grandes homens como eles são, com suas falhas e limitações”⁵. É o ápice da “*Historia magistra vitae*” estabelecida por Cícero.

Dando um salto no tempo até o período medieval, a visão do herói se concentra não somente na defesa da virtude, mas sim na defesa da fé cristã.

O herói medieval representava o bem acima de tudo, o valor cavalheiresco, a nobreza, a pureza de coração, a valentia ao enfrentar

os inimigos e, o mais importante, a fé inabalável em Cristo e no cristianismo. Morrer por sua fé defendendo-a dos infiéis era o máximo que um nobre cavaleiro poderia aspirar.

A Igreja, como a principal instituição medieval e responsável pela disseminação da fé e da ética, estimulava o conceito de “guerra justa”, isto é a guerra como um castigo pelo pecado original que deveria ser um instrumento fundamental para que os “justos” controlassem os “ímpios”.⁶ Os heróis seriam os instrumentos divinos para a eliminação da heresia e conversão dos infiéis, defendendo a bandeira de Cristo. A morte na defesa da fé era o ápice do heroísmo.

As diversas canções de gesta enalteciam os heróis tombados no campo de batalha em defesa da fé. Quando Rolando, sobrinho de Carlos Magno, foi morto por seus inimigos em defesa da fé na Espanha, “em toda a França choveu, ventou e trovejou”⁷, uma forma de Deus demonstrar por meio das manifestações climáticas a dor pela morte de seu grande herói medieval tombado no campo de batalha pela crença em Cristo.

No período moderno o enaltecimento do herói tornou-se menos explícito, talvez uma decorrência direta do recrutamento de mercenários para compor os exércitos que lutavam as chamadas “guerras de reis e príncipes”, tão bem discutidas e estudadas por Sir Michael Howard em seu clássico *A guerra na história da Europa*. Isso não impediu, no entanto, o enaltecimento de heróis militares notáveis como Gustavo Adolfo, Rei da Suécia e líder incontestado de seu país na Guerra dos Trinta Anos. Morto em Lutzen em 1632, Gustavo Adolfo personificou o conceito clausewitiano de “centro de gravidade” pessoal, pois a partir de sua morte a Suécia aos poucos se afastou do campo de batalha. Ele continua sendo o grande herói e figura máxima dessa última e sangrenta guerra religiosa na Europa.

⁵ PLUTARCO. *Alexandre e César, as vidas comparadas dos maiores guerreiros da Antiguidade*. Rio de Janeiro: Prestígio, 2001, p.16.

⁶ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. A Guerra como fenômeno sociopolítico. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 125, 01/03, jan/mar 2006, p. 207.

⁷ FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 140.

Ao final do século XVIII e início do XIX, Georg Friedrich Hegel, ao ver a figura majestosa de Napoleão, vencedor triunfante sobre os prussianos na Batalha de Iena, teve a certeza de que contemplava “o espírito do mundo a cavalo”. Tinha a certeza ainda maior que se não tivesse sido Napoleão, algum outro teria levado a cabo os ditames da “as-túcia da razão”.⁸

Para Hegel, o grande homem não era o produto de condições sociais ou biológicas, mas essencialmente uma expressão do “espírito” de seu tempo ou da alma de sua cultura.⁹ O grande homem como Napoleão, para Hegel, tinha consciência de que suas palavras e ações eram permeadas pela Razão. Para o pensador alemão cada período histórico tinha o seu “grande homem”, o seu “grande herói”, não mais um defensor da sua *arête* como Homero imaginava, mas um homem dotado de discernimento, razão e liberdade, representante máximo do *Zeitgeist* ou espírito do seu próprio tempo. Disse Hegel sobre os grandes homens:

Assim são todos os grandes homens da História, cujos próprios objetivos particulares envolvem esses grandes fins que são a vontade do espírito do mundo. Eles podem chamar-se heróis, por isso que derivaram seus propósitos e sua vocação, não do curso calmo e regular das coisas, sancionado pela ordem vigente, mas de uma fonte oculta, uma fonte que não atingiu a existência fenomenal, presente daquele espírito interior, ainda oculto sob a superfície, o qual colidindo com a casca do mundo exterior, fá-la em pedaços porque é uma amêndoa diferente daquela que pertence à casca em questão. Eles são homens que parecem haurir em si mesmos o impulso de suas vidas.¹⁰

Para Hegel, o herói pode morrer ou parecer que esteja derrotado, mas a História sempre o justificará.¹¹

Outra perspectiva interessante do culto ao herói é a de nosso muito conhecido Alfred Thayer Mahan, autor de um clássico da História Naval, o *The influence of sea power upon History*, de 1890.

Em 1897, Mahan escreveu talvez uma das mais completas biografias de Lord Horatio Nelson, morto em combate na Batalha de Trafalgar, em 1805. Seu livro foi o *The life of Nelson: the embodiment of sea power of Great Britain*, em dois volumes.

Nesse clássico, Mahan dialoga com outros dois notáveis biógrafos de Nelson: Robert Southey, muito conhecido dos historiadores brasileiros em virtude de sua *História do Brasil*, escrita em 1819, e John Knox Laughton. Southey criticara a postura do herói britânico em relação a seu relacionamento amoroso com Lady Hamilton, uma ligação infeliz para um herói morto no convés de seu navio, ostentando todas as suas condecorações e expondo-se ao perigo e aos atiradores franceses, defendendo o império britânico. Não estaria Nelson, ao se expor tão ostensivamente ao fogo inimigo, procurando se colocar como o grande herói naval sacrificado no altar da Pátria? É uma questão que merece maiores investigações.

Sir John Knox Laughton, por outro lado, procurou defender Nelson de suas acusações, tentando compreender e até justificar certas atitudes do herói inglês.

Embora reconhecesse erros graves na biografia de Nelson, Mahan, em uma atitude eqüidistante de ambos, procurou apontar Nelson como um grande herói naval que deveria ser um arquétipo e base para uma correta educação naval, um estudo de caso no desenvolvimento profissional de todos os marinheiros, um exemplo típico de liderança naval. O certo é que os três procuraram com suas diferentes versões interpretar o

⁸ HOOK, Sidney. *O herói na História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p.56.

⁹ *Ibidem*, p.56.

¹⁰ *Ibidem* p.59.

¹¹ *Ibidem*.

Nelson mito, o Nelson figura heróica e o Nelson figura humana, o exemplo de como os marinheiros britânicos deveriam ser e lutar, com o espírito de sacrifício e liderança do grande herói tombado em combate.

Até esse ponto tem sido atribuída especificamente a palavra *herói* em sentido amplo e vago, dentro de um tempo histórico determinado e em perspectivas distintas, conforme a percepção daqueles que atribuíram significação a esse atributo, o *heroísmo*. Tal visão merece ser abandonada para se atribuir características mais concretas, considerando o tempo presente como fulcro. Para isso se recorrerá a percepção do herói segundo classificação do professor Sidney Hook, historiador da Universidade de Nova Iorque.

Segundo esse autor, o herói na História é um indivíduo a quem podemos atribuir influência preponderante na determinação de um desfecho ou acontecimento cujas conseqüências teriam sido profundamente diferentes se ele não agisse daquela forma¹². Deve haver distinção entre o herói como *homem-momento* e o herói como *homem-época* na História. O *homem-momento* é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subseqüentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas. O *homem-época*, por outro lado, é um *homem-momento* cujas ações são as conseqüências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição¹³. Essa distinção, segundo o professor Hook, tenta fazer justiça à crença geral de que um herói é grande não somente em virtude do que faz, mas em virtude do que ele é.

Um exemplo típico de um *homem-momento* foi Joaquim Cordovil Maurity na Passagem de Humaitá, na Guerra do Paraguai. Ele se transformou em exemplo e em herói por tomar uma decisão extrema no momento aprazado, em circunstâncias extremas, com sacri-

fício da própria vida. Forçando a passagem, entrou Maurity para a imortalidade, transformando-se em herói da Marinha brasileira. Este é o exemplo do herói tipo *homem-momento*.

Tanto o *homem-momento* como o *homem-época* aparecem em pontos de inflexão da História. A possibilidade de ação já foi preparada pela direção dos acontecimentos precedentes¹⁴. A diferença está em que o *homem-momento* age no instante adequado por meio de um ato relativamente simples de profunda influência no curso da História. O momento chega e o ato se consuma, sendo este o ato supremo do *homem-momento*.

O *homem-época*, por outro lado, encontra uma bifurcação na estrada da História, no entanto ajuda também a criá-la. Aumenta dessa forma as probabilidades de sucesso para a alternativa que escolhe em virtude das excepcionais qualidades que possui. Ele, assim, possui uma vantagem em relação ao *homem-momento*. Ele não espera o instante, ele transforma e molda aquele ato decisivo em uma ação refletida e estudada, daí a sua superioridade. Assim independe do momento. Ele perdura antes, durante e após o evento histórico.

Exatamente nesse ponto que a figura de Joaquim Marques Lisboa passa a ser discutida como herói. Seria ele um *homem-momento* ou um *homem-época*?

Embora Joaquim Marques Lisboa, o futuro Marquês de Tamandaré, tenha se distinguido na Campanha da Cisplatina e em outras operações relevantes da Marinha em diversas ocasiões, não se pode imputar a ele uma decisão extraordinária em um ou mais momentos decisivos no curso da História. Sua atuação foi contínua, constante, perene. O próprio conceito de *homem-época* pressupõe que deva existir um laço poderoso entre ele e sua classe e no caso de Tamandaré existia exatamente esse laço indissolúvel entre ele e aqui me atrevo a afirmar sua classe social constituída por seus pares na Marinha e a própria Mari-

¹² Ibidem, p.130.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem, p.132.

na como instituição. Além disso, o *homem-época* geralmente desfruta de prestígio e poder na classe que o apóia, o que confirma exatamente o papel social de Tamandaré dentro do meio naval.

O professor Hook afirmou que “o comportamento da maioria das figuras históricas em relação a sucessos políticos e sociais pode ser explicado em termos dos interesses que falam através deles. Mas há indivíduos que não somente retrucam, mas reagem de modo a modificar radicalmente as relações originais do interesse social”¹⁵. Essa frase de Hook aponta exatamente para os comportamentos ou ações que fizeram com que Joaquim Marques Lisboa fosse laureado por Alexandrino como Patrono da Marinha e herói naval.

Sim, Tamandaré era um *homem-época* com qualidades notáveis em um período histórico, o governo Arthur Bernardes, em que se fazia necessário ressaltar algumas virtudes que estavam se tornando raras na cena política nacional. Não deve ser esquecido que o Tenentismo se espalhava entre as Forças Armadas brasileiras e que era necessário enaltecer exemplos fundamentais para a classe militar como um todo. No ano anterior acontecera o levante do Encouraçado *São Paulo* e Alexandrino necessitava de um exemplo que congregasse a Marinha em torno de um nome com unanimidade entre os componentes da força. Por que Tamandaré foi escolhido e não Barroso? Ou mesmo Inhaúma? Ou Maurity? Em que Tamandaré se diferenciava dos outros personagens importantes da Marinha?

Em primeiro lugar, sua lealdade total ao Império brasileiro. Lealdade que o fez aceitar magoado a República, para ele um ato deplorável. Tamandaré sempre foi monarquista e sempre foi leal a D. Pedro II, por quem mantinha grande amizade e respeito, tendo sido por muito tempo seu ajudante-de-campo. Sua lealdade era tanta que depois de 15 de novem-

bro de 1889 jamais embarcou em lancha que desfraldasse bandeira que não fosse a Imperial.¹⁶ Não mais tomaria parte em qualquer cerimônia pública por mais importante que ela fosse. Ao falecer em 1897, seu caixão foi coberto com a bandeira do seu querido Império.

Alexandrino precisava enaltecer a lealdade ao sistema como fundamental nos círculos navais. Tamandaré assim era esse exemplo.

Em segundo lugar, sua aderência estrita à lei e aos regulamentos. Essa característica estava certamente ligada à sua total lealdade ao Império, do qual se considerava um humilde servidor. Tamandaré, em momento algum de sua extensa carreira, permitiu que as leis e regulamentos navais imperiais fossem ultrajados, sendo a legalidade um de seus atributos mais marcantes. Essa inclinação inata de Joaquim Marques Lisboa com a legalidade foi fator ponderável na escolha de Alexandrino para ser o futuro patrono, uma vez que esse exemplo deveria ser seguido por todos que abraçaram o serviço naval, principalmente naqueles anos conturbados de governo Arthur Bernardes.

Em terceiro lugar, sua longevidade na Marinha. Com 15 anos de idade Tamandaré assentou praça, como voluntário da Armada a bordo da Fragata *Niterói*, comandada por John Taylor, durante a Guerra da Independência. Na Marinha assim permaneceu por cerca de 67 anos, uma vez que em 1889, mais precisamente em setembro, havia solicitado sua reforma ao ajudante-general da Armada e este lhe solicitara que aguardasse um pouco mais a promulgação da nova lei de reforma compulsória, que logo entraria em vigor, dando-lhe assim maiores vantagens. Naquela oportunidade, Tamandaré ainda era ajudante-de-campo do Imperador Pedro II. A longevidade de Tamandaré lhe imputava uma ascendência moral considerável na classe naval, pois vira a Armada nascer e se desenvolver. Participara de todos os principais eventos políticos do período e assim transformou-se em exemplo a ser seguido.

¹⁵ Ibidem, p.142.

¹⁶ LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré: Patrono da Marinha (Seu perfil histórico)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982, p.688.

Em quarto lugar, seu nacionalismo perante qualquer situação extrema. Reconheço o perigo de se utilizar a expressão "nacionalismo", uma vez que esse conceito requer inúmeras interpretações. O século XIX foi o século em que esse conceito foi reafirmado, como sabemos. Utilizo aqui uma conceitualização derivada da anteriormente apresentada, de autoria de André Hauriou, que diz ser a *Nação* um grupo humano no qual os indivíduos se sentem mutuamente unidos, por laços tanto materiais como espirituais, bem como conscientes daquilo que os distingue dos indivíduos componentes de outros grupos nacionais.¹⁷

Essa definição parece ser a que mais se adequa ao caso brasileiro, no qual a Guerra do Paraguai foi o evento histórico norteador do marco inicial da nacionalidade brasileira. Nesse evento, Tamandaré foi um dos principais participantes. Sua disputa com Bartolomeu Mitre no modo como a Esquadra deveria ser utilizada demonstra o seu nacionalismo. Temia ele que, por trás daquele desejo de Mitre de expor a Esquadra ao fogo da artilharia paraguaia postada nas margens, estivesse um desejo de ver enfraquecido o Poder Naval brasileiro, elemento fundamental para a defesa dos interesses nacionais no Prata. O tempo demonstraria o acerto de sua visão estratégica, pelo menos no que tange à preservação da Esquadra. Nunca em tempo algum navios sozinhos venceram combates ocorridos em terra. Sir Julian Corbett, grande historiador e teórico naval britânico, estabeleceria 50 anos depois que a Marinha deveria apoiar a ação em terra e a vitória seria obtida sempre por uma ação em terra.

Em quinto lugar, sua liderança na Marinha. Quando de sua morte, o seu amigo de muitos anos, o Almirante Ignácio Joaquim da Fonseca, assim se pronunciou:

Aquí, perante a majestade da morte, entretidos corpo e alma, venho depor o derra-

deiro preto de homenagem da Marinha brasileira ao que foi o bravo e distinto voluntário Joaquim Marques Lisboa, por si ou por seus altos feitos marciais e navais e de amor da Pátria, elevado ao posto de primeiro almirante, à dignidade de conselheiro de guerra e à de Marquês de Tamandaré. O luto da Marinha, do Exército e de todas as classes nacionais é o eloqüente testemunho da veneração que merecia o quase centenário Almirante Marquês de Tamandaré. A paz do Senhor sela com a sua cristianíssima alma.¹⁸

Essa demonstração de amizade e de reconhecimento por parte do Almirante Joaquim da Fonseca com os feitos de Tamandaré indicam sua grande liderança na classe. Era ele por todos admirado e reverenciado como um exemplo a ser seguido.

Uma sexta característica era sua experiência marinheira, advinda de diversos comandos no mar, culminando com a chefia das Forças Navais brasileiras no teatro de operações no Paraguai. Um evento importante que demonstrou as qualidades de grande marinheiro de Tamandaré foi o salvamento da Nau portuguesa *Vasco da Gama*, no dia 5 de maio de 1849, em frente à Baía de Guanabara. Naquela oportunidade, Marques Lisboa, manobrando o seu navio, a Fragata *Dom Afonso*, aproximou-se da *Vasco da Gama*, já prestes a naufragar, e com rara habilidade conseguiu transferir o dispositivo de rebocagem a esse navio e posteriormente rebocou-o para o porto do Rio de Janeiro, apesar de forte temporal. Tamandaré era marinheiro admirado por toda a Marinha.

Uma sétima característica era seu cavalheirismo, mesclado com nobre sentimento de honra militar. Seu combate com Espora na Guerra da Cisplatina, em 29 de maio de 1828, quando comandava o *Bela Maria*, demonstrou cabalmente essas qualidades. Após um dia inteiro de combate contra esse herói argentino, comandante do Brigue *Ocho*

¹⁷ MENDONÇA, Nadir Domingues. *Uma questão de interdisciplinaridade: o uso dos conceitos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p.148.

¹⁸ LIMA, op.cit., p.707.

de *Febrero* e esgotada a munição deste adversário, aceitou sua rendição, sendo no entanto brindado com uma lembrança de Espora por sua postura digna e respeitosa: o óculo que o Almirante Brown lhe presenteara na Batalha de Quilmes, em uma clara demonstração de admiração e respeito com aquele nobre combatente brasileiro.

Uma oitava característica importante era a simplicidade. Avesso ao luxo e ao conforto, sua casa modesta não correspondia às altas posições que ocupava na Marinha e na Corte. Mesmo a bordo dos navios, fazia questão que seus camarotes primassem pela simplicidade, dormindo em camas desconfortáveis de madeira sem colchão, com traveseiro duro e baixo para conservar sempre o corpo rígido. Acreditava que a posição horizontal, para os tipos sangüíneos como ele, era a que melhor auxiliava a circulação do sangue.

Um nono ponto observado de Tamandaré era seu senso de humor apurado. Muitas vezes gostava de pregar peças em amigos por quem sentia estima. Em uma das vezes o alvo foi exatamente Caxias. Um dos pratos preferidos de Joaquim era o gambá ao molho que ele considerava uma iguária. Ao mesmo tempo, a Caxias repugnava tal animal, que considerava insuportável. Comê-lo, para o velho chefe do Exército, era impensável. Apreciava mesmo era um bom franguinho ao molho. Tamandaré sabia desse gosto de Caxias e não perdeu a oportunidade. Em certa ocasião, Caxias fazia uma visita a um primo de Joaquim, João Maria Lisboa, e lá iria almoçar. Imediatamente, acorreu a casa de João levando um gambá. Pediu então a senhora de seu primo que preparasse esse prato com o máximo de esmero e carregado de molho, de modo a afastar o odor característico do animal odiado por Caxias.

Caxias, ao ver Tamandaré para o almoço, ficou muito satisfeito, principalmente por que o aroma da "cutia" trazida por Joaquim era agradável e apetitoso. Era um presente trazido por Tamandaré ao velho comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai. Um gambá, travestido em "cutia". Foi então servi-

do o almoço e Caxias comeu, comeu, e comeu, saboreando com gosto a "cutia" trazida por Joaquim. Ao final, querendo elogiar a esposa de João, disse Caxias: "O prato estava excelente, delicioso, acho mesmo que se trata de uma cutia especial, pois tinha até rabinho!"¹⁹ Foi, então, um gargalhar de todos e até do próprio Caxias ao saber da peça que lhe fora pregada por seu grande amigo.

Por fim, uma décima característica importante de Tamandaré, que deveria ser enaltecida por Alexandrino, era a de disciplinador. Em nenhum momento Joaquim Marques permitia que a disciplina e a ordem fossem perturbadas. Seus inúmeros comandos foram sempre governados pela observância estrita ao dever, temperadas pelo seu exemplo de chefe, comandante e líder. Dessa forma, nunca teve qualquer dissabor com insubordinações em seus navios, ao contrário, sempre foi respeitado e querido por seus oficiais e marinheiros.

Essas qualidades de Tamandaré eram por demais conhecidas por Alexandrino, que tinha como uma de suas características a centralização de decisões, das mais simples às mais complexas em seu gabinete. Tudo por ele passava. Certamente a decisão de escolher Tamandaré como Patrono da Marinha foi dele e só dele. Sabia que nessa escolha deveria existir uma unanimidade por parte da Força. Se a escolha fosse diferente dessa unanimidade, certamente os ânimos, que já se encontravam exacerbados pela situação política do País, se inflamariam mais ainda. Alexandrino não teria direito de errar e certamente não errou. A Marinha, como instituição constituída de homens com memória recebeu o seu patrono escolhido, Tamandaré, com alegria, reconhecendo-o por suas qualidades como o exemplo a ser seguido. Bela escolha de Alexandrino. Embora não tenha alterado os ânimos inflamados contra Arthur Bernardes, provocou certamente uma unanimidade de opiniões no seio da Marinha. Tamandaré era um aglutinador de qualidades para a Armada.

¹⁹ibidem, p.655.

Navigator 6 A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica

Passados mais de 80 anos desde o estabelecimento de Tamandaré como patrono e herói da Marinha, homenageamos o nascimento desse personagem importante na História do Brasil e da Armada.

Joaquim Marques Lisboa é, conforme conceituação teórica do Professor Sidney Hook, um *homem-época*. Não existem fatos espetaculares e decisivos por ele realizados que tenham modificado o curso da História, no entanto ele esteve presente em todos os principais eventos ocorridos com a Armada Nacional desde o seu nascedouro. Ele foi o exemplo a ser seguido por todos que tiveram a chance de conhecê-lo. Por suas qualidades pessoais, foi elevado a herói da Marinha.

Não há nações que não cultivem seus heróis e personalidades. Todos, todos os países

são assim. Cultivam os seus importantes personagens. Nas Forças Armadas esse enaltecimento necessita ser mais vigoroso. A profissão militar envolve o combate, a refrega, o sofrimento, a abnegação e o patriotismo. Os exemplos dos heróis do passado devem ser lembrados. A partir desses atos heróicos os combatentes compreenderão que os seus sacrifícios fazem parte de um legado vindo do passado.

Alexandrino bem percebeu isso em 1925. Tamandaré foi o seu escolhido e não poderia ser outro. Ele era unanimidade. Era o *homem-época* de sua instituição. O exemplo a ser seguido por todos. Inclusive pelos tenentes amotinados da Marinha em 1924.

Alexandrino acertara na escolha. A unanimidade com Tamandaré persiste até hoje. Ele continua sendo o grande herói da Marinha.

Resenha

Edição especial da *Revista Marítima Brasileira* em homenagem ao Bicentenário de Nascimento do Almirante Tamandaré

Mônica Hartz Oliveira Moitrel

Capitão-de-Fragata do Quadro Técnico, graduada em História, com especialização em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atualmente exerce a chefia do Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha. É sócia titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Serviço de Documentação da Marinha. Revista Marítima Brasileira, v. 127, dezembro de 2007 - Edição Especial em homenagem ao Bicentário de Nascimento do Almirante Tamandaré.

No ano de 1851 foi editado o primeiro número da Revista Marítima Brasileira (RMB), sob a orientação de seu editor, o Primeiro-Tenente Sabino Elói Pessoa. Ao longo dos anos que se seguiram esta publicação passou das oito páginas originais para ostentar em cada uma de suas edições cerca de 300 páginas.

O público-alvo inicial era os oficiais de Marinha, e o intuito era estimular o debate referente às inovações relacionadas à problemática naval. Porém, a pertinência de seus artigos e a riqueza das informações neles contidas, com o passar dos anos, foram chamando a atenção dos demais estudiosos dos assuntos marítimos, e, assim, a RMB transpôs as fronteiras navais brasileira. Começou a ser enriquecida com artigos de especialistas civis, tanto brasileiros, quanto estrangeiros, interessados em participar da troca de informações, tornando-se, assim, um veículo de ponta no que tange ao estudo do Poder Marítimo.

Não é usual realizar resenhas referentes a periódicos, mas o conteúdo da edição recém-lançada, em homenagem ao Bicentário de Nascimento de Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, tornou imperiosa a consecução de uma resenha que apresentasse artigos que traçam minuciosas análises da época na qual o Patrono da Marinha esteve inserido, representando, assim, importante contribuição para a construção da memória nacional.

A iniciativa de publicação de número especial da RMB partiu da Comissão de Planejamento e Controle da Comemoração do Bicentário de Nascimento do Almirante Tamandaré, que, no ano de 2006, enviou carta a diversos colaboradores desta publicação, convidando-os para que elaborassem texto alusivo ao evento, com os enfoques nos assuntos que mais lhes fossem significativos. O resultado dessa iniciativa encontra-se nas

páginas da presente edição, onde o leitor terá a oportunidade de navegar, ao longo do século XIX, pela História do Brasil.

Nos 16 artigos que compõem a presente edição, está retratado o personagem histórico nas várias facetas que representam seu caráter e personalidade, a sua atuação em prol do desenvolvimento técnico da Marinha e sua contribuição para a manutenção da integridade nacional.

Abre a Edição Especial da Revista Marítima Brasileira um texto da lavra do próprio Almirante Tamandaré, um documento histórico de 1865, onde o então comandante-em-chefe das Forças Navais brasileiras no Rio da Prata passa instruções acerca das operações de guerra ao Almirante Barroso.

O primeiro artigo a discorrer sobre o Patrono da Marinha é o do Professor-Doutor Francisco das Neves Alves, uma adaptação do discurso proferido na cidade natal do Almirante Tamandaré, Rio Grande - RS, em cerimônia que marcou a abertura do ano de comemoração dos seus 200 anos de nascimento.

A seguir, o Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira assina o ensaio intitulado "Tamandaré – 200 anos", uma exaltação ao militar, ao marinheiro e ao homem que foi elevado a Patrono da Marinha do Brasil.

O Almirante-de-Esquadra José Maria do Amaral Oliveira, assíduo colaborador da RMB, destaca, em seu artigo, a figura humana de Tamandaré, relacionando sua trajetória com a conjuntura do Brasil pós-1808.

Em "Os últimos tempos de vida do Almirante Tamandaré e o destino dos seus restos mortais", o Almirante-de-Esquadra Eddy Sampaio Espellet comenta a admiração e fidelidade que vinculava Tamandaré ao Imperador. Também, são narrados no artigo a instituição do Dia do Marinheiro e o traslado dos seus restos mortais.

O Vice-Almirante Helio Leoncio Martins, emérito historiador naval, foca um perfil pouco estudado na carreira do Patrono da Marinha, sua participação no incremento tecnológico que a Marinha Imperial experimentou ao longo do século XIX. Particularmente, na adoção da máquina a vapor e da propulsão a hélice nos dez navios que Tamandaré fiscalizou a construção em estaleiros europeus na década de 1850.

No artigo "Tamandaré 200 anos – O Grande Patrono", o Vice-Almirante (IM) Estanislau Façanha Sobrinho destaca a vida marinha de Tamandaré, seu ingresso na Marinha durante a Guerra de Independência e suas inúmeras comissões em mais de 60 anos de serviço ativo.

O Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, reconhecido historiador e analista de temas estratégicos, relata a participação do jovem Tenente Marques Lisboa na Guerra Cisplatina (1825-1828), ressaltando as malfadadas expedições promovidas pela Força Naval brasileira no Rio da Prata contra os ninhos de corsários instalados na Patagônia.

O Vice-Almirante Fernando Manoel Fontes Diégues abrilhanta esta edição especial com dois ensaios, no primeiro, "Tamandaré e a Honra", destaca a coragem física e as qualidades morais do Patrono da Marinha; já em "Aqui jaz o Velho Marinheiro", utiliza-se das instruções deixadas por Tamandaré sobre o seu sepultamento para evidenciar o ocaso de sua existência.

No artigo "Tamandaré: um modelo de herói brasileiro", o Professor Eduardo Ítalo Pesce, analista de temas relacionados ao Poder Marítimo, sintetiza a ação de Tamandaré nas campanhas navais empreendidas pela Marinha ao longo do século XIX para demonstrar o herói modelar que Tamandaré se tornou ao findar daquele período.

Dois ilustres colaboradores da RMB oriundos das fileiras do Exército Brasileiro, os Coronéis Arlindo Vianna e Cláudio Moreira Bento exaltam em seus artigos o Patrono da Marinha, destacando seu perfil militar.

O ingresso na Marinha do Voluntário Joaquim Marques Lisboa e a sua vocação para a vida marinha traduzida na sucessão de bem-sucedidas comissões que experimentou no início de sua carreira, são o objeto do estudo do Capitão-de-Fragata (Professor do Magistério da Marinha) Antônio Luiz Porto e Albuquerque no artigo intitulado "Tamandaré Jovem nos primeiros momentos de guerra."

O artigo do Professor Robert C. Cotner, "As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha brasileira: 1865-1870", originalmente publicado na edição do 1º trimestre de 1964 da RMB, narra a passagem deste oficial da Marinha dos Estados Confederados pelo teatro de operações da Guerra da Tríplice Aliança e seu contato com o então Vice-Almirante Visconde de Tamandaré enquanto comandante-em-chefe das Forças Navais brasileiras naquele conflito.

Encerrando a edição especial da RMB, o jornalista Jacir Roberto Guimarães descreve a cerimônia de traslado dos restos mortais de Tamandaré, do Rio de Janeiro à sua cidade natal, Rio Grande – RS, a bordo da Fragata *Niterói*, ocorrida em 1994.

Reconheço que ao apresentar os artigos que compõem esta edição me identifiquei de imediato, isto devido a ter o privilégio de conviver com a maioria de seus autores, convivência essa que possibilitou a absorção de ensinamentos que estruturaram meu crescimento profissional, em alguns casos, desde a minha infância.

O presente resgate histórico denota que, a cada geração, haverá sempre interessados em preservar a memória nacional e buscar soluções para o presente sem esquecer das lições do passado. A exemplo de Elói Pessoa, Dídio Costa, Lucas e Henrique Boiteux e Prado Maia, alguns entre tantos outros estudiosos da História Naval e Marítima, os atuais colaboradores se dedicam a essa tarefa, buscando novos ângulos e novas leituras das fontes, possibilitando, desta feita, uma releitura histórica do Patrono da Marinha e de sua contribuição para a História Pátria.

Resenha

Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré

Carlos André Lopes da Silva

Capitão-Tenente do Quadro Técnico, graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui o curso de pós-graduação em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente exerce a função de pesquisador no Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha

Serviço de Documentação da Marinha. Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré. Rio de Janeiro: 2007, 681 páginas, ilustrado.

Dentre todas as ações empreendidas pela Marinha do Brasil para comemorar o bicentenário de nascimento de seu Patrono, o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, talvez a que mais importe aos historiadores e pesquisadores em geral seja a que parece menos atrativa aos olhos dos não iniciados na práxis historiográfica. Afinal, para o leitor ocasional de História, um tomo de grossa espessura que não guarda nenhuma construção bem engendrada e articulada do passado, mas limita-se a sucintas descrições de uma interminável série de documentos (quase 1.500 resumos em mais de 600 páginas), não seria um bom companheiro para tardes chuvosas de domingo, nem forneceria arcabouço intelectual para animados papos à mesa de um bar.

A contribuição que o *Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré* traz é tornar acessível um fundo documental que abarca, como a própria vida de Tamandaré, grande parte do século XIX, porém, apesar de aberto à pesquisa desde sua aquisição pela Marinha do Brasil, no final dos anos de 1940, foi muito pouco consultado pelos historiadores.

O *Catálogo do Arquivo do Almirante Tamandaré* apresenta a descrição dos 1.492 documentos na forma de fichas catalográficas, fornecendo o conteúdo, no campo resumo, o título, o local, a data de produção e o produtor do documento. Para além destas informações, cada ficha contém conjunto de palavras-chave que agilizam a identificação dos documentos pertinentes as temáticas trabalhadas por cada pesquisador. Ainda, no sentido de auxílio à pesquisa, o *Catálogo* é dotado de extenso índice remissivo e onomástico, referenciando documentos relacionados com importantes atores políticos do século XIX. O envolvimento dos gabinetes liberais de Zacarias, Araújo Lima e Furtado na Repú-

blica do Uruguai é explicitado em documentos que expõe as queixas dos estancieiros gaúchos contra o governo *Blanco*, as negociações da missão Paranhos e, finalmente, o ataque a Paissandu. A guerra contra o Paraguai transparece pelo viés político em ofícios de José Antônio Saraiva a Tamandaré, nas cartas de Venâncio Flores e nos ajustes entre os diplomatas brasileiros, orientais e platinos que redundaria no Tratado da Tríplice Aliança. Os interessados nas representações iconográficas da Monarquia no Brasil encontrarão neste *Catálogo* a descrição de uma série de cartões postais com retratos dos mais destacados membros da Família Imperial. Como objetos da história social emergem registros sobre: ocorrência da malária entre os combatentes nos campos de batalha do Paraguai; salubridade das tripulações dos navios que mantinham o bloqueio no Rio Paraná; estrangeiros contratados pela Marinha brasileira e casos de deserção e indisciplina envolvendo militares, tanto na guerra, como em tempos de paz.

A iniciativa do Serviço de Documentação da Marinha em editar um instrumento de pesquisa para um fundo sob sua guarda neste bicentenário de nascimento de Tamandaré não é nova. Já no distante 1975, quando dos 200 anos de nascimento de Thomas Cochrane, comandante da Esquadra brasileira que lutou na Guerra de Independência, foi publicado por essa instituição o *Catálogo do Arquivo Cochrane*, que reuniu uma pormenorizada relação da documentação referente à América do Sul sob a guarda do *Scottish Record Office*, em Edimburgo, Escócia, devidamente microfilmados pela Marinha e disponibilizados para o público brasileiro. Oxalá mais heróis da nossa Marinha festejem suas efemérides nos próximos anos, será uma boa notícia para os pesquisadores.

Documento

DOCUMENTO: Correspondência de D. Pedro II ao Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré.

DATA: 19 de agosto de 1891.

LOCALIZAÇÃO: Vichy, França.

RESUMO: Breve carta do último Imperador brasileiro, já no exílio, acusando recebimento de correspondência do Almirante Tamandaré. Nos primeiros meses de 1891, Tamandaré teria sofrido "forte ataque palustre", segundo informou em carta ao então Ministro da Marinha, Almirante Fortunato Foster Vidal, pedindo afastamento do cargo de conselheiro de guerra. Contudo, conforme depreende-se da carta escrita de próprio punho pelo Imperador, o Velho Marinheiro teria se recuperado daquela moléstia. Já D. Pedro d'Alcantara, utilizando metáforas marinheiras, indicava que seu estado de saúde, física ou mesmo psicológica, não era dos melhores. No tempo em que a carta foi redigida, repousava na estação de águas de Vichy. Em 5 de dezembro, menos de quatro meses depois, veio a falecer

Documento

Tamandaré,

Sua carta de 13 de Julho dá-me a grata certeza de que o navio embora velho venceu a borrasca. Eu ainda sou vítima da tempestade; todavia o porto já está à vista e como costume não perdi meu tempo.

Escreva-me sobre tudo o que o interesse pois sabe quanto o sempre seu

D. Pedro d'Alcantara

Vichy 19 de Agosto de 1891

Tamandaré

Sua carta de 13 de Julho de 1891
me a grata certeza de que
não se lembra muito tempo
a lavoura. Eu ainda sou
victima da tempestade, e
davia o porto já está de
vista e como costumo nel
perdi meu tempo
Escreva-me sobre tudo
o que o entender pois não
quanto e sempre sou

J. Pedro de Albuquerque

Vizy 19 de Agosto de
1891